

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 25/08/2020	Coluna: Economia



## SEFAZ INFORMA QUEDA DE 7% NA ARRECADAÇÃO DE ICMS



admin 25 Agosto, 2020

No primeiro semestre de 2020, o estado da Bahia registrou uma redução de 7,08% na arrecadação do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, na comparação com o mesmo período de 2019. De janeiro a junho, deste ano, o total recolhido foi de R\$ 13,61 bilhões. Os dados são do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Ao passo que os estados registram queda na arrecadação do imposto, o Congresso Nacional avança com a discussão sobre a reforma tributária. O assunto já é debatido em uma comissão mista instalada com o objetivo de estabelecer um texto único com compostas de modernização do sistema de arrecadação de tributos no país. O colegiado, inclusive, já se debruçou sobre a proposta enviada pelo governo, contida no PL 3887/20.

De acordo com o texto, haverá a unificação do PIS com a Cofins para a criação da Contribuição Social sobre Movimentação de Bens e Serviços (CBS). Se aprovada a versão, o tributo terá alíquota única de 12% para empresas em geral. No entanto, os parlamentares têm defendido uma reforma mais ampla, que também inclua impostos estaduais, como o ICMS, e municipais, como o ISS.

O deputado federal João Roma (Republicanos-BA), entende que o país necessita de um modelo tributário mais abrangente e que, além de tudo, torne o processo de pagamento dos impostos pelos contribuintes mais simplificado e justo. “Sem dúvida nenhuma, os países que estão dando certo adotam essa modelagem. A estrutura brasileira é lastreada no imposto de maior arrecadação, que é o ICMS, e é obsoleta, não condiz com a realidade atual. Também não consegue ser abrangente adequadamente e, muito menos, ser justa”, aponta o parlamentar.

Foto: divulgação

Veículo: Site A Tarde	
Data: 25/08/2020	Caderno: Notícias

# A TARDE

Ter , 25/08/2020 às 15:44 | Atualizado em: 25/08/2020 às 18:04

## TCE aprecia contas do governo nesta quinta-feira

Da Redação



Durante sessão plenária virtual na próxima quinta-feira, 27, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) vai apreciar prestação de contas do governador Rui Costa, relativas ao exercício de 2019. A prestação de contas do Poder Executivo vai ter como relator o conselheiro-corregedor, Inaldo da Paixão Santos Araújo, indicado pelo plenário da Corte de Contas.

O parecer prévio, após apreciação pelo plenário, vai ser enviado à Assembleia Legislativa para ser julgado pelos deputados estaduais, que vão dar a palavra final, acatando ou não a recomendação da Corte. Em 2019, em decisão por maioria dos votos, o TCE/BA enviou a proposta de parecer prévio pela aprovação, com três ressalvas e mais 33 recomendações, além de alerta específico relacionados aos limites de despesa total com Pessoal e Encargos Sociais.

### TRAMITAÇÃO

O parecer prévio do TCE/BA tramita na Assembleia de forma análoga aos projetos de lei, sendo submetido a exames nos colegiados temáticos. O material, ao ser publicado no Diário Oficial, é enviado para a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, local onde é aberto um período inicial de dez dias para que os parlamentares, se acharem necessário, solicitem informações extras. Após isso é concedido prazo de 15 dias para a apresentação das respostas pelo TCE/BA.

Ao final da etapa, um novo período de 15 dias é aberto, para os deputados emendarem a matéria, o que então se designa o relator. Após esse ponto, o colegiado se reúne em até 15 dias para votar o relatório, que, após aprovado, vai ser apreciado de modo definitivo em plenário.

Veículo: Site Folha do Estado	Online
Data: 25/08/2020	Caderno: Notícias

**FOLHA DO ESTADO**  
DA BAHIA

## Seis feirenses entre vencedores da Nota Premiada Bahia

Este é o segundo mês de retorno das premiações da campanha, interrompidas entre março e junho devido à suspensão temporária dos sorteios da Loteria Federal pela Caixa Econômica Federal, por conta da pandemia



A segunda-feira (24) começou animada para 91 baianos sorteados pela campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, a Nota Premiada Bahia. O resultado do sorteio de agosto contemplou um ganhador de Salvador, do bairro de Santa Tereza, em Brotas, com o prêmio de R\$ 100 mil, e ainda 90 participantes que residem em 24 cidades baianas, cada um com R\$ 10 mil. A lista de ganhadores pode ser consultada no [site](#), e ainda no Instagram [@notapremiadabahia](#) e nas redes sociais da **Secretaria da Fazenda da Bahia**: Instagram [@sefazbahia](#), Facebook [@sefaz.govba](#) e Twitter [@sefazba](#).

Este é o segundo mês de retorno das premiações da campanha, interrompidas entre março e junho devido à suspensão temporária dos sorteios da Loteria Federal pela Caixa Econômica Federal, por conta da pandemia. É a partir dos números da Federal que é definido o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da Federal. A capital baiana, que reúne o maior número de participantes inscritos na campanha e de estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), também teve em agosto maior proporção de ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil: ao todo, 54 contemplados.

Outros 36 sorteados moram no interior. Feira de Santana e Camaçari são os municípios campeões desta vez, com seis e três ganhadores respectivamente. Em seguida vêm Barreiras, Eunápolis, Ipiaú, Jacobina, Teixeira de Freitas e Vera Cruz, com dois contemplados cada. A lista é completada por 15 municípios com um sorteado cada: Amargosa, Candeias, Cândido Sales, Cruz das Almas, Guanambi, Iaçú, Itagi, Lauro de Freitas, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Mata de São João, Mucuri, Rio do Pires, Simões Filho e Tucano.

### Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como

acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Neste mês de agosto, e ainda em setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de voltar primeiro com os sorteios dos finais de semana, só retomando os das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais no meio da semana, como de costume.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu "Minha Conta", escolher a opção "Bilhetes". A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

A Nota Premiada conta atualmente com quase 563 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 768 pessoas, dos quais 488 moram na capital e 280 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Torquato e Edmone Campos de Eça, residentes em Ipiaú e  
Dernival Bertoldo Santos, residente em Itagi.

Outros municípios que tiveram ganhadores neste sorteio foram  
Feira de Santana com 06 ganhadores, Camaçari com 3  
ganhadores, Barreiras, Eunápolis, Jacobina, Teixeira de Freitas  
e Vera Cruz com 02 ganhadores cada, Candeias, Cândido Sales,  
Guanambi, Lauro de Freitas, Luis Eduardo Magalhães,  
Macarani, Mata de São João, Mucuri, Rio do Pires, Simões  
Filho e Tucano com 1 ganhador cada.

Clique [AQUI](#) para conferir a lista completa

Veículo: Site Criativa	Online
Data: 25/08/2020	Caderno: Notícias



## Amargosense é uma das sorteadas da Nota Premiada Bahia

Ivanildo Bastos 25 de agosto de 2020 às 10:54



Uma amargosense foi uma das sorteadas da **Nota Premiada Bahia**, sorteio desta segunda-feira (24). Para Amargosa saiu o prêmio de 10 mil, Lucinea dos Santos Pereira.

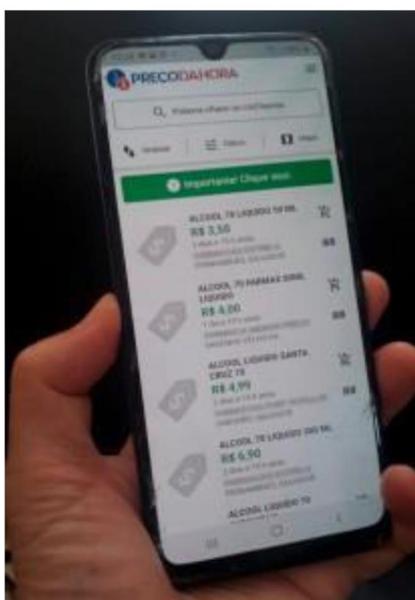
Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 54 foram para a capital e 36 para o interior, contemplando ganhadores de 23 municípios.

Além de Amargosa e Salvador, outros municípios que tiveram ganhadores neste sorteio foram Feira de Santana com 06 ganhadores, Camaçari com 3 ganhadores, Barreiras, Eunápolis, Jacobina, Teixeira de Freitas e Vera Cruz com 02 ganhadores cada, Candeias, Cândido Sales, Guanambi, Lauro de Freitas, Luis Eduardo Magalhães, Macarani, Mata de São João, Mucuri, Rio do Pires, Simões Filho e Tucano com 1 ganhador cada.

Veículo: Blog Tempo Presente	Online
Data: 23/08/2020	Caderno: Notícias



## Preço da Hora Bahia chega a pequenos e médios municípios



Com 283,8 mil usuários conquistados em quatro meses, o aplicativo Preço da Hora Bahia, que permite ao consumidor baiano pesquisar preços de todos os mais de meio milhão de produtos comercializados em todo o estado com base nas informações das notas fiscais eletrônicas armazenadas na Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), segue sendo mais utilizado em Salvador e nas grandes cidades do estado, mas agora as maiores taxas de crescimento têm ocorrido em municípios de médio e pequeno porte. As cinco maiores taxas na última semana ocorreram em Itaberaba (4%), Santo Estêvão (3,6%), Queimadas (3,3%), Dias d'Ávila (3,2%) e Valença (2,8%).

No momento, 20 municípios respondem por 90% dos usuários do aplicativo, disponível nas lojas virtuais para celulares equipados com sistemas Android e iOS e ainda no site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br). A capital tem mais da metade do total de usuários: 157,8 mil, mas o interior avança e já soma 126 mil. Depois de Salvador, o município com maior número de usuários é Feira de Santana, com 20,8 mil. Em seguida estão Lauro de Freitas (13,5 mil), Camaçari (10,4 mil), Vitória da Conquista (5,9 mil), Itabuna (5,1 mil), Santo Antônio de Jesus (4,5 mil), Ilhéus (4,1 mil), Alagoinhas (3,9 mil) e Jequié (2,9 mil).

O ranking traz ainda Porto Seguro (2,9 mil), Teixeira de Freitas (2,8 mil), Simões Filho (2,7 mil), Barreiras (2,6 mil), Cruz das Almas (2,4 mil), Candeias (2,2 mil), Dias d'Ávila (2 mil), Paulo Afonso (1,9 mil), Eunápolis (1,6 mil) e Juazeiro (1,5 mil). “O Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em cada um dos 417 municípios, sem exceção, por isso é uma ferramenta útil para todos os baianos e como tal precisa chegar ao máximo possível de usuários”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**.

Veículo: Jornal Forte no Recôncavo	Online
Data: 25/08/2020	Caderno: Notícias



terça-feira, 25 de agosto de 2020

## Amargosa, Cruz das Almas, Ipiaú e Iaçú tem ganhadores na Nota Premiada Bahia



Nesta última segunda-feira, dia 24, saiu o resultado do sorteio da campanha **Nota Premiada Bahia, do Governo do Estado**. A ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil é Sueli Santos Oliveira, moradora de Salvador. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 54 foram para a capital e 36 para o interior, contemplando ganhadores de 23 municípios.

Entre os ganhadores do valor de R\$ 10 mil estão: Lucinea dos Santos Pereira, residente em Amargosa; Thiago David Pereira Araujo, residente em Iaçú; Josaphat Azevedo dos Santos, residente em Cruz das Almas; Miclecia Nascimento dos Santos



## FABIO GIAMBIAGI



[o.globo.com/opiniao/siliconia-a-tico20viteiro.com.br](https://o.globo.com/opiniao/siliconia-a-tico20viteiro.com.br)



### Bahia, um exemplo a olhar

**E**m 2019, em virtude da “militância” em favor da reforma previdenciária, dei muitas palestras Brasil afora. Numa das viagens fui a Salvador, a convite de uma organização da sociedade civil, para um debate sobre o tema. Foi uma experiência interessante, pelo que me permitiu aproveitar do entorno do evento. A eventos como esse, eu já tinha ido muito ao longo de anos, de modo que era difícil que me trouxessem novidades no plano pessoal. Por outro lado, a oportunidade me permitiu retornar à Bahia e, nela, a Salvador, cida-

de a que havia anos não ia.

O que vi me deixou com boas expectativas em relação ao Brasil, num contexto — como tem sido discutido nesta página, não apenas por mim, como também por outros colonistas — em que, como se sabe, a polarização aguda em que mergulhamos desde meados da década de 2010 tem deixado marcas profundas.

Explico o quadro local para os leitores não familiarizados com a política baiana. O estado foi, desde os anos 70 até o começo da primeira década deste século, dominado por Antônio Carlos Magalhães — o “ACM”. Ele tinha um sucessor, o filho Luís Eduardo, político hábil, presidente da Câmara dos Deputados em 1995/1996 e em carreira para estar no grid da disputa presidencial de 2002, quando foi levado pelo destino por um infarto fulminante, em 1998, ainda jovem. Os outros herdeiros políticos de ACM não tiveram o mesmo sucesso e, desde a década de 2000, a Bahia passou a ser politicamente dominada pelo PT, originalmente pelo ex-governador Jacques Wagner e, nos últimos seis anos, pelo atual, Rui Costa. Salvador, por sua vez, depois de algumas gestões bastante fracas, andou na contramão do estado e caiu em mãos do atual prefeito,

ACM Neto, do DEM. Ele foi eleito pela primeira vez em 2012 e reeleito em 2016. Tem feito um excelente governo, recuperando inicialmente as finanças da prefeitura e tomando, posteriormente, uma série de iniciativas que melhoraram muito a cidade.

O governador não tem ficado atrás, com uma gestão fiscal responsável e um acervo expressivo de realizações em matéria de investimentos, presentes tanto na capital —

*O eleitor tem a seu dispor opções diferenciadas para escolher, sem que amigos e famílias precisem se digladiar entre si*

nas áreas de alçada estadual — quanto no interior, nas cidades onde a capacidade de investimento dos governos locais é muito limitada. Embora tenha passado pouco tempo na cidade, posso dizer que, tirando o tempo do debate, foi possível conversar com diversas pessoas, tanto do meio empresarial como do ambiente universitário e também partidário. E o que vi e escutei foi animador, corroborando as informações gerais que já tinha como leitor que acompanha à distância os acontecimentos do estado, um dos mais importantes do país.

De um lado, temos um governo estadual

associado à “esquerda”, muito bem estabelecido no estado, com as contas até antes da pandemia mais ou menos ordenadas, fazendo várias obras. De outro, rivalizando e se posicionando na disputa sucessória para 2022 no estado, um prefeito que muitos consideram como representante da “direita”, que, além de ter as contas em dia, tem realizado muitas obras, com grande impacto social. São, obviamente, grupos opostos, que rivalizam e, vez por outra, brindam um ao outro algumas “caneladas”.

O positivo da situação é que, além de nem um nem outro lado, por assim dizer, “incorrer em impedimento” em matéria de práticas, são grupos rivais que se respeitam e conservam espaço de diálogo, concorrendo pela preferência do eleitor. Fazem isso pelo que cabe aos políticos praticar quando as coisas funcionam, ou seja, boas políticas públicas. O eleitor tem, assim, a seu dispor opções diversas para escolher, sem que amigos e famílias precisem se digladiar entre si. A Bahia tornou-se, de certa forma, o que a maioria do país gostaria que o Brasil fosse: um espaço de convivência de forças diferentes. É um exemplo inspirador. De certa forma, em matéria de convivência política, a Bahia é nosso Uruguai!

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 26/08/2020	Página: A2

# A TARDE

## Gestão eficiente

Segundo o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2020, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia, Salvador é a capital do país mais eficiente na execução dos pagamentos de seus compromissos. A publicação aponta que Salvador obteve o índice de 0,1%, sendo a capital com a melhor qualidade no planejamento de suas despesas. A gestão do município foi destaque ainda com o primeiro lugar na chamada "Rigidez das Despesas", aspecto que demonstra a capacidade do município de lidar com situações de contração fiscal, medido pela relação entre as despesas de custeio e as totais. Salvador registrou ano passado um índice de 44,9%, o melhor de todos, quase 10 pontos percentuais menor que a média das capitais.

# A TARDE

## Produção brasileira de grãos projeta novo recorde

MIRIAM HERMES

A projeção do aumento de 8% na produção brasileira de grãos na próxima safra foi anunciada ontem pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a partir de cálculos estatísticos baseados em informações de campo, imagens de satélite e previsões climáticas.

A expectativa, de acordo com dados do Perspectivas para a Agropecuária Safra 2020/21 – Edição Grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), é que a produção total chegue a 278,7 milhões de toneladas, atingindo um novo recorde. Esse total é relativo a produção de 15 tipos de grãos, dos quais milho, soja, algodão, arroz e feijão participam com 95% do total.

Já em fase de encerramento, a safra 2019/2020 brasileira teve recorde de produção alcançando 253,7 milhões de toneladas, conforme o boletim de agosto da Conab, ultrapassando em 4,8% os grãos colhidos na safra 2018/2019.

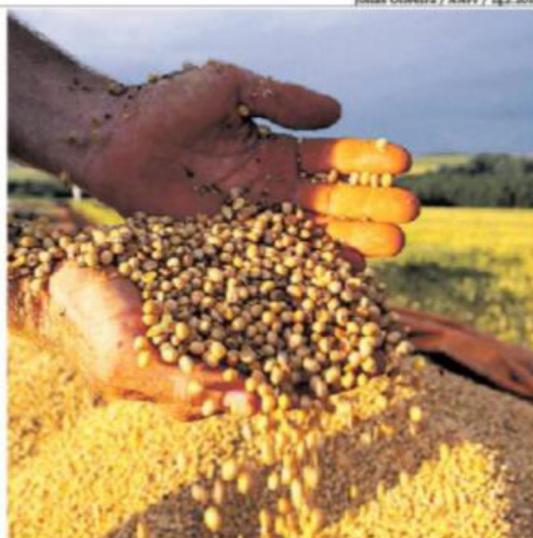
De acordo com a ministra Tereza Cristina, titular do Mapa, os agricultores brasileiros “estão produzindo co-

mo nunca”, o que deve impactar positivamente “não só para a população brasileira, mas também para as exportações, para que o Brasil continue sendo o grande supridor de alimentos para o mundo”, afirmou.

Ela pontuou que os números favoráveis são resultado do esforço do setor produtivo em conjunto com os investimentos do governo em financiamentos, pesquisas e na abertura de novos mercados compradores.

Para a soja, principal cultura produzida na Bahia, a projeção é alcançar uma área de 37,86 milhões de hectares no Brasil, com crescimento de 7% em relação safra anterior. A expectativa é produzir de 133,5 milhões de toneladas na próxima safra. Este ano, a cultura produziu 124,4 milhões de toneladas.

O algodão, segunda maior cultura em área no estado, tem previsão de redução de área plantada de 11% no País, o que deve se refletir também na Bahia. As motivações apontadas estão baseadas entre outros fatores na retração mundial do consumo da fibra por causa da pandemia e estoques elevados, o que reflete no baixo



Safra 2019-2020 alcançou 253,7 milhões de toneladas

preço mundial.

### Projeção na Bahia

No estado, que na safra 19/20 plantou 1,6 milhão de hectares e produziu 6 milhões de toneladas, a projeção é de crescimento entre 40 a 50 mil hectares, absorvendo as áreas que deixarão de ser plantadas com algodão, explicou o assessor de agronegócios da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Luiz Stahlke.

Segundo Stahlke, a redução estimada para a área do algodão no estado é em tor-

no de 30%. Na safra 19/20, que está em fase final de colheita na região, a cultura ocupou uma área de 315 mil hectares com produção estimada de 1.488.375 toneladas da fibra com caroço.

Para o milho, a perspectiva é que ocupe cerca de 160 mil hectares na região oeste. Na safra 19/20, a produção do grão foi de 1.584.000 toneladas. “As principais mudanças devem ficar mesmo para o crescimento da área de soja e redução do algodão, seguindo a tendência nacional”, explicou Luiz Stahlke.

# A TARDE

## Semana Brasil terá o apoio da Fecomércio-BA

**MARJORIE MOURA**

A Fecomércio-BA confirmou apoio à Semana Brasil, iniciativa do governo federal, que acontece de 3 a 13 de setembro em todo o País, com o objetivo de aquecer as vendas no varejo, apesar da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. A 2ª edição do projeto, é uma tentativa de reunir todo o comércio num impulso à retomada da economia e dos empregos, oferecendo medidas de segurança para o consumidor.

"Estamos numa fase em que as iniciativas promocionais para ajudar o varejo a sair dessa crise são fundamentais. Na capital baiana, que atravessa a fase 2 da retomada econômica, a ação chega em momento apropriado, com os shoppings centers em funcionamento", salienta o presidente Carlos de Souza Andrade, da Fecomércio-BA.

A tentativa de criar uma "Black Friday" brasileira mostrou resultados sutis no varejo digital. Um levantamento realizado pelo Compre & Confie, empresa de inteligência de mercado focada em e-commerce, mostra que, em 2019, o faturamento dos quatro primeiros dias da data foi 37,6% maior do que o mes-

mo período de 2018. Ao todo, a cifra foi de R\$ 1,1 bilhão.

Mas, de acordo com a consultoria, apesar do aumento – próximo de 40% – nas vendas, o e-commerce já apresenta um crescimento médio consistente de 20% no ano passado, mesmo sem a data comemorativa. Além disso, "o feriado prolongado na mesma data em 2018 é um fator que tem de ser observado, uma vez que colaborou para a redução das vendas pela internet no ano anterior", explica André Dias, diretor executivo do Compre & Confie.

O fato é que o setor de e-commerce não ficou animado com a Semana Brasil e aposta todas as fichas no Black Friday, em novembro.

### **Boom**

Em março deste ano, segundo dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), surgiram 80 mil novas lojas virtuais. Em abril, houve um aumento de 47% de pedidos online e entre março e abril, foram 25 milhões de pedidos em quatro mil lojas virtuais. Já o número de clientes com pelo menos uma compra online subiu para 1 milhão. Em 2019, o comércio eletrônico representava apenas 5% do varejo brasileiro.

# A TARDE

## EDUCAÇÃO

### Senado aprova PEC do Fundeb sem mudanças

#### DA REDAÇÃO

O Senado aprovou ontem em primeiro e segundo turnos, por 79 votos favoráveis e nenhum contrário, o texto-base da PEC que torna o Fundeb permanente na Constituição.

A proposta também aumenta a complementação da União na cesta do Fundeb dos atuais 10% para 23% em seis anos.

O texto aprovado é o mesmo que passou pela Câmara de Deputados no mês passado. A Emenda deve ser promulgada pelo Congresso Nacional ainda hoje. Sem alterações no texto-base, não há necessidade de retorno à Câmara.

Principal mecanismo de financiamento à educação, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) reúne parcelas de

impostos e recebe uma complementação da União para ser direcionada a estados e municípios que não atingem um valor mínimo a ser gasto por aluno a cada ano. Criado em 2017, ele tinha vigência até este ano e por isso a necessidade de renovação.

O complemento federal atual é de 10% - cerca de R\$ 16 bilhões no ano - e passará para 23%, de modo escalonado, até 2026. Em 2021, a complementação da União chegará a 12%, o que vai significar um incremento de R\$ 3,2 bilhões.

Inicialmente, o governo se movimentou contra a proposta nos moldes da articulação do Legislativo e tentou incluir o programa Renda Brasil, em substituição ao Bolsa Família, no mesmo pacote de repasses, o que deixaria a despesa assistencial fora do teto de gastos. A estratégia, porém, foi rejeitada pelo Congresso.



Casa aprovou texto por 79 votos a favor e nenhum contra

Senadores se movimentaram para fazer alterações, mas descartaram mudanças após resistência de sindicatos e parlamentares ligados ao setor. Uma das mudanças ensaiadas foi permitir o uso do Fundeb para o pagamento de aposentadorias, possibilidade barrada pelo texto.

A renovação do Fundeb é vista como uma vitória por educadores. Segundo o Movimento Todos pela Educação, a alta de recurso vai permitir tirar 46% dos municípios de uma situação crítica de financiamento, cujos orçamentos praticamente travam melhorias de aprendizagem.

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 26/08/2020	Página: B2

# A TARDE

ENTREVISTA

## Rui aposta em união em 2022

**RAUL AGUILAR**

Em entrevista ao jornal O Globo ontem o governador da Bahia, Rui Costa (PT), sugeriu uma aliança entre partidos de esquerda e direita do Brasil para impedir uma eventual reeleição do presidente da República, Jair Bolsonaro (Sem Partido). Na entrevista a O Globo, Rui usou a eleição dos EUA como exemplo para reforçar a necessidade de um pacto interpartidário.

"No estilo da eleição americana, temos que demonstrar quanto está sendo ruim,

quanto será desastroso para o Brasil se nós não mudarmos o rumo do país. Durante o ano de 2021, o conjunto de partidos de diferentes cores, do centro à esquerda, deve se reunir, e quando se aproximar da eleição a gente entra no debate de perfis, de nomes, de condições de vitória", explicou Rui.

### Apoio

O deputado federal presidente PDT na Bahia, Félix Mendonça Júnior, apoia decisão do governador e reforça que, se adotada pelo Partido dos Tra-

balhadores (PT), poderá trazer bons frutos. "Eu vejo essa reflexão com muita alegria, é sinal que o PT está começando a pensar mais no país do que no partido", avaliou.

Na mesma linha segue a presidente do PSB, a deputada federal Lídice da Mata, fazendo a ressalva de que é preciso "uma frente antifascista" o "mais ampla possível" e com "compromisso além da democracia formal, com a democracia econômica, acesso à renda, ao trabalho para maioria do povo".

O cientista político e pro-

fessor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNI-LAB), Cláudio André, lembra que na eleição municipal de 2016, antes do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff (PT), o PT já tinha se unido ao DEM e ao PSDB para viabilizar candidaturas em várias cidades do Brasil: "Essa perspectiva de de apoio, de criar uma tática eleitoral mais ampla, ela não é nova. Basta a gente pensar que, em 2016, o PT fez 60 coligações no Brasil com o PSDB, com o Democratas, foram 55".

# Marco legal pode trazer até R\$ 28 bi para a Bahia

**Donaldson Gomes**  
EDITOR  
@donaldsongomes

A abertura do mercado de saneamento básico no Brasil poderá viabilizar investimentos de até R\$ 700 bilhões nos próximos anos e até 700 mil postos de trabalho. Aqui na Bahia, o montante necessário para garantir a toda a população o acesso a serviços de água tratada e a destinação adequada ao esgoto varia entre R\$ 14 bilhões e R\$ 28 bilhões.

A entrada em vigor do novo Marco Legal do Saneamento Básico, em 15 de julho, renovou as esperanças em relação à superação de um dos mais graves problemas de infraestrutura do Brasil. Hoje, quase

metade da população brasileira ainda não tem acesso à coleta e o tratamento de esgoto, enquanto 35% também não dispõe de água potável em suas residências.

Por outro lado, historicamente, o poder público não tem direcionado recursos suficientes para a solução destes problemas, o que coloca os investimentos privados como alternativa para o setor. “A falta de saneamento é algo que impacta profundamente a vida da população. O novo marco legal do saneamento abre uma enorme possibilidade porque vai permitir a competição nesta área”, destacou ontem Murilo Xavier, diretor da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), na mediação na live Adequação da Bahia ao Novo Marco do Saneamento.

## Saneamento Abertura para a iniciativa privada no setor vai atrair novos investimentos

**Especialistas discutem quais são os caminhos para ampliar saneamento básico na Bahia**

Nos últimos cinco anos, a Bahia investiu em média R\$ 800 milhões por ano em saneamento, isso mesmo se somando os recursos próprios do estado com outros da União e de fundos direcionados ao setor. “Nossos cálculos são de que a Bahia precisa de algo entre R\$ 14 e R\$ 28 bilhões para a universalização, levando em conta substituição de estruturas”, diz. “Nossa média hoje está aquém daquilo que seria necessário”, reconhece Leonardo Góes Silva, secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia.

O secretário nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento regional, Pedro Maranhão ressaltou que, ao contrário de outras áreas da infraestrutura, o saneamento foi deixado de lado por muitas décadas. “Temos 100 milhões de pessoas sem esgoto e 3,1 mil lixões ainda em operação no país, mas a capacidade de investimento do estado esgotou. Tanto federal, quanto estadual. A necessidade de investimento é muito maior do que o que foi feito”, ponderou.

Para o Gabriel Fiuza, subsecretário de Regulação e Mercado, da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura, do Ministério da Economia, o marco legal vai permitir a universalização em prazo adequado.

Fiuza avaliou que antes o

ambiente de negócios era “hostil” aos investimentos privados. “Temos uma lei que veio remover as barreiras ao setor privado e é importante ressaltar que foi essa dificuldade para investir que criou a defasagem no setor de saneamento”, acredita.

Segundo ele, os benefícios que a universalização pode render para a sociedade vão além dos R\$ 700 bilhões previstos em investimentos diretos. “Podemos multiplicar por três em termos de valor para a sociedade. Vai gerar valorização imobiliária, vai trazer mais saúde, aumento da produtividade do trabalho, fora a criação de empregos”, destaca. Segundo ele, a estimativa é pela geração de 700 mil empregos.

O interesse privado em investir neste momento poderá ajudar a economia brasileira impactada pela pandemia da covid-19, ressaltou Percy Soares Neto, diretor-executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

Segundo ele, desde a aprovação da legislação, as empresas do setor estão se movimentando em busca de oportunidades.

“Este movimento vai ser saudável para o setor, mas sobretudo para o país”.

Para ele, entretanto, existe espaço para investimentos públicos no setor também.

REPRODUÇÃO

**DIÁLOGOS FIEB**

**FIEB**  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

●● Temos 100 milhões de pessoas sem esgoto e 3,1 mil lixões ainda em operação no país  
**Pedro Ronald Maranhão**

Secretário nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento regional

●● A população vai ganhar porque isso vai resolver o problema com os contratos de serviços precários  
**Murilo Xavier**

Diretor da Fieb e presidente do Conselho de Infraestrutura da entidade

●● Foi a dificuldade para receber investimentos privados que criou a defasagem no setor  
**Gabriel Fiuza**

Subsecretário de Regulação e Mercado do Ministério da Economia

●● Há espaço para parcerias e a privatização é apenas uma das possibilidades  
**Percy Soares Neto**

Diretor-executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto

●● Nossos cálculos são de que a Bahia precisa de algo entre R\$ 14 e R\$ 28 bilhões para a universalização  
**Leonardo Góes Silva**

Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia

# Mais\*

## COMERCIANTES CITAM A ÉPOCA CHUVOSA E UMA MAIOR DEMANDA COMO CAUSAS DO VALOR SALGADO



NARA GENTIL

# Construir fica mais caro na Bahia durante a quarentena

**Preços** de produtos essenciais como tijolo tiveram um aumento de 100% no Estado; item está em falta, diz setor

**Daniel Aloisio\***

REPORTAGEM

daniel.santos@redabahia.com.br

De R\$ 600 para R\$ 1,2 mil. Esse foi o aumento na compra de mil unidades de tijolos em uma das lojas de material de construção mais populares de Salvador, O Fazendão, em Cajazeiras. O aumento de 100% não é exclusivo da empresa do seu Gilberto Cerqueira, 60 anos. O CORREIO

entrou em contato com pelo menos 10 lojas do setor em sete cidades baianas e confirmou não só o crescimento do valor do produto, como também a sua falta no mercado.

"Blocos? Não temos. Estou com oito páginas de clientes aguardando o produto chegar. O fornecedor diz que vai chegar na próxima semana, é a nossa previsão, mas ele sempre diz isso e não entrega. A gente fica só aguardando... Estamos vivendo um cenário complicado", diz Cláudia Azevedo, gerente da Torres Materiais de Construção, em Cajazeiras.

"Eu não sei qual loja de Salvador tem bloco atualmente, pois faço parte de um grupo em que todos estão com esse problema", complementa Azevedo. O grupo em questão é o da As-

**Cimento também é apontado pelos comerciantes do setor de construção como um dos itens em falta porque mais gente resolveu reformar na pandemia**

**45**

**dias é o tempo mínimo de espera pela chegada de produtos como tubo de pvc, em falta nas lojas por conta da demanda maior**

### MAIS EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

● **Contratações** Mesmo em plena pandemia, Salvador registrou em julho a criação de 439 empregos formais no setor da construção civil, segundo dados divulgados anteriormente pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Além do segmento, outra área que obteve resultado positivo foi a da indústria, com 34 postos gerados. "Temos que comemorar esses resultados, que são fruto de muito trabalho da Prefeitura para reativar a economia. Vinhamos numa velocidade enorme de geração de emprego e, apesar da crise causada pela covid-19, não diminuímos os investimentos em infraestrutura para melhorar a condição da cidade, bem como manter os postos", explica o titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), Sérgio Guanabara. "Como forma de minimizar os impactos causados pelo coronavírus, procuramos evoluir com parcerias privadas e estipulamos metas de emissão de alvará para que as obras não parassem", acrescenta Guanabara.

sociação dos Comerciantes de Material de Construção da Bahia (Acomac-BA). O presidente, Geraldo Cordeiro, confirma a falta do material.

"Como estamos num período chuvoso, isso dá impacto direto na cerâmica. As empresas têm dificuldade para extrair o barro na chuva e também a madeira, usada na queima dos blocos, não pode estar molhada. Mas também junta o aumento do consumo do produto nessa pandemia. O setor está registrando um aumento geral de 10% nas vendas", disse.

Das cinco empresas de Salvador procuradas pela reportagem, somente a Construa Barato, da Mata Escura, disse ter tijolos. O local vende somente por delivery. "A gente teve que encontrar um bom fornecedor, que fica na divisa da Bahia com o Espírito Santo. Por ser mais em conta, estou vendendo o milheiro por R\$ 1.060,00, mas já cheguei a vender por R\$ 1,2 mil", diz o dono, Tom Sampaio.

### DIRETO DA FÁBRICA

O dono da Cerâmica Santos, de Luís Eduardo Magalhães, centro-oeste baiano, afirma que esse é o primeiro reajuste de preço dos tijolos em 12 anos, o que foi possível pelo aumento de demanda.

"Sempre vendemos aquilo que estava no patamar da produção e hoje temos uma

demanda que não conseguimos suprir. Produzimos cerca de 600 mil peças por mês e continuamos nessa produção máxima, mas não podemos passar disso", acrescenta.

Na cidade, um aumento de quase 100% no preço do produto foi registrado pela Oeste Material de Construção, que também está com o produto em falta. "Eles ainda estão entregando um pedido de 40 dias de atraso e que vai direto para os clientes que encomendaram", revela o dono da loja, Luciano Araújo.

Em Feira de Santana, o crescimento no preço dos blocos foi tão expressivo que Jorge Moraes, dono da Massa Fina Material de Construções, decidiu parar de vender o produto há 3 meses. "É um produto que necessita de logística muito grande e o preço está alto, chega a ser constrangedor para o cliente".

### OUTROS MATERIAIS

Quem é dono de loja de material de construção não reclama apenas da falta e do aumento do preço de tijolos. "Eu estou há 35 dias sem blocos na loja, mas também não tenho inox. Se tivesse todos os itens, o movimento seria bem melhor", explica Giovanni Argolo, gerente de O Fazendão, em Cajazeiras. "O tempo de espera do PVC está de 45 dias. Hoje, eu não tenho uma porta sanfonada e uma vara de tubo de 100 para oferecer ao cliente", reclama Cláudia Azevedo, da Torres Materiais de Construção.

Em Lauro de Freitas, Marcio Nascimento, dono da Construpiso, diz que o maior problema da sua loja são fios e cabos. "Não consigo encontrar. O preço subiu muito. O mesmo é com piso e revestimento", afirma. Já em Barreiras, Marizete Azevedo, dona da Casa Santa Luzia, relata seu drama: "está faltando cimento, telha, ferro de todos os tamanhos e tipos, e piso. Está muito difícil trabalhar".

Para Rosivaldo Califa, dono de uma loja de Itabuna que leva seu sobrenome, o aumento na demanda fez com que as fábricas tivessem dificuldades de fornecer os produtos. "As lojas de roupas estavam fechadas e as pessoas não tinham onde gastar dinheiro. Aí vieram gastar com a gente. O povo ficou em casa e começou a reformar", opina.

O auxílio emergencial é apontado pelo setor de material de construção como fator que ajudou no aumento das vendas. "principalmente nas periferias das cidades e regiões do interior. As pessoas reservaram parte desse dinheiro para fazerem melhorias em suas residências", diz o presidente da Acomac-BA.

\*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

# Em sessão histórica, Senado torna Fundeb permanente

**EDUCAÇÃO BÁSICA** Em sessão considerada histórica, o Senado aprovou ontem, por 79 votos favoráveis e nenhum contrário, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Novo Fundeb em dois turnos. Não houve alteração no texto aprovado anteriormente. Trata-se do principal mecanismo de financiamento do ensino básico público no País. Especialistas dizem que o fundo terá ainda mais relevância na pandemia, que exigirá mais esforço para garantir acesso e permanência de alunos na escola, além de maior qualidade de ensino.

O debate do tema no Congresso, iniciado em 2015, foi marcado por duras críticas ao modo como o Ministério da Educação (MEC) negligenciou o fundo na gestão Jair Bolsonaro. A emenda será promulgada pelo Congresso em sessão solene hoje. Criado em 2007, o Fundeb era um mecanismo temporário. Agora será permanente e vai aumentar o volume de recursos repassados pela União a Estados e municípios para pagar professores e outras despesas relativas à educação. A PEC aumenta complementação da União na cesta do Fundeb

dos atuais 10% do montante para 23%, em seis anos. Válido a partir de 2021, o fundo ajudará a mitigar a desigualdade no financiamento, por permitir que municípios mais pobres recebam mais recursos. No modelo atual, municípios pobres em Estados ricos saem prejudicados.

Houve só uma mudança na proposta na votação de ontem. O relator, Flávio Arns (Rede-PR), retirou um dispositivo do texto que previa repasse de recursos do financiamento para escolas privadas. Segundo ele, a Constituição já autoriza essa transferência para instituições comunitárias e filantrópicas e o trecho da PEC limitaria o pagamento a essas entidades. O ajuste não demanda a devolução do texto à Câmara para reanálise.

Havia, também, um destaque relevante para que Estados e municípios pudessem usar o Fundeb para pagar professores aposentados. O PSD, porém, pressionado por entidades e sindicatos, retirou a sugestão. Nos bastidores, senadores dizem que o Congresso deve buscar alternativa com vistas aos inativos, uma despesa significativa para diversos governos locais.

**O novo Fundo para Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) vai contar com mais recursos da União para serem repassados a estados e municípios e dessa forma ajudar a combater desigualdades no ensino público do país, segundo avaliam especialistas**

**Correio\*****24h****ECONOMIA**

8

Si

## Pesquisa: 15 milhões de brasileiros devem cair para classe D e E

**CRISE** A recessão provocada pela pandemia do novo coronavírus deverá empurrar ao menos 15 milhões de brasileiros para as classes D e E. As informações são de um estudo da consultoria Tendências, divulgado ontem, e que aponta para a deterioração do mercado de trabalho.

Além de piorar a condição de vida de uma fatia significativa da população, a atual crise deve impedir que parte dos brasileiros consiga progredir socialmente.

Ainda segundo a consultoria, 3,8 milhões de domicílios passarão a ter uma renda inferior a R\$ 2,5 mil.

O que explica essa piora adicional é a forte deterioração do mercado de trabalho, tanto informal como formal, durante a pandemia. Entre maio e julho, o desemprego cresceu 20,9% e alcançou 12,2 milhões de pessoas.

Mas o real impacto da doença no mercado de trabalho está escondido em ou-

tros números. No segundo trimestre, por exemplo, 8,9 milhões de brasileiros perderam o emprego – 6 milhões deles informais.

arte desse contingente de desempregados, porém, ainda não voltou a procurar uma recolocação, seja por conta do risco de contágio da covid-19 ou devido aos auxílios que vem recebendo do governo.

O estudo aponta ainda que boa parte dos novos integrantes das classes D e E deverão vir da classe C – domicílios com renda entre R\$ 2,5 mil e R\$ 6,1 mil. Pela projeção da Tendências, a classe C deve perder neste ano quase 2 milhões de domicílios.

De forma geral, os domicílios da classe C têm uma renda bastante variável porque, de todos os integrantes, apenas um costuma ter um trabalho fixo. Os demais têm renda variável e, portanto, são sensíveis a qualquer instabilidade no mercado de

### RETROCESSO

**15MI**

de pessoas devem migrar para as classes D e E por conta da crise econômica gerada pela pandemia. Ao todo, são...

**3,8MI**

de domicílios no país que vão passar a ter uma renda inferior a...

**2,5**

mil reais por mês, conforme estudo da consultoria Tendências.

**12,2MI**

de pessoas perderam o emprego no Brasil entre os meses de maio e julho. O crescimento do desemprego foi de 20,9%. Ao menos seis milhões de desempregados não buscaram ainda uma recolocação por medo de contrair o novo coronavírus

trabalho, conclui o estudo.

Os trabalhadores da classe C lidam ainda com uma piora adicional recente no mercado de trabalho, já que atuam majoritariamente em atividades do setor de serviços, duramente impactado pela pandemia, com a necessidade de se promover o isolamento social para evitar um avanço da doença.

A crise causada pela pandemia também está inviabilizando a ascensão da população brasileira para novas classes sociais. Uma parte do aumento das classes D e E é explicada por novos domicílios que se formam automaticamente nesse grupo, e que, por causa da crise, não conseguem melhorar o padrão de vida.

Essa dinâmica, dizem os autores do estudo, fica evidente no comportamento da renda dos mais pobres. A Tendências estima que a massa de renda das classes D e E suba 6,8% este ano, mas este aumento se dará pelo efeito pontual do Auxílio Emergencial pago pelo governo federal.

Anteontem, o governo anunciou a ampliação dos benefícios até o final deste ano, enquanto vigorar o estado de calamidade pública da pandemia.

# Correio\*

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## Insuportável ar das queimadas

As queimadas destroem a floresta. Além disso, a fumaça tóxica invade pulmões e afeta a vida humana. O estudo divulgado hoje procurou medir isso com a ajuda de especialistas em saúde e qualidade do ar. Em agosto de 2019, três milhões de brasileiros foram expostos ao material particulado fino, extremamente nocivo. Em setembro, foram 4,5 milhões. Este ano o problema está aumentando. Destruir a floresta é insensatez por ser a perda de patrimônio para o lucro de criminosos, mas ainda há o risco de intoxicação pelo ar.

A Human Rights Watch, o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia fizeram juntos o estudo para identificar internações e atendimentos na rede de saúde pública na Amazônia como efeito das queimadas do ano passado. Houve pelo menos 2.195 internações devido a doenças respiratórias que foram atribuídas às queimadas. Dessas, 467 (21%) foram de bebês de zero a 12 meses e 1.080 foram de pessoas com mais de 60 anos. Ao todo ficaram 6.698 dias hospitalizados para tratar os efeitos dessa exposição à poluição das queimadas.

O esforço das organizações para identificar, medir, mostrar o impacto na população é enorme, mas não consegue quantificar completamente. Seus autores lembram no documento que acabaram de divulgar que muita gente não tem sequer acesso à rede hospitalar.

É mais pesado para os indígenas, porque afeta a sua saúde e sobrevivência, já que eles dependem dos produtos da floresta para comer e viver. Ontem mesmo publiquei no blog a notícia de que líderes indígenas Awá Guajá e Ka'apor em áudios e fotos enviados para o antropólogo Uirá Garcia, professor da Universidade Federal de São Paulo, relatam a invasão das terras indígenas por fazendeiros, madeiros, estaqueiros, traficantes. Nas

fotos se vê o gado pastando em área que era floresta. O fogo faz parte do ciclo do crime. Os grileiros invadem, tiram as melhores madeiras, queimam o resto, e depois preparam o pasto.

"O desmatamento e as queimadas subsequentes frequentemente ocorrem nos territórios indígenas ou em seu entorno, às vezes destruindo plantações e afetando o acesso a alimentos, plantas medicinais e caça" alerta o estudo das organizações HRW, IEPS e IPAM. Elas dizem também que em 2020 a crise pode ser ainda maior porque o desmatamento no primeiro semestre aumentou 25% em relação ao mesmo período do ano passado. "Em abril de 2020, as áreas desmatadas e não queimadas em 2019 somadas às

recém desmatadas já totalizavam 4.509 quilômetros quadrados na Amazônia que poderiam ser queimados durante esta estação seca, ou seja, aproximadamente 451 campos de futebol". Em junho, houve 20% a mais de focos de calor do que no ano passado; em julho, a alta foi de 28%.

O risco este ano é maior também porque as pessoas intoxicadas e que foram aos hospitais, os encontraram lotados de pacientes de Covid-19. Os pacientes ainda correm o risco de contrair o vírus. Nos que estão com a doença, a fumaça agrava o principal sintoma, a dificuldade de respirar.

As queimadas produzem uma mistura de poluentes tóxicos que fica no ar por semana: monóxido de carbono, dióxido de

nitrogênio, carbono negro e marrom, precursores do ozônio. O pior é o material particulado conhecido como PM 2,5 que "penetra facilmente no pulmão e entra na corrente sanguínea permanecendo no corpo por meses após a exposição". As crianças pequenas são particularmente vulneráveis, alerta o estudo. Esse "ar irrespirável", como define o estudo, produz doenças crônicas e leva à morte prematura.

Ao fim da leitura, a pergunta que angustia é por que o Brasil aceita o roubo do patrimônio coletivo por um grupo de bandidos? Esse crime traz como efeito colateral a fumaça das queimadas que sufoca os moradores da Amazônia, onerando o sistema de saúde. Isso afeta principalmente as populações indígenas pela distância que eles estão de um posto de saúde. Depois do fogo vem o gado. Lideranças Awá e Ka'apor enviaram ao antropólogo Uirá Garcia um pedido de socorro e fotos do gado dentro de suas terras. Eles se sentem desamparados e ameaçados.

**\*PARA O MESTRE WASHINGTON NOVAES, COM GRATIDÃO POR SUA LUTA INCANSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE DO BRASIL.**

**\*\*COM MARCELO LOUREIRO**

## ECONOMIA

### Lojas darão descontos de até 80% em setembro

**SEMANA BRASIL** Para quem estava esperando a Black Friday, que só acontece na última semana de novembro, para comprar algum produto na promoção, pode ficar despreocupado. Algumas lojas baianas já darão descontos de 20% a 80% em seus produtos a partir da quinta-feira da semana que vem, dia 3 de setembro.

Chamado de Semana Brasil, o período de descontos vai durar até o dia 13 de setembro e faz parte de uma campanha nacional, criada pelo governo federal, para aquecer as vendas no comércio de varejo. Segundo o Sindilojas (Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia), a campanha vai impulsionar 10% das vendas do setor.

“A tendência é que as lojas aproveitem a oportunidade de fazer a promoção e nossa expectativa de adesão é muito forte”, diz o presidente do Sindilojas, Paulo Motta.

Contudo, como o momento ainda é de restrições por conta da pandemia do novo coronavírus, ele pondera que o lucro não será como foi na primeira edição, que ocorreu no ano passado. “A semana vai gerar capacidade de crescimento de venda, mas nada expressivo, porque um dos grandes problemas é gerar aglomerações. Nossa estimativa é cautelosa. Como nas promoções você diminui o preço do produto, você sacrifica o lucro, então você tem que vender mais produtos para atingir o valor econômico de cresci-



Sindilojas espera crescimento de 10% no comércio de Salvador com a campanha

mento, que acredito que será de 10%”, prevê Motta.

A Fecomércio-BA (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia) acredita que as promoções servirão também para dar mais visibilidade ao comércio, que esteve fechado de março a julho deste ano. “A perspectiva é boa mesmo neste contexto de pandemia. Estamos saindo de uma fase recessiva, com o comércio todo fechado por mais de três meses. Essa semana é para mostrar ao público que o comércio está vi-

“A tendência é que as lojas aproveitem a oportunidade de fazer a promoção e nossa expectativa de adesão é muito forte”  
Paulo Motta

Presidente do Sindilojas

vo e que nós estamos dando segurança para o cliente vir comprar. Muita gente ainda está com o pé atrás”, avalia o presidente da Fecomércio-BA, Carlos Andrade.

No caso das lojas em shopping centers, há receio em aderir à campanha, por conta principalmente das aglomerações que podem ser geradas, já que o horário está restrito. No protocolo da prefeitura, o horário de funcionamento dos centros comerciais é de 12h às 20h, de segunda a sábado.

“A dificuldade nossa é que

temos horários restritos, então estamos sujeitos a aglomeração. Estamos fazendo um apelo à Prefeitura para pelo menos abrir aos domingos ou voltar aos horários normais. Se a grande preocupação é não ter aglomeração, quanto mais horas o shopping estiver aberto, menos chances de ter”, pontua o coordenador estadual da Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Centers), Edson Piaggio.

Humberto Paiva, que é dono da loja de calçados infantis Cambalhota do Salvador Shopping, disse que não irá participar do evento, pois pode ficar sem estoque para o final do ano, em que as vendas estarão melhores, como ele acredita. Hoje, as vendas em sua loja estão entre 25% e 30%.

“Como lojista, não vejo com bons olhos uma liquidação dessa porque acho que não terá uma boa adesão, não é promoção que as pessoas estão procurando. Eu, particularmente, não tenho o que liquidar e estou com dificuldade para comprar produtos, porque as fábricas estão com sérios problemas de falta de matéria prima e redução da mão de obra. Não vou vender agora para ficar sem mercadoria no final do ano”, pondera Paiva.

\*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 26/08/2020	Página:

# Correio\*

## Pandemia fecha mais de 135 mil lojas em todo o país, diz CNC

**EFEITO COVID-19** Mais de 135 mil lojas foram fechadas e 500 mil empregos perdidos em todo o Brasil entre abril e junho deste ano, diante da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Os dados estão em levantamento divulgado ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Ainda de acordo com a CNC, o total de lojas fechadas equivale a 10% do número de estabelecimentos

do comércio varejista em funcionamento no país até antes do começo da crise econômica e do isolamento social gerados pelo vírus.

A previsão da CNC é que o setor encerre 2020 com 88,7 mil estabelecimentos a menos que no ano passado.

O levantamento traz os segmentos mais prejudicados durante a pandemia, justamente aqueles que comercializam produtos considerados não essenciais, como utilidades domésticas

(35,3 mil lojas fechadas); vestuário, tecidos, calçados e acessórios (menos 34,5 mil lojas); e comércio automotivo (menos 20,5 mil lojas).

O motivo para o fechamento de tantas concessionárias pode estar na redução do montante de recursos liberados para financiamento de veículos, que teve queda de 11,8% no primeiro semestre de 2020, com registro de R\$ 63,7 bilhões, nos primeiros seis meses do ano. Os dados foram divulgados

ontem pela Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef). Segundo a entidade, abril registrou o pior desempenho dos últimos doze meses, sendo o mais afetado pela crise, gerada pela pandemia de covid-19.

De acordo com a Anef, a inadimplência se manteve estável no primeiro semestre de 2020. Contrariando as expectativas, o indicador para pessoa física registrou alta de apenas 0,4 ponto.

MARCO CORREIA / PR



**Bolsonaro assinou MP e disse que 'bola está com o Congresso'. Programa dá mais benefícios para moradores do Nordeste**

## Guedes falta e cresce rumor de mudança

O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi a ausência mais notada na cerimônia de ontem no Palácio do Planalto, onde foi assinada a Medida Provisória que cria o programa Casa Verde e Amarela. O novo programa será gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho, com quem Guedes tem mantido divergências dentro do governo.

Ex-aliados durante a reforma da previdência - período em que Marinho foi assessor especial de Guedes na articulação com o Congresso - Marinho passou a ser uma voz favorável ao aumento de gastos, posição oposta à de Guedes, defensor do ajuste fiscal e de um estado nada gastador.

Segundo a jornalista Carla Araújo, do portal UOL, no Planalto, as insatisfações de Guedes - que tenta segurar o ímpeto gastador de Marinho - já estão escancaradas. E parecem ser cada vez mais recíprocas. Ministros próximos ao presidente têm dito que não há "ninguém substituível" e que Guedes precisa dialogar mais com a área política do governo.

O ministro da Economia também já teria sido alvo de uma reclamação do próprio Jair Bolsonaro, por, em uma entrevista, ter defendido que o aumento de gastos do governo pode levar ao impeachment do presidente.

Sem papas na língua, o ministro da Economia também passou a ser alvo de senadores. Ele disse que o Senado cometeu um crime ao derrubar veto presidencial que proibia reajustes de salários de servidores públicos. O veto foi mantido pela Câmara. Ontem, o Senado convocou Guedes para explicar a frase. Articuladores do Planalto dizem que este será mais um desgaste desnecessário para o governo. Ontem, no evento, Bolsonaro chamou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, de "PG2", as mesmas iniciais do atual comandante da economia. Oficialmente, no entanto, ninguém no governo afirma que Guedes pode deixar o governo.

# Governo diminui juros para casa própria no NE

**Novo programa** lançado ontem ainda prevê regularização fundiária e reforma de casas

**Lucas Moraes, Rede Nordeste**

REPORTAGEM  
redacao@correi24horas.com.br

Apostando na construção civil para gerar empregos e potencializar uma marca social para seu governo, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou ontem a Medida Provisória que cria o programa habitacional Casa Verde e Amarela. O novo programa vai substituir o Minha Casa Minha Vida, lançado ainda no governo Lula.

Durante cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro disse que, agora, "a bola está com o Parlamento". "Não tenho muito a dizer, apenas cumprimentar os ministros que trabalharam incansavelmente nessa questão, bem como o nosso Parlamento, que agora recebe essa MP e a aprovará, com toda certeza e, se for o caso, fará aperfeiçoamentos", afirmou, lembrando que para ter vigência maior que 120 dias a MP precisa ser aprovada pelo Congresso.

O Casa Verde e Amarela aposta na adaptação das condições de acesso para a aquisição da casa própria, com taxas de juros menores e injeção de recursos do

FGTS para manter as construções em meio às limitações do Orçamento-Geral da União. E mira no público das regiões Norte e Nordeste, onde as taxas de juros serão menores.

O texto da MP prevê ainda ações de regularização fundiária, reformas de moradias com inadequações e renegociação de dívidas de inadimplentes, o índice de inadimplência hoje beira os 40%, mas por lei, há apenas a previsibilidade para tomada do imóvel.

O programa não contempla a antiga faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, que incluía famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil e praticamente subsidiava a totalidade do imóvel. Aqui, a única ação prevista é a de conclusão das unidades já contratadas. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, o atual governo federal "herdou" 100 mil unidades paralisadas, mas só conseguiu até agora retomar 15 mil. "Estamos lançando hoje um programa que vai permitir que o Brasil tenha a menor taxa de juros na história de um programa habitacional", afirmou o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

### JUROS

No Casa Verde e Amarela, os

juros serão a partir de 4,25% no Nordeste e Norte do País. Nas demais regiões, as taxas começam em 4,5%. Atualmente, a faixa 1,5 do Minha Casa Minha Vida tem taxas de juros de 5% para financiamentos de até 30 anos com subsídios de até R\$ 47,5 mil.

A redução dos juros, segundo o governo, será capaz de trazer para o sistema de financiamento 1 milhão de famílias que não se encaixavam na primeira faixa do Minha Casa Minha Vida e que comprometiam mais de 30% da renda no caso do financiamento através da faixa 1,5 do antigo programa.

O governo diminuiu a remuneração da Caixa para garantir mais recursos para o programa. "A redução da remuneração do agente financeiro ao longo dos próximos quatro anos vai permitir que mais 350 mil unidades sejam construídas com menos dinheiro, porque o subsídio do FGTS vai diminuir ao longo de R\$ 9 bilhões para R\$ 7,5 bilhões e, mesmo assim, iremos crescer moradias", explicou Marinho.

A previsão é disponibilizar, até o fim deste ano, mais R\$ 25 bilhões do FGTS e R\$ 500 milhões do FDS para o programa. Com as obras, o governo espera gerar 2 milhões de novos empregos e incrementar à arrecadação R\$ 11 bilhões

## DETALHES

**A meta** é atender 1,6 milhões de famílias até 2024

**A taxa de juros** para estados do Norte e Nordeste pode chegar a 4,25% ao ano para cotistas do FGTS, e até 4,5% para estados de outras regiões. Até então, as taxas variavam entre 5% e 5,5% ao ano

**O programa** será dividido por grupos e não por faixas como o Minha Casa Minha Vida. No Grupo 1 estão famílias com renda de até R\$ 2 mil por mês e que podem ser beneficiadas por juros reduzidos, subsídios, regularização fundiária e reforma do imóvel. O Grupo 2 é para famílias com renda entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil mensais e o Grupo 3 para renda de R\$ 4 mil até R\$ 7 mil. Quando menor a renda, maior o subsídio.

**Também está incluído** no programa a regularização fundiária e melhorias de imóveis com inadequações (a exemplo de falta de banheiro). A estimativa é a de regularizar 2 milhões de moradias e melhorar outras 400 mil.

**Outra ação** prevista é a renegociação de dívidas de cerca de 500 mil famílias que estão inadimplentes com o Minha Casa Minha Vida.

# Tribuna

## LDO

# Salvador prevê receita de R\$8 bilhões para o próximo ano



**ACM NETO** sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias com receita de R\$ 8 bilhões

REDAÇÃO

O próximo prefeito da capital baiana deve administrar uma receita de R\$ 8 bilhões no próximo ano, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sancionada ontem pelo prefeito ACM Neto (DEM). Já o investimento previsto na cidade é de R\$1,1 bilhão. "A lei contempla de forma realista e prudente os investimentos na cidade. Poderemos, assim, manter o ritmo de trabalho compatível com os esforços que temos feito para avançar nas transformações estruturais e na melhoria significativa nos índices sociais verificadas nos últimos anos em Salvador", avaliou ACM Neto.

De acordo com a prefeitura, do investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão, 85% cor-

respondem a recursos vinculados a operações de crédito, contratos e convênios. "Graças ao equilíbrio fiscal obtido nestas duas últimas gestões do prefeito ACM Neto, os investimentos nas áreas sociais, infraestrutura, turismo e mobilidade estão garantidos por um planejamento cuidadoso, que prospectou e obteve recursos junto à União e organismos financeiros nacionais e internacionais", disse o titular da Casa Civil, Luiz Carreira.

Das operações de crédito, destacam-se os financiamentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa Nacional de Desenvolvimento Turístico em Salvador (Prodetur) e o Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Rio Mané Dêndê, no Subúrbio Ferroviário (Novo Mané Dêndê), que totalizam, em 2021,

uma soma de recursos da ordem de R\$197,3 milhões.

Com Banco Mundial, no Projeto Salvador Social, destinado ao fortalecimento da gestão dos serviços de saúde, educação e assistência social, serão investidos R\$ 312,9 milhões. Também serão aplicados R\$ 72,7 milhões pelo Programa de Requalificação Urbanística de Salvador (Proquali), para infraestrutura e equipamento urbano, financiado pela Corporação Andina de Fomento (CAF).

Para o Programa Corredores de Transporte Coletivo Integrados de Salvador (BRT), destinado à melhoria da mobilidade urbana, com contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal e com a União, estão previstos para o próximo exercício em desembolso da ordem de R\$ 220,8 milhões.

### EFICIÊNCIA

Salvador é, pelo segundo ano consecutivo, o capital do país mais eficiente no que se refere à execução dos pagamentos de seus compromissos, segundo o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2020, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia.

A publicação analisa a gestão fiscal dos estados e dos municípios no ano de 2019, e Salvador obteve o índice de 0,1%, sendo a capital que exhibe a melhor qualidade no planejamento de suas despesas, segundo a STN. Este índice de eficiência baseia-se no exame da quantidade de despesas reconhecidas e liquidadas que foram transferidas como restos a pagar para o exercício seguinte ou que foram quitadas no próprio exercício.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 26/08/2020	Página: 06

# Tribuna

## TCE aprecia contas do Estado nesta quinta

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) vai apreciar, em sessão plenária virtual da quinta-feira (27.08), a prestação de contas do governador Rui Costa, relativas ao exercício de 2019. A prestação de contas do Poder Executivo terá como relator o conselheiro-corregedor, Inaldo da Pai-

xão Santos Araújo, indicado pelo plenário da Corte de Contas.

Depois da apreciação pelo plenário, o parecer prévio será enviado à Assembleia Legislativa para julgamento dos deputados estaduais, que dão a palavra final, acatando ou não a recomendação da Corte. No

ano passado, em decisão por maioria de votos, o TCE/BA encaminhou a proposta de parecer prévio pela aprovação, com três ressalvas e 33 recomendações e alerta específico quanto aos limites de despesa total com Pessoal e Encargos Sociais.

### TRAMITAÇÃO

O parecer prévio do TCE/BA tramita na As-

sembleia de forma análoga aos projetos de lei, sendo submetido a exames nos colegiados temáticos. O material, quando publicado no Diário Oficial, é encaminhado para a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, onde é aberto um prazo inicial de dez dias para os parlamentares – caso achem necessário – requererem informações adicionais.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 26/08/2020	Página: 05

# Tribuna

## GRÃOS

### Brasil terá safra recorde de 278,7 milhões de toneladas

ROBERTO SAMORA, REUTERS

A safra de grãos e oleaginosas do Brasil 2020/21 foi estimada nesta terça-feira em recorde de 278,7 milhões de toneladas, alta de 8% ante a temporada anterior, com o impulso da produção de soja e milho, afirmou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em sua primeira projeção para o novo ciclo.

A Conab estimou aumento de 7% na área plantada com milho no Brasil em 2020/21, apontando uma produção total de 112,9 milhões de toneladas.

Já a safra de soja, o principal produto do agronegócio do Brasil, que tem na

oleaginosa o carro-chefe da exportação, deverá atingir 133,5 milhões de toneladas, com aumento de 3% na área plantada.

"A boa rentabilidade do milho e da soja na safra que se encerra estimula os produtores brasileiros a aumentar a área dessas culturas no período de 2020/21", disse a estatal em nota, acrescentando que os cálculos são baseados em inúmeros dados de campo, previsões climática e imagens de satélites.

A Conab ainda previu redução de 11% na área plantada com algodão no Brasil em 2020/21, com o mercado sendo atingido por efeitos da pandemia.

GUEDES

## Menos dedução do IR para ser R\$ 300 o Renda Brasil

ADRIANA FERNANDES, O  
ESTADO DE S.PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente Jair Bolsonaro que para o benefício médio do Renda Brasil chegar a R\$ 300, como quer o presidente, é preciso cortar as deduções de saúde e educação do Imposto de Renda.

Como mostrou o Estadão, Bolsonaro achou pouco o valor médio de R\$ 247 para o novo programa pensado pelo governo para substituir o Bolsa Família. Hoje, o valor médio pago pelo programa criado pela gestão petista é de R\$ 190. A criação do Renda Brasil está atrelada a uma reformulação de programas considerados "ineficientes" pela equipe econômica, como abono salarial (benefício de um salário mínimo voltado para quem ganha até dois pisos) e seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida), entre outros.

Guedes disse ao presidente que é possível ampliar o valor para R\$ 300, desde que haja um corte nas deduções do Imposto de Renda. De acordo com os dados da Receita Federal, os mais ricos são os mais privilegiados com o abatimento de despesas médicas e educacionais da base de cálculo do imposto.

Estudo do Ministério da Economia aponta que as deduções representam o valor mais expressivo —R\$

15,1 bilhões ao ano— dentre os chamados gastos tributários do governo com saúde. Isso representa quase um terço dos subsídios na área.

Os números mostram que os 19,7% mais ricos abateram R\$ 44,4 bilhões em despesas com saúde na declaração de 2018, que considera os rendimentos obtidos no ano anterior. O valor é mais da metade do total da isenção.

A lei hoje não estabelece nenhum teto para deduções de despesas médicas da base de cálculo do Imposto de Renda. Como geralmente é a população de maior renda que tem mais acesso a serviços médicos particulares, ela é a maior contemplada, ao conseguir abater a totalidade dos gastos. Na prática, no entanto, o benefício tributário acaba sendo usado irregularmente até mesmo para procedimentos estéticos, como aplicação de botox.

O limite para a dedução existe no caso dos gastos com educação — é possível abater até R\$ 3.561,50 por dependente. Para isso, é necessário realizar a declaração completa de IR, ao invés da simplificada, que já abate 20% da renda para fins de tributação.

Mesmo assim, a política também beneficia mais a alta renda. Os dados mostram que esse subsídio tributário somou R\$ 4,2 bilhões no ano passado — quando foi recolhido o IR referente ao ano-calendário de 2018.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 25 de Agosto de 2020 - 22:40

## ***Recursos para financiamentos de veículos caem 12% no primeiro semestre***

O montante de recursos liberados para financiamento de veículos teve queda de 11,8% no primeiro semestre de 2020, com registro de R\$ 63,7 bilhões, nos primeiros seis meses do ano, frente aos R\$ 72,3 bilhões atingidos no mesmo período de 2019. Os dados, divulgados nesta terça-feira (25), são da Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef).

Abril registrou o pior desempenho dos últimos doze meses, sendo o mais afetado pela crise, gerada pela pandemia de Covid-19. Foram liberados R\$ 5,6 bilhões em recursos para o financiamento de veículos na modalidade Crédito Direto ao Consumidor (CDC), o que representa uma queda de mais de 58%, se comparado ao mesmo mês do ano passado, de acordo com a Agência Brasil.

De acordo com a Anef, a inadimplência se manteve estável no primeiro semestre de 2020. Contrariando as expectativas, o indicador para pessoa física registrou alta de apenas 0,4 ponto percentual no acumulado de 12 meses.

Segundo a entidade, a participação das modalidades de crédito nas vendas de veículos e comerciais leves no Brasil tem mantido níveis estáveis, com pagamento à vista representando cerca de 45% e o CDC, 50%.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 25 de Agosto de 2020 - 18:15

## ***Salvador é melhor capital no pagamento de compromissos pelo 2º ano seguido***

Pelo segundo ano consecutivo, Salvador foi escolhida a capital do país mais eficiente no que se refere à execução dos pagamentos de seus compromissos. A informação foi divulgada nesta terça-feira (25) no Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2020 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia.

O levantamento analisa a gestão fiscal dos estados e dos municípios no ano de 2019. Salvador obteve o índice de 0,1%, sendo a capital brasileira que exhibe a melhor qualidade no planejamento de suas despesas.

"O índice de 0,1% significa que, para cada R\$ 1.000 de despesa reconhecida, o município quitou R\$ 999,00 no próprio exercício. Mais ainda: além de exibir o menor índice, no ano de 2019 Salvador superou em 28 vezes a média dos percentuais de todas as capitais, que ficou em 2,8%, garantindo aos nossos fornecedores a tranquilidade e a certeza de que os valores correspondentes aos bens e serviços adquiridos lhes serão pagos pronta e tempestivamente", avaliou o secretário municipal da Fazenda (Sefaz), Paulo Souto.

O boletim também confirma a aprovação da capital da Bahia no indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG). No índice, Salvador obteve nota B, avaliação que se repete desde 2017, no de implantação desta metodologia. Com isto, a cidade tem a garantia de conseguir aval da União em eventuais novas operações de crédito.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/08/20	



## PESQUISA MOSTRA CRISE GERADA PELA PANDEMIA NA ECONOMIA



admin 26 Agosto, 2020

A pesquisa nacional Impactos da Covid-19 na Economia Criativa, feita pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), em parceria com o think tank (laboratório de ideias) cRio ESPM, revela que embora 50,2% das organizações tiveram que demitir em função da pandemia e 65,8% fizeram reduções em contratos, 45,1% dos profissionais e 42% das empresas conseguiram desenvolver novos projetos durante o período de isolamento social. Parcela de 12% dos indivíduos e 18% das organizações consultados buscaram novas formas de geração de receita, entre elas a antecipação de venda de ingressos, campanhas de doação ou de financiamento coletivo. Os resultados da pesquisa foram divulgados hoje (25).

O estudo visa a analisar os efeitos da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus nas áreas culturais e gerar dados que auxiliem na elaboração de ações para a retomada do setor no período pós-pandemia. A pesquisa foi feita entre 27 de março e 23 de julho passado, com um total de 2.608 entrevistados, sendo 969 organizações e 1.639 pessoas físicas de todas as áreas relacionadas à arte, cultura e economia criativa.

### Tecnologias

A pesquisa verificou que a demanda por capacitação digital vem crescendo entre os profissionais do setor e é apontada como solução para a retomada dos negócios: 55% indicaram a necessidade de adotar estratégias digitais de relacionamento com o público, venda de produtos e prestação de serviços e acesso a serviços e equipamentos para o trabalho remoto. A pesquisadora do cRio ESPM, Luciana Guilherme, confirmou à Agência Brasil que

essa tendência está muito forte, “porque as pessoas tiveram que se adaptar para atuar no ambiente digital”. A maioria, porém, não domina todas as tecnologias. “Somente o básico, o uso de rede social, a forma como se comunica, que é mais cotidiana. Mas você usar isso como processo de monetização de um trabalho é mais complexo”. Essa demanda apareceu muito na pesquisa. Segundo Luciana, em alguns casos, a internet tem sido o único meio desses profissionais e empresas obterem renda.

A pesquisa mostra que a maior parte dos profissionais que trabalham com economia criativa recebe até três salários mínimos por mês; 31,5% trabalham mais de 45 horas semanais. Cerca de 71,2% dos indivíduos e 77,8% das organizações têm reservas financeiras para garantir um período máximo de três meses de subsistência, partindo de suas atividades profissionais. “Porque eram atividades essencialmente presenciais, e as previsões que a gente tem acompanhado é que esse retorno seria mais para o ano que vem. Temos percebido isso no mundo todo”, afirmou Luciana. Ela destacou que nesse ambiente de incerteza, a necessidade de compreender as tecnologias e como usá-las é urgente, especialmente para os profissionais e artistas independentes e autônomos.

#### Auxílio emergencial

Entre as sugestões feitas pelas organizações para retomar as atividades, estão a desoneração tributária, o perdão de dívidas e o apoio para o pagamento de funcionários. Já o auxílio emergencial, criado pela Lei Aldir Blanc, é priorizado pelos profissionais consultados para enfrentar a pandemia. A Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conhecida como Lei Aldir Blanc, nasceu com o objetivo de promover ações para garantir renda emergencial aos trabalhadores da cultura e a manutenção dos espaços culturais durante o período de pandemia. “É uma demanda urgente, urgentíssima”, disse Luciana Guilherme. Ela observou, por outro lado, que o auxílio está projetado para três meses e vai funcionar como um “paliativo” se as atividades seguirem fechadas por mais tempo.

Coordenador do Fórum Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul, Anderson Lima afirmou que o movimento “está na luta pela implementação da Lei Aldir Blanc e tentando fazer de tudo para que ela chegue de maneira mais democrática e consiga atender a todo mundo que está precisando desse auxílio”. Isso se explica porque muitos técnicos vinculados à cultura não foram contemplados com essa verba emergencial. Lima nabifestou preocupação por 2020 ser um ano eleitoral e esse dinheiro acabar destinado a municípios que nunca investiram na cultura. Comitês estão sendo criados em todo o país para evitar que o dinheiro do auxílio emergencial seja usado para fins eleitorais.

Para a pesquisadora do Obec-BA, Beth Ponte, a reduzida familiaridade com os mecanismos de financiamento realça a necessidade de procedimentos mais simples e acessíveis de acesso à Lei Aldir Blanc, para que os recursos cheguem ao setor cultural de forma rápida e ampla. Beth acentuou que o setor criativo “foi duramente afetado em sua forma de subsistir e de existir, pois a coletividade, a presença e o convívio são centrais para a criação e a distribuição de grande parte dos produtos culturais”.

## Indefinições

A indefinição em relação ao lançamento de uma vacina contra a covid-19 e ao retorno das atividades culturais e artísticas presenciais torna mais pessimistas as expectativas do setor: 51% dos entrevistados disseram não prever quantos trabalhos serão cancelados no segundo semestre deste ano; 65% não têm condições de fazer essa estimativa para o próximo ano; 88,7% dos indivíduos e 86,8% das organizações acreditam que as atividades ficarão restritas até o fim de 2020 ou além desse prazo. A pesquisadora do cRio da ESPM avaliou que a população também precisa ter maior disciplina e conscientização a respeito da pandemia, para ajudar a curva da doença baixar. “Isso vai adiando, esticando a onda”.

A sondagem revela também que 62% das organizações e 75% dos indivíduos disseram nunca ter se beneficiado de incentivo fiscal em qualquer dos níveis governamentais, embora os apoios municipais e estaduais sejam mais solicitados e acessados que os da esfera federal. Sobre o impacto pela suspensão das atividades, 83,7% das organizações e pessoas físicas entrevistados relataram ter sido muito afetados e indicaram dificuldade de captação de recursos em entidades privadas e públicas; 72% das organizações do setor audiovisual e 87,5% do teatro acessam com mais frequência apoios diretos; 57,1% das organizações do setor do teatro informaram ter projetos financiados por incentivo fiscal, seguidos pelo setor musical, com 43,4%, e as organizações de dança, com 12,8%.

## Outras sugestões

Outras sugestões formuladas pelos consultados incluem a criação de editais simplificados e emergenciais, oferta de linhas de crédito, liberação de recursos de fundos culturais e setoriais, suspensão de contas de custeio, pagamento de editais atrasados, bolsas e prêmios, compra ou contratação antecipada de bens, produtos e serviços culturais.

Participaram também da realização da pesquisa o Instituto Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Rural do estado e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) é um grupo de pesquisa interinstitucional que reúne docentes e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além de pesquisadores independentes e de outras instituições públicas.

Por Alana Gandra – Repórter da Agência Brasil – Rio de Janeiro

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/08/20	



## GASTO COM JUDICIÁRIO CRESCE E ATINGE R\$ 100 BI, DIZ CNJ



admin 26 Agosto, 2020

O Poder Judiciário custou R\$ 100,2 bilhões no ano passado, um crescimento de 2,6% em relação a 2018, segundo o relatório Justiça em Números pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Gastos com salários, auxílios, benefícios e aposentadorias consumiram 90,6% deste total, média similar a de anos anteriores. De acordo com o documento, as pensões somaram cerca de R\$ 18 bilhões. Um juiz brasileiro custa aos cofres públicos, em média, R\$ 50,9 mil por mês.

Ainda segundo o documento do CNJ, apesar de os salários serem maiores nos tribunais superiores, os juízes estaduais custam mais aos cofres públicos em média: R\$ 52,4 mil. Enquanto isso, nos tribunais superiores o valor médio dos gastos por magistrado é de R\$ 51 mil. O STF não está incluído no cálculo, porque a Corte não é submetida ao CNJ.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/08/20	



**Bahia Econômica**  
ARMANDO AVENA

## USINAS SANTA CRUZ E SANTA MARIA VÃO INVESTIR R\$ 192,4 MILHÕES NO EXTREMO SUL BAIANO



admin 26 Agosto, 2020

As usinas Santa Cruz, em Santa Cruz Cabrália, e Santa Maria, em Medeiros Neto, pertencentes ao grupo São Luiz, vão investir um total de R\$ 192,4 milhões em ampliações, tanto nas unidades industriais, quanto na área agrícola para produção de etanol anidro e hidratado. O incremento na capacidade de produção dos produtos será de 86,5 mil m<sup>3</sup>/ano, já no campo, a produção a mais de cana-de-açúcar será de 1,1 milhão de toneladas por ano. Os protocolos de intenções foram assinados com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), na quinta-feira (20).

“Eu acredito muito na agroindústria. A cultura da cana-de-açúcar tem gerado e vai gerar muito mais empregos no nosso estado. Hoje vemos duas usinas consolidadas ampliando seus projetos no Extremo Sul. Temos a Agrovale, no Norte, que é referência nacional no setor sucroalcooleiro. E, em breve, teremos um Polo Agroindustrial e Bioenergético consagrado no Médio São Francisco baiano”, afirma o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

De acordo com Luiz Carlos Queiroga, diretor da usina Santa Maria, os investimentos nas usinas têm sido constantes. “A cultura da cana não existia nesta região, fomos pioneiros, hoje já está enraizado na Bahia. Esperamos continuar expandindo e atingir a capacidade total das usinas. No caso de Medeiros Neto, onde fica a Santa Maria, o município não tinha nenhuma indústria quando chegamos, o povo vivia de pecuária, sem nenhuma tecnologia, ninguém sabia o que era cana, nós que introduzimos a cultura”, conta.

Na usina Santa Maria, em Medeiros Neto, serão investidos R\$ 67 milhões na unidade industrial e R\$ 64 milhões no campo. Com a ampliação, a previsão é que a produção de etanol hidratado e anidro passe de 96 mil m<sup>3</sup>/ano para 160 mil m<sup>3</sup>/ano, onde serão mantidos os 225 empregos diretos e criados mais 60. No campo, a produção de cana-de-açúcar vai saltar de 1,2 milhão de toneladas para 2 milhões de toneladas ao ano. Os 1,8 mil empregos diretos serão mantidos e mais 700 serão gerados no período de safra.

Em Santa Cruz Cabrália, a produção de etanol vai dobrar na usina Santa Cruz, passando de 22,5 mil m<sup>3</sup>/ano para 45 mil m<sup>3</sup>/ano. Serão investidos R\$ 15,6 milhões na unidade industrial, criados 45 empregos diretos e mantidos 131. Na área agrícola, os investimentos serão de R\$ 45,8 milhões e a produção de cana-de-açúcar também vai dobrar, saindo dos atuais 300 mil t/ano para 600 mil t/ano. No período de safra, além de manter os 900 empregos diretos, serão criados mais 370.

### Polo Agroindustrial

O Polo Agroindustrial e Bioenergético, uma aposta do Governo do Estado para potencializar econômica e socialmente o Médio São Francisco baiano, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Econômico, da Agricultura (Seagri) e de Desenvolvimento Rural (SDR), tem previsão inicial de investimentos privados na ordem dos R\$ 2,2 bilhões, em cinco projetos com capacidade instalada anual de 10,5 milhões de toneladas de cana (TCH) e possibilidade de gerar 21,2 mil empregos diretos e indiretos.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/08/20	



**Bahia Econômica**  
ARMANDO AVENA

## QUEDA DO PIB BRASILEIRO NA PANDEMIA É MENOR QUE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E EUROPA



admin 26 Agosto, 2020

Apesar da projeção de tombo recorde no 2º trimestre, o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil caiu menos do que o da maioria das economias da zona do euro e de outros países da América Latina como México, Colômbia, Chile e Peru, segundo levantamento da Austin Rating. O dado oficial do PIB brasileiro, que será divulgado no próximo dia 1º de setembro, deve mostrar uma contração de até 10% na economia.

A prévia do ranking do desempenho do PIB das maiores economias do mundo mostra que em 18 países a queda no 2º trimestre foi superior a 10% na comparação com os primeiros 3 meses do ano. Em diversos países a retração foi recorde, em meio aos abalos e restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus.

As maiores quedas entre os 38 países do ranking que já divulgaram dados oficiais do período entre abril a junho foram no Peru (27,2%) e Reino Unido (20,4%). Na zona do euro, os países com retração mais drástica da atividade econômica foram a Espanha (-18,5%), Portugal (-13,9%) e França (-13,8%). Nos Estados Unidos, o recuo foi de 9,5% e, na Alemanha, o tombo foi de 9,7%. Já na China, houve alta de 11,5%.

A estimativa atual é que economia brasileira mostre um tombo recorde em torno de 8% a 10% no 2º trimestre, frente aos 3 meses anteriores, o que colocará o país oficialmente em recessão.

Levantamento do G1 mostrou que, de 12 consultorias e instituições financeiras consultadas, 10 esperam um tobo de até 10% – patamar em linha com o da última projeção do governo.

A Austin estima uma queda de 10,1% do PIB do Brasil no 2º trimestre, o que deixaria o Brasil na 23ª posição do ranking, considerando também as projeções para outros países que ainda não divulgaram os números oficiais. No 1º trimestre, o Brasil teve retração de 1,5% e ficou na 16ª posição no comparativo entre as maiores economias.

“Se o resultado oficial vir abaixo de 9% como espera parte do mercado, a queda será menor também que a registrada pelos Estados Unidos”, afirma Alex Agostini, economista-chefe da agência classificadora de risco de crédito, que faz periodicamente o ranking. (G1)

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Veículo: Metro1	Cidade
Data: 25/08/20	



## Cidade

# ACM Neto sanciona LDO com previsão de receitas de R\$ 8 bilhões em 2021

*Investimento previsto na capital baiana é de R\$ 1,1 bilhão*



Foto : Divulgação / Secom / PMS

Por **Metro1** no dia 25 de Agosto de 2020 · 11:51

O prefeito ACM Neto sancionou hoje (25) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2021, com previsão de R\$ 8 bilhões de receitas. A LDO, aprovada pela Câmara de Vereadores, estabelece as normas para elaboração e execução do orçamento do próximo exercício, define prioridades do programa de trabalho e as metas fiscais a

serem perseguidas pela administração municipal. O investimento previsto na cidade é de R\$ 1,1 bilhão.

As ações destacadas na lei privilegiam a área social (saúde, educação e assistência social), além das intervenções com recursos já assegurados em operações de crédito, convênios e contratos com a União, nos segmentos de mobilidade urbana, turismo, saneamento e infraestrutura urbana. Também foram destacadas ações complementares básicas para a gestão, como defesa civil, habitação e manutenção da cidade.

“A lei contempla de forma realista e prudente os investimentos na cidade.

Poderemos, assim, manter o ritmo de trabalho compatível com os esforços que temos feito para avançar nas transformações estruturais e na melhoria significativa nos índices sociais verificadas nos últimos anos em Salvador”, avaliou ACM Neto.

## **Investimentos**

Do investimento previsto de R\$ 1,1 bilhão, 85% correspondem a recursos vinculados a operações de crédito, contratos e convênios. Das operações de crédito, destacam-se os financiamentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa Nacional de Desenvolvimento Turístico em Salvador (Prodetur) e o Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Rio Mané Dendê, no Subúrbio Ferroviário (Novo Mané Dendê), que totalizam, em 2021, uma soma de recursos da ordem de R\$197,3 milhões.

Com o Banco Mundial, no Projeto Salvador Social, destinado ao fortalecimento da gestão dos serviços de saúde, educação e assistência social, serão investidos R\$ 312,9 milhões. Também serão aplicados R\$ 72,7 milhões pelo Programa de Requalificação Urbanística de Salvador (Proquali), para infraestrutura e equipamento urbano, financiado pela Corporação Andina de Fomento (CAF).

Para o Programa Corredores de Transporte Coletivo Integrados de Salvador (BRT), destinado à melhoria da mobilidade urbana, com contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal e com a União, estão previstos para o próximo exercício em desembolso da ordem de R\$ 220,8 milhões.

Na área social, a proposta para a saúde é ampliar a oferta dos serviços básicos com a construção de mais sete novas Unidades de Saúde da Família (USFs) para equilibrar, de forma espacial, a demanda desses serviços. Também há a intenção de investir em maior eficiência e no fortalecimento de toda a rede, com destaque à média e alta complexidades, atenção materno infantil, imunização, vigilância sanitária, controle e vigilância epidemiológica.

A assistência social prioriza, para o próximo exercício, a implementação de propostas de ampliação e melhoria dos serviços. Estão previstas a reforma de seis CRAS e implantação de mais duas unidades de acolhimento; a reativação da capacidade plena dos benefícios de prestação continuada nas escolas; a implantação de duas novas unidades de Cadastro Único e Bolsa Família; oferta de auxílio financeiro de R 65 per capita, através do projeto Primeiro Passo, com o alcance a 33 mil crianças que estão fora da rede oficial de ensino; implantação de um restaurante popular municipal; e oferta de 1000 vagas no curso preparatório para o Enem.

Na educação, destaca-se como meta prioritária a ampliação de vagas em creches e educação infantil, com a construção de novas escolas em bairros como Cosme de Farias, Pernambués, IAPI, Vale dos Lagos e Boca do Rio. Está prevista ainda a aquisição de seis mil vagas na rede particular para creches e pré-escola.

Veículo: Bocão News	Política
Data: 26/08/20	



*Política*

## *Contas do governador Rui Costa serão analisadas nesta quinta-feira pelo TCE*



26 de Agosto de 2020 às 09:45 Por: [Arquivo BNews](#) Por: [Redação BNews](#) [0 comentários](#)

As contas do governador Rui Costa relativas a 2019 serão apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em sessão virtual, nesta quinta-feira (27). O relator da prestação de contas é o conselheiro-corregedor Inaldo da Paixão Santos Araújo, indicado pelo plenário da Corte.

Após análise do tribunal, o parecer prévio será enviado à Assembleia Legislativa para julgamento dos deputados estaduais, que dão a palavra final, acatando ou não a recomendação da Corte. No ano passado, em decisão por maioria de votos, o TCE encaminhou a proposta pela aprovação, com três ressalvas e 33 recomendações e alerta específico quanto aos limites de despesa total com pessoal e encargos sociais.

Veículo: Estadão	
Data: 26.08.2020	Caderno: Economia



# Administração tributária para um IVA nacional – uma proposta

## REDAÇÃO

25 de agosto de 2020 | 17h42

**Jefferson Valentin** – Auditor Fiscal do Estado de São Paulo, graduado em Letras pela UNESP e em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco, MBA em Gestão Pública pela Universidade Anhanguera UNIDERP. Instrutor da Escola de Governo do Estado de São Paulo e Coautor do livro “Manual do ITCMD-SP”, pela editora Letras Jurídicas.

**Rodrigo Spada** – Auditor Fiscal do Estado de São Paulo, presidente da Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais) e da Afresp (Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo). É formado em engenharia de produção pela UFSCAR, em Direito pela UNESP e possui MBA em Gestão Empresarial pela FIA.

A tão desejada reforma tributária parece ganhar cores ao se analisar a profundidade dos debates e a qualificação dos atores envolvidos. A tributação do consumo, embora não seja a única questão problemática

da nossa matriz tributária, é a que apresenta propostas com maior amadurecimento conceitual. Estão colocadas, no parlamento, a PEC 45 (Imposto sobre Bens e Serviços) e a PEC 110 (IVA Dual).

As discussões avançam também no plano técnico e político entre os entes federados. Há quase consenso sobre a necessidade da reforma e discutem-se, com interesse, a representatividade de cada ente da federação – seja no que se refere à destinação da arrecadação ou ao poder de gestão do tributo – assim como se discutem as medidas compensatórias, como a criação e administração de um fundo de desenvolvimento regional, período de transição, etc.

Parece-nos, entretanto, que um ponto importantíssimo para o sucesso (ou insucesso) desse novo modelo não tem sido discutido com a devida atenção: a nova estrutura organizacional da administração tributária. Pretendemos contribuir com a sugestão de um modelo.

Antes de discutir uma estrutura organizacional é necessário apontar algumas premissas derivadas do próprio modelo de tributação, de experiências administrativas passadas, da estrutura da federação e do cenário político, que influenciam nessa construção:

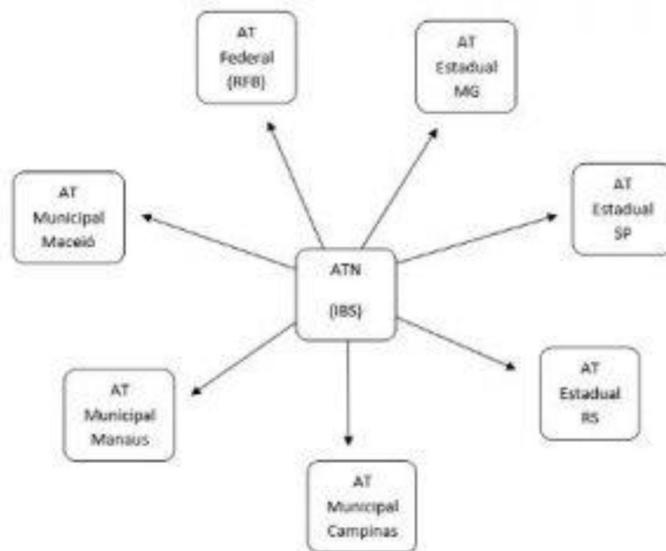
1. Tanto o IBS quanto no IVA Dual propõem o fim da autonomia do estabelecimento e, portanto, o contribuinte passa a ser a empresa como um todo e não mais cada uma de suas filiais. Assim, o principal contribuinte de uma unidade federada pode não ter nenhum estabelecimento em seu território;
2. Com a implantação do parâmetro de destino, pessoas sediadas ou domiciliadas em um ente serão contribuintes, na maioria das vezes, de outros;

3. A segmentação por tipo de contribuinte, separando os maiores contribuintes para atuação especializada e centralizada, parece apresentar melhores resultados (vide delegacia de grandes contribuintes da Receita Federal do Brasil);
4. O combate à fraude estruturada é facilitado com coordenação centralizada;
5. Não pode haver subordinação hierárquica entre entes federados;
6. Particularidades locais e regionais necessitam ser devidamente tratadas;
7. Organizações administrativas descentralizadas, com autonomia financeira e orçamentária respondem mais rapidamente aos desafios administrativos, oferecendo ganhos em inovação e gestão técnica, limitando interferências políticas impertinentes;
8. Um modelo de execução operacional com departamentalização matricial oferece os ganhos de flexibilização e adaptabilidade necessários para enfrentar o desafio de uma administração tributária nacional.

Necessário ainda responder a duas questões fundamentais e relacionadas para a estruturação de uma nova administração tributária composta por diversos entes federados:

1. Pra quem será destinado o produto da arrecadação do imposto (ou penalidade) em virtude de lançamento de ofício?
2. Qual será o interesse de um ente em constituir uma estrutura de fiscalização e executar o trabalho sobre um determinado contribuinte se o produto da arrecadação oriundo do lançamento pode ser destinado totalmente a outros entes (parâmetro de destino)?

Feitos tais questionamentos, e considerando parâmetros apresentados nas PECs, teríamos:



- Todos os Fiscos seriam estruturados por meio de ATs – Agências Tributárias (entes personalizados dotados de autonomia financeira e orçamentária, regidos por leis orgânicas aprovadas em cada ente) e seria criada uma ATN – Agência Tributária Nacional, para cuidar exclusivamente do novo tributo sobre o consumo;
- Essas Agências Tributárias dos diversos entes, conforme representatividade politicamente decidida, indicariam os representantes (Fiscais) para exercerem mandato na ATN;
- A Arrecadação seria centralizada na ATN, que distribuiria o produto desta arrecadação às agências locais ou regionais, ou diretamente ao ente, onde não existir estrutura Fiscal (a maioria dos municípios não dispõe de estrutura de fiscalização tributária);
- As Agências locais e Regionais exerceriam a primeira instância do contencioso administrativo e, dependendo do valor (valor de alçada) a segunda instância;
- A ATN exerceria a segunda instância do contencioso administrativo, dependendo do valor de alçada;

- Cada AT teria autonomia financeira e orçamentária e organização administrativa própria, mas, nas ações fiscais cuja coordenação fosse de responsabilidade da ATN, haveria subordinação técnica das ATs locais e regionais à ATN (modelo matricial).

#### Competências da Agência Tributária Nacional – ATN:

- Editar o regulamento do tributo, uniforme, em todo o território nacional;
- Gerir a arrecadação centralizada do tributo e a operacionalização da distribuição da receita por ente federado, sem qualquer retenção ou condicionamento;
- Planejar e coordenar as ações de fiscalização em contribuintes que pratiquem fatos geradores em mais de um estado da federação;
- Disciplinar o processo administrativo.

#### Competências da AT Federal (relativas ao tributo sobre o consumo):

- Executar ações de fiscalização sob a coordenação da ATN;
- Compartilhar com a ATN todas as informações econômico-fiscais em seu poder, permitindo atividades de planejamento.

#### Competência das ATs Estaduais:

- Executar ações de fiscalização sob a coordenação da ATN (prioritariamente as do território do ente tributante à qual se subordina);
- Planejar, coordenar e executar as ações de fiscalização em contribuintes que pratiquem fatos geradores em mais de um município do próprio estado da AT;

- Planejar, coordenar e executar as ações de fiscalização em contribuintes que pratiquem fatos geradores exclusivamente dentro do território de um município que não possua estrutura fiscal.

#### Competência das ATs Municipais:

- Executar ações de fiscalização sob a coordenação da ATN (prioritariamente as do território do ente tributante à qual se subordina);
- Planejar, coordenar e executar as ações de fiscalização em contribuintes que pratiquem fatos geradores exclusivamente dentro do território de seu município.

Caberia, obviamente, a adequação do modelo ao tipo de tributação escolhido (IBS ou IVA dual), mas a estrutura proposta seria suficiente para organizar nacionalmente a administração tributária na forma requerida pelas características do imposto. Asseguraria uma coordenação facilitada quanto aos contribuintes maiores e à manutenção da autonomia dos Fiscos locais e regionais no planejamento de ações referentes a contribuintes que sejam de seu interesse exclusivo. Seria garantido, também, o aproveitamento das estruturas já existentes e a expertise adquirida pelas diversas administrações tributárias a quem caberia a execução direta de todas as ações de fiscalização. As ATs locais e regionais teriam, ainda, como benefício desta estrutura, a possibilidade de racionalizar a mão de obra, podendo adequar sua força de trabalho às demandas recebidas da ATN e ao seu próprio planejamento (tanto quanto ao imposto sobre o consumo quanto aos demais impostos).

Debates sobre a melhor reforma devem ir além da concepção do novo tributo sobre consumo. Há que se debater, não menos importante, a

administração do novo tributo, doravante nacional. Sobretudo, para que se assegure governança da tributação eficiente, princípio constitucional que é.

## opinão

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## A volta do emprego

Criação de vagas formais em julho é bom começo, mas vigor da retomada segue sujeito a incertezas

A volta da criação de empregos com carteira assinada em julho foi uma rara boa notícia na pandemia. A abertura de 131 mil postos sinaliza que uma retomada econômica pode ganhar corpo ao longo do segundo semestre, conforme prossegue a volta gradual das atividades.

A levar em conta a experiência internacional, é razoável imaginar uma aceleração das contratações nos próximos meses, depois da perda de 1,1 milhão de vagas acumulada entre março e junho.

Embora não esteja clara a perspectiva de uma retração geral da Covid-19, é perceptível o retorno de setores menos afetados pelas restrições de contato social.

Conforme os dados parciais de junho, cerca de metade da queda da atividade já se encontra revertida. As projeções para o ano vêm melhorando e apontam para retração do Produto Interno Bruto próxima dos 5%, menos devastadora que a temida há algumas semanas.

Está em curso uma certa decompressão, que confere uma impressão de retomada rápida nos momentos iniciais. Tomar o início como tendência seria precipitado, contudo. Restam muitas incertezas, a começar pela provável redução do valor do auxílio emergencial a partir de outubro.

O programa foi bem-sucedido em defender a renda e o consumo de trabalhadores informais e famílias pobres em geral, e não se sabe se a economia terá vigor para

compensar a progressiva retirada de transferências governamentais. Além do auxílio, foi importante o mecanismo de flexibilização de contratos de trabalho, com redução de jornada e salários, parcialmente compensados pelo governo.

Visando evitar perdas de postos formais, o programa foi orçado em R\$ 51,6 bilhões e até agora cerca de R\$ 23 bilhões foram utilizados em 16,3 milhões de acordos. A prorrogação da regra por dois meses, até outubro, deve dar algum fôlego adicional aos setores mais atingidos.

Mas o vigor do emprego será posto à prova quando esses mecanismos cessarem, o que ocorrerá nos próximos meses, dadas as restrições do Orçamento público.

As transformações econômicas que estão em andamento, da digitalização acelerada a novos hábitos e focos de consumo, ainda poderão provocar demissões conforme as empresas se ajustarem.

Tudo isso sugere que mesmo uma arrancada inicial, ainda por se confirmar, poderá sem demora dar lugar a um ritmo mais lento. O dano da crise, evidente, também poderá ser durável.

Não por acaso, o ponto central das expectativas de crescimento do PIB para 2021 nas pesquisas do Banco Central é de apenas 3,5%, insuficiente para recuperar o nível da atividade de antes da crise. Projeções melhores dependerão, mais uma vez, do avanço da agenda de reformas econômicas.

## Denúncia vazia

Relatório da pasta de Damarens omite providências relativas a relatos de violência contra menores

No governo Jair Bolsonaro, em geral se prefere ocultar informação a assumir responsabilidade por tragédias como as da Covid-19, das queimadas e do aumento da letalidade policial. O estrategema se repete com o descaminho de denúncias de violência contra crianças e adolescentes, que estão em alta.

O Ministério da Mulher, da Família e de Direitos Humanos relata que o serviço Disque 100, em 2019, recebeu 86.837 desses alertas sobre vulneráveis, 55% do total registrado e 14% mais que em 2018. O motivo mais comum é negligência sexual (38%), e há também violência sexual (11%), tema caro à ministra Damarens Alves.

O relatório da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos omite quase encaminhamentos e deram às denúncias. Não se sabe nem se alguma providência foi tomada. Em anos anteriores, o balanço não ocultava índices de resposta baixíssimos —13% em 2018.

Ordem, pelo que (não) se vê, tornou-se sonegar ao público estatísticas sobre o que fizeram a respeito conselhos tutelares, repartições de segurança pública e corregedorias, entre outros órgãos dos quais se espera ação para coibir e punir abusos. A pasta de Damarens

atribui o apagão de dados a uma vaga "decisão editorial".

Imitando a agressividade tergiversadora do chefe, e em lugar de dar explicação plausível para a ocultação, a ministra partiu para a tentativa de intimidar. Prometeu ir à Justiça contra a Folha, que revelou o caso, para "reparar o dano causado à credibilidade deste que, muitas vezes, é o único refúgio das vítimas de violência".

Vale questionar o que mais prejudica a confiabilidade de um serviço de denúncias, se a imprensa a perguntar pelo detalhamento de sua eficácia ou a autoridade responsável a fugir de explicar-se.

Não por acaso foi um juiz, Louis Brandeis, da Suprema Corte dos EUA, quem proferiu o argumento clássico a favor da transparência nas ações de Estado: "A luz do sol é o melhor desinfetante". Damarens, advogada, parece desconhecer esse princípio do direito público.

Não é a única a lançar mão de propriedades diversionistas, no governo, para furta-se a esclarecimentos. Ainda que em famigerada reunião no Planalto tenha pregado prisão de governadores e prefeitos, desta vez pelo menos não recorreu à bravata de ameaça física, como costuma fazer seu presidente.



## As regras do jogo

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO O forte da democracia não é assegurar a escolha de líderes competentes, do que dão testemunho Jair Bolsonaro e Donald Trump, para ficarmos em dois casos gritantes e recentes. É sempre possível comprar os eleitores com programas populistas ou ludibri-los com promessas falsas. E isso não é uma falha circunstancial, mas uma característica do sistema. Não dá para livrar-se de uma vez sem livrar da própria democracia.

Ainda assim, ela é o melhor regime político de que se tem notícia. A aparente contradição se dissolve quando analisamos o pacote de instituições que costumam acompanhar as democracias. Falco de coisas como livre iniciativa, liberdade de expressão, judiciário independente e previsibilidade das regras do jogo.

É sobre este último item que gostaria de me deter. Um dos mecanismos pelos quais sociedades democráticas tendem a ser mais prósperas que regimes arbitrários é que elas dão aos cidadãos segurança para investir esforços e economias

em atividades produtivas. Se eu sei que o soberano não vai amanhã mudar as regras do jogo e se apropriar do que é meu, construo uma fábrica; se acho que ele vai criar problemas, converto tudo em diamantes com os quais posso fugir.

É claro que regras não precisam ser eternas. Elas existem para nos servir, e não nós a elas. Mas previsibilidade não é imutabilidade. Regras podem e devem ser atualizadas para acompanhar a realidade, mas sempre seguindo princípios de imparcialidade, publicidade e anterioridade, que assegurem que ninguém seja pegado de calças curtas.

Não acho particularmente boa a regra que impede os presidentes da Câmara e do Senado de buscar reeleição na mesma legislatura, mas é óbvio que eventuais mudanças só poderiam valer para ocupantes futuros desses cargos, não para os atuais. Se nem o Legislativo tem apreço pela previsibilidade das regras, seria melhor decretar de vez que o Brasil é o país da gambiarra.

helio@uol.com.br

## O país da infância perdida

Ana Cristina Rosa

BRASÍLIA Há 60 anos, a Declaração dos Direitos da Criança estabeleceu dez princípios para garantir aos menores proteção para seu pleno desenvolvimento físico, mental e social. Há 30 anos, o Brasil promulgou uma das legislações mais avançadas do mundo, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo vivemos num dos países mais perigosos para as crianças.

No começo da semana, a Folha noticiou que o relatório do Disque 100 divulgado em maio, com dados referentes a 2019, revela que mais de metade (55%) das denúncias de violência recebidas dizem respeito a atos cometidos contra crianças e adolescentes. Publicado no ano passado, o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou recorde de violência sexual e apontou que quatro meninas de até 13 anos são estupradas por hora no Brasil.

Além de maus-tratos, abusos, exploração sexual e crimes relacionados ao mundo digital contra as crianças, dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apontam que 32 crianças e ado-

lescentes são assassinados todos os dias no Brasil.

O relatório "cenário Atual da Infância e Adolescência no Brasil 2019", da Fundação Abrinq, aponta que 47,8% das nossas crianças vivem em situação de pobreza. Dessas, 26,9% vivem em extrema pobreza, com renda familiar mensal inferior a um quarto de salário mínimo per capita.

Segundo registros do IBGE, são mais de 2,5 milhões as crianças de 6 a 17 anos trabalhando. E tudo leva a crer que a pandemia de Covid-19 tem agravado esse cenário. Além disso, mais de 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola.

São tantas as violações que fica evidente o quanto o Brasil está distante de assegurar proteção e garantir direitos às crianças e adolescentes. Enquanto persistir o cenário de negação da inocência, de banalização da violência e da morte e de exclusão social de crianças, adolescentes e jovens, seguiremos sendo o país onde a infância é um privilégio.

Triste é o futuro de um país onde a infância está perdida.

## Bolsonaro infecta pelo ouvido

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Jair Bolsonaro não se contenta em ser visto como desumano, mentiroso, sem postura, incapaz de governar, conivente com a corrupção, destruidor do meio ambiente, defensor da tortura, amigo de milicianos, subornador de militares, golpista, genocida e cínico. Também é uma ameaça pessoal à saúde pública. Por seu passado de atleta — como ele define sua carreira de terrorista no Exército —, gabase de ser inextinguível à Covid, chamando de bundões os 115 mil brasileiros que já morreram e quem não tem um serviço médico como o dele, pago com o nosso dinheiro.

Suspeita-se de que, ao circular infectado e sem máscara pelo país, Bolsonaro contaminou uma multidão. A prova é a de que as pessoas ao seu redor, constringidas a não usar máscara, vivem pegando a doença — são os funcionários do Planalto a contraem à média de três por dia. O mais novo infectado é o seu filho Flávio "Queiroz" Bolsonaro. Mas isso não é causa de preocupação por

que, por ser filho de quem é, ele está proibido de reagir como um bundão.

Para mim, quem mais corre perigo com Bolsonaro é aquele pobre intérprete de línguas que se vê ao seu lado — também sem máscara — nas declarações oficiais. Não sei o nome, idade ou histórico de atleta do tal senhor, mas espero que ele sobreviva aos perigosos de Bolsonaro, ao tentar converter em sinais os coices do chefe contra as instituições e a verdade.

Por seu visual sóbrio, parece um homem de família, de sólida formação moral, talvez evangélico. Como será, para ele, dizer "bundão" em línguas? E como será quando tiver de traduzir expressões como "porra", "bosta", "merda", "putaria", "filho da puta" e "puta que pariu", como as que Bolsonaro ejaculou 28 vezes na reunião ministerial de 22 de abril? E o recente "encher tua boca com porrada"?

É o que me faz temer pela saúde do intérprete de línguas. Afinal, certas infecções penetram também pelo ouvido.

## Perspectiva melhor

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).  
Escreve às quartas

Não há como se conformar com a impotência da humanidade diante de mais uma zoonose cuja ocorrência é certa, mas aleatória. Todos os países têm alguma forma de seguro-saúde, e o Estado tem a obrigação moral de dotá-lo, no seu orçamento, com recursos (uma espécie de seguro) que têm taxa de retorno aparentemente nula enquanto se "espera" a pandemia, mas se torna infinita quando ela se apresenta.

Desde a Constituição de 1988, o Brasil tem um dos melhores e mais sofisticados sistemas de seguro-saúde do mundo — o SUS —, de acesso universal e financiado por uma tributação geral, ainda que equitativamente problemática. Infelizmente, não retrojetamos a necessidade de dotá-lo, a cada ano, de um pequeno "surplus" (o seguro) para mantê-lo no nível mínimo necessário para acomodar o aumento da demanda de "saúde" quando ela se apresenta. Isso é possível porque a dinâmica epidemiológica das zoonoses é sempre parecida.

Tomada de surpresa, a sociedade espera a resposta do Estado, a quem ela entregou o monopólio da força e parte de sua liberdade para coordenar o seu comportamento diante de eventuais emergências que a atingem.

No caso da pandemia, isso não é trivial, porque para minimizar o número de óbitos é preciso isolar os cidadãos, e, ao mesmo tempo, estimular a atividade econômica, o que exige a sua cooperação física, ou seja, a proximidade entre eles, o que requer uma grande habilidade política.

Até agora creio que temos nos saído pior na primeira tarefa, por conta do "bate-cabeça" entre o presidente e os governadores e entre estes e os prefeitos, além da falta de um programa coerente de medição adequada do fenômeno mesmo hoje, sete meses após a chegada da Covid-19 ao Brasil. A evidência disso são os registros precários de mais de 114 mil óbitos.

Na segunda, ao contrário, os resultados são animadores. Com apoio na PEC da Guerra, a queda estimada do PIB melhorou desde abril, em resposta à autorização de despesas sem limites para atender à pandemia e a continuação de uma política monetária inteligente e cuidadosa, que demorou, mas já começou a chegar às "pontas", como é o caso do Pronampe.

A queda do PIB, que se esperava maior do que 7%, gira em torno de 5,5%, com um déficit nominal pouco superior a 16% do PIB, que elevará a relação dívida bruta/PIB para em torno de 95% (contra 76% em 2019). A taxa de inflação é da ordem de 1,5%, e a de juro real menor que 1%. Isso sugere que um pequeno crescimento do PIB em 2021 pode dar um fôlego final de que aquela relação vai começar a reduzir-se e abrir uma perspectiva futura benigna para o nosso equilíbrio fiscal.

mercado **coronavírus**

# Renda Brasil de R\$ 300 depende de fim de dedução do IR, diz Guedes a Bolsonaro

Na avaliação de ministro, benefícios favorecem classes mais altas, e presidente terá de fazer escolha

**Bernardo Caram e Gustavo Uribe**

**BRASÍLIA** Em reunião que terminou sem consenso na tarde desta segunda-feira (24), o ministro Paulo Guedes (Economia) avisou ao presidente Jair Bolsonaro que o novo programa social do governo só terá benefício médio superior a R\$ 300 se as deduções do IR (Imposto de Renda) da pessoa física forem extintas. Para a reformulação do Bolsa Família, que passará a se chamar Renda Brasil, Guedes apresentou propostas de parcelas entre R\$ 240 e R\$ 270, a depender do desenho da assistência e da extinção de outros programas. Bolsonaro pressiona para que o valor chegue a pelo menos R\$ 300. O presidente pediu que dois benefícios fiquem nesse valor: a prorrogação do auxílio emergencial a informais, que hoje paga R\$ 600 por parcela, e o Renda Brasil. Membros do governo dizem que a insistência de Bolsonaro em estabelecer uma agenda social mais robusta é uma tentativa de segurar sua popularidade em alta e construir um caminho para a reeleição. Pesquisa Datafolha mostrou que a aprovação do presidente registrou alta após a liberação

do auxílio emergencial, especialmente no Nordeste. No caso do auxílio, como será pago somente neste ano, durante o período de calamidade pública, o governo pode recorrer ao chamado Orçamento de guerra, que autoriza a criação de novas despesas sem as amarras de regras fiscais. O resultado é um aumento do endividamento público. Para o Renda Brasil, que valerá a partir de 2021, não há margem no Orçamento e será necessário remanejar recursos de outros programas. Segundo relatos feitos à **Folha**, o desenho elaborado pelos ministérios da Economia e da Cidadania prevê reformulação ou extinção de até 27 programas e benefícios da área social para criar o Renda Brasil. Mesmo no cenário mais amplo, o novo benefício não chegaria a R\$ 300. Hoje, o valor mensal médio do Bolsa Família é de R\$ 190. O aumento de custo não se dará apenas em razão de uma parcela mais alta da assistência. A equipe econômica faz cálculos para que o novo programa alcance entre 6 milhões e 8 milhões de pessoas a mais do que o número de atendidos pelo Bolsa Família, hoje em cerca de 14 milhões. Diante do pedido de Bolso-

nar, Guedes afirmou na reunião que a alternativa será o corte das deduções médicas e de educação do IR. A avaliação é que essa renúncia de receitas do governo beneficia, em sua maior parcela, famílias de renda média e alta. De acordo com uma pessoa que estava na reunião, Guedes afirmou ter levado opções para custear o programa e ressaltou que o presidente teria que fazer escolhas — quanto mais programas revisados ou extintos, mais robusto ficaria o Renda Brasil. Bolsonaro não respondeu prontamente sobre a proposta de eliminar as deduções do IR e teria afirmado que essa opção poderia ser "muito ruim". A medida pode gerar desgastes político. Guedes então respondeu que, sem esse artifício, não haveria recursos para aumentar o programa social. Na mesma reunião, como revelou a **Folha** na segunda-feira (24), Bolsonaro e Guedes discordaram também sobre o auxílio emergencial. O ministro sugeriu um valor de R\$ 270 até dezembro, mas o presidente defendeu uma quantia de pelo menos R\$ 300. Segundo relatos de presentes, Guedes disse que irá avaliar se há espaço fiscal para o valor e ressaltou que dará uma

resposta até o final da semana. A tendência, segundo assessores presidenciais, é de que o ministro ceda ao pedido. Em conversa nesta terça-feira (25) com líderes do governo, no Planalto, Bolsonaro disse que a ideia é nivelar o valor do auxílio com o do Renda Brasil, em R\$ 300. O primeiro seria pago até dezembro, e o segundo, caso aprovado a tempo pelo Congresso, começaria a ser concedido em janeiro. A ideia do presidente é, assim, igualar as duas iniciativas para que não tenha descontinuidade nos benefícios. Segundo interlocutores, o ministro afirmou ao presidente que a extinção das deduções pode gerar uma economia anual de R\$ 42 bilhões aos cofres públicos. Estudos do Ministério da Economia mostram que as deduções médicas custaram ao governo R\$ 15 bilhões em 2017, dado mais recente disponibilizado. A regra das deduções com educação, por sua vez, gerou uma renúncia de arrecadação de R\$ 4,2 bilhões em 2019. Na defesa do fim do benefício, os estudos da pasta apontam que entre 70% e 80% desses recursos acabam nas mãos da fatia mais rica da

população. Menos de 10% são direcionados aos mais pobres. O subsídio ao IR é autorizado pela legislação, que prevê a possibilidade de pessoas físicas deduzirem da base de cálculo do imposto os pagamentos (sem limite) efetuados, por exemplo, a médicos e dentistas, além de despesas com exames laboratoriais. No caso de educação, as deduções são limitadas a R\$ 3.561,50. Entram na conta despesas como educação infantil, ensino fundamental e médio, graduação, mestrado e doutorado. A equipe econômica justifica que o país precisará reforçar o atendimento às pessoas de baixa renda após a pandemia do novo coronavírus. Sob o argumento de que o governo não tem dinheiro para simplesmente ampliar o programa social sem contrapartidas, Guedes sugere a focalização de ações consideradas ineficientes e distorcidas. Na lista de programas que podem ser extintos para a criação do Renda Brasil, estão o abono salarial e o programa Farmácia Popular, que, na avaliação da equipe econômica, também direcionam recursos para parcelas da população acima da linha da pobreza. Outro alvo é o seguro-defeso,

pago a pescadores durante o período de reprodução das espécies, quando essas pessoas ficam impedidas de trabalhar. Nesse caso, a avaliação é que o programa é repleto de fraudes, com milhares de pessoas recebendo o benefício sem de fato atuarem nessa área. A dificuldade em fechar o valor foi um dos motivos que levaram Bolsonaro a adiar o anúncio de medidas econômicas e sociais previsto inicialmente para esta terça (25). Outro problema na definição do valor do Renda Brasil envolve o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação. Ao eliminar programas como o abono salarial ou o seguro-defeso, o governo liberaria o espaço hoje ocupado por essas ações no teto de gastos e, com isso, poderia direcionar os recursos ao novo programa social. A restrição está nas deduções do Imposto de Renda. Como não são efetivamente um gasto do governo, mas sim uma renúncia de receita, elas hoje não ocupam espaço no teto. Portanto, o fim desse incentivo não abriria margem na regra e ainda seria necessário remanejar recursos de outras áreas. A solução mais adequada para a questão, de acordo com Guedes, é a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que tramita no Congresso Nacional e que estabelece gatilhos de ajuste fiscal, com suspensão de recursos públicos e corte temporário de salário de servidores. **Leia mais na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A19**



**SEM GUEDES, MARINHO PROTAGONIZA EVENTO NO PLANALTO; BOLSONARO DIZ QUE PACOTE SAI ATÉ SEXTA**  
O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e o presidente Jair Bolsonaro (foto) na cerimônia de lançamento do Casa Verde e Amarela. O ministro da Economia, Paulo Guedes, não participou do evento. Na segunda-feira (24), o presidente adiou o lançamento do programa Renda Brasil, uma reformulação do Bolsa Família, que seria anunciado com o substituto do Minha Casa Minha Vida. Na noite desta terça (25), Bolsonaro disse esperar que o governo consiga fechar o pacote econômico e social até sexta (28). Guedes e Marinho têm passado por uma relação conturbada desde o início do mês. Os dois enfrentam uma queda de braço sobre o aumento de gastos públicos para obras federais  
Pedro Ladeira/Folhapress

## Casa Verde e Amarela terá foco no Nordeste

**BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou nesta terça-feira (25) medida provisória que cria o programa Casa Verde e Amarela, em substituição ao Minha Casa Minha Vida, iniciativa de oferta de habitações populares lançada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. A atual gestão promete, com o novo programa, retomar obras paradas das administrações anteriores e regularizar imóveis de famílias de baixa renda, além de aumentar a oferta e reduzir juros para financiamento imobiliário. Em discurso, durante cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente fez um aceno ao Poder Legislativo e disse que deputados e senadores poderão fazer aperfeiçoamentos na medida provisória caso avaliem que seja necessário. O objetivo da iniciativa é

reduzir o atual déficit habitacional no país, hoje estimado em 6 milhões de moradias, permitindo também investimentos privados e de fundos externos. A meta é atender quase 2 milhões de famílias até 2024, com foco no Norte e no Nordeste. A ideia é que nas duas regiões seja oferecida taxa de juros a partir de 4,25%. E um percentual a partir de 4,5% para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste. "Teremos um tratamento diferenciado em relação a regiões que, historicamente, têm uma condição menor em relação a seus índices de desenvolvimento humano, que são o Norte e o Nordeste", afirmou o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. O ministro indicou que, no momento, o programa não deve contemplar novas famílias na faixa com maiores subsídios, que hoje beneficia pesso-

as com renda de até R\$ 1.800. "As pessoas perguntam: 'Vai reiniciar o faixa 1?'. Temos quase 200 mil unidades em carteira. Seria irresponsabilidade da nossa parte iniciar novas unidades habitacionais sem terminar as que estão sendo construídas. Nossa prioridade é terminar o que foi começado", afirmou. O sistema de faixas do Minha Casa Minha Vida será alterado. O programa anterior tinha as faixas 1 (para famílias com renda de até R\$ 1.800), 1,5 (renda entre R\$ 1.800 e 2.600), 2 (entre R\$ 2.600 e R\$ 4.000) e 3 (entre R\$ 4.000 e 7.000). Agora, serão três grupos. O primeiro, com renda de até R\$ 2.000, poderá acessar benefícios como receber imóvel subsidiado, acessar financiamento com juros reduzidos, fazer regularização fundiária e reformas no imóvel. Os grupos 2 (R\$ 2.000

a R\$ 4.000) e 3 (R\$ 4.000 a R\$ 7.000) terão acesso a financiamentos com taxas de juros um pouco mais altas do que o primeiro patamar, além da regularização fundiária. Os detalhes serão definidos em regulamentação posterior. O novo programa tem como meta regularizar 2 milhões de moradias até 2024. A previsão é disponibilizar até o fim deste ano R\$ 25 bilhões do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e R\$ 500 milhões do FDS (Fundo de Desenvolvimento Social) e gerar 2,3 milhões de empregos diretos e indiretos até 2024. O Casa Verde e Amarela também prevê um programa de regularização de dívidas. O ministro do Desenvolvimento Social afirmou que, hoje, cerca de 500 mil famílias, ou 40% da carteira da faixa 1, estão inadimplentes. Gustavo Uribe e Bernardo Caram

**VOCÊ JÁ SE HOSPEDOU NO EZ?**

ACADEMIA PISCINA SPA GASTRONOMIA ESTACIONAMENTO SEGURANÇA

**ZUR**

QUILMÉTRIA JAPONESA E GINTEMPORÂNEA

2 RESTAURANTES

CAFETERIA

BAR

**STUDIO CASAL**

1 QUADRADO

**DIÁRIA 139,00**

VALOR ALL INCLUSIVE

98880-6303 (11) 3346-7799

FACEBOOK.COM/EZHOTEIS

2009 Traveler's Choice

2019 TripAdvisor

**EZHOTEIS** .COM.BR

AV. ARMANDO FERRENTI, 668 - ACLIMAÇÃO - SÃO PAULO - SP. AV. PAULISTA

## mercado coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

## Vendem-se

O governador João Doria colocou 27 imóveis do interior e da capital paulista à venda nesta semana. Avaliados em aproximadamente R\$ 90 milhões no total, eles serão leiloados no dia 29 de setembro. Na lista do patrimônio que o governador pretende vender há delegacias da polícia civil desativadas, além de antigas garagens. Um dos mais valiosos é o Decap (Departamento de Polícia Judiciária da Capital) da avenida Irêrê, no Planalto Paulista, por R\$ 15,3 milhões.

**IMOBILIÁRIA** Nos próximos dias, também será publicada a venda de outros 11 imóveis, elevando o valor total para R\$ 156 milhões. Segundo o governo, os recursos serão usados em segurança pública, saúde e educação.

**METRO QUADRADO** No projeto de reforma administrativa de João Doria, o governo pede autorização à Assembleia Legislativa de São Paulo para vender mais 89 imóveis.

**SUCCESSÃO** Depois de Paulo Skaf anunciar, na semana passada, que não pretende concorrer novamente à reeleição da Fiesp e que quer colocar o empresário José Gomes da Silva como seu candidato para a presidência da entidade, a oposição começa a alertar que o projeto pode esbarrar em algum obstáculo na polarização das redes sociais.

**LACRAÇÃO** A avaliação é que, depois de todo o esforço feito por Paulo Skaf para se aproximar do presidente Jair Bolsonaro desde o ano passado, os bolsonaristas vão questionar a escolha. É que José é filho de José Alencar (1957-2011), vice do ex-presidente Lula durante os dois mandatos do petista.

**RETROSPECTIVA** Nas eleições de 2018, Josué, que é dono da Coteminas, ganhou o apelido de "vice dos sonhos" depois de receber convites de Lula para ser vice na chapa do PT, quando deixou o MDB e se filiou ao PR. Ele também foi cotado para vice de Geraldo Alckmin na corrida, mas rejeitou.

**HORIZONTE** A confiança dos brasileiros em relação ao emprego nos próximos meses começa a reagir após uma forte queda na pandemia. Em agosto, teve alta de 4,6%, segundo o indicador da CNC (Confederação Nacional do Comércio), atingindo 70,6 pontos em uma escala que vai até os 200.

**CARTEIRA** Em abril, quando o impacto da crise começou a ser apontado pelo índice, o patamar era de 106,3. A intenção de consumo das famílias no curto prazo, no entanto, acumula seu quinto mês seguido de baixa, mas desta vez menos acentuada. Caiu 0,2%, e chegou aos 66,2 pontos.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo, empregador e facultativo	
Valor mín.	R\$ 1.045
Valor máx.	R\$ 1.220,21
MEI (Microempreendedor)	
Valor mín.	R\$ 1.045
Valor máx.	R\$ 52,25
Assalariado	
Até R\$ 1.045	Alíquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

\*O prazo da competência de agosto vence em 21 set para empresas; para pessoas físicas, vence em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

**DESEMBARQUE** A American Airlines anunciou que poderá demitir 10 mil funcionários no início de outubro em resposta à queda na demanda por voos na pandemia.

**PRAZO** Em mensagem aos funcionários, a liderança da empresa afirmou que o suporte do governo americano ao setor aéreo permite manter os empregos até o final de setembro, mas não leva em conta que a crise da Covid-19 não estará resolvida depois do período de vigência da lei.

**TURBINA** Os executivos dizem que a decisão só muda se o programa for estendido. Eles pedem que os trabalhadores entrem em contato com os parlamentares para mostrar que seria importante para suas famílias manter o auxílio.

**MALA** Enquanto alguns dos gigantes da aviação demitem, a novata Ita, do grupo Itapemirim, se prepara para contratar tripulantes. A despeito da crise no setor, a empresa vai anunciar planos de operar ainda neste ano em Guarulhos, Galeão e Brasília, com dez aviões e integração dos passageiros de seu braço rodoviário da Viação Itapemirim.

**ASA** Segundo Rodrigo Vilaça, presidente do grupo, a meta é alcançar 10 milhões de passageiros ao ano no conjunto rodoviário e aeroviário. Mas só depois que a crise passar.

**CARONA** A Uber contratou Tave Gurdos para liderar seu braço de serviços para empresas na América Latina. A executiva, que esteve à frente de equipes comerciais na Microsoft e na OLX, vai tocar as ferramentas lançadas pela Uber na quarentena para atender companhias clientes do serviço de delivery Uber Eats e viagens corporativas.

**FERMENTO** O debate sobre a deministração das empresas parece ter impulsionado a mentoria para executivos do IBGC (instituto de governança corporativa) e da B3. O número de inscritos subiu 231% neste ano. Entre 761 candidatas, foram selecionadas 40. Mas ainda há um longo caminho. Segundo o IBGC, só 10,5% desses postos são ocupados por ela.

## IMPOSTO DE RENDA

R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo	Máximo
em R\$	em R\$	em R\$
Empregado	De 7,5% 97,04	713,09
Empregador	20%	250,50 1.220,21

\*O prazo para o patrão da doméstica venceu em 4 set. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

# Governo e Congresso discutem redirecionar para obras R\$ 10 bi da Covid-19

Relator do Orçamento de 2021, senador vê espaço para manobra, mas equipe econômica se divide sobre constitucionalidade da proposta

Fábio Pupo e Iara Lemos

**BRASÍLIA** O governo recebeu do Congresso a sugestão de redirecionar a obra de infraestrutura em 2021 parte dos recursos liberados durante a pandemia da Covid-19 e que não chegaram à ponta. O tema enfrenta resistência no Ministério da Economia.

Os recursos em questão fazem parte do pacote de recursos liberados para estados e municípios por meio dos créditos extraordinários (instrumento previsto na Constituição para casos urgentes e imprevisíveis) e que fica fora do teto de gastos, que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior.

O repasse havia sido aprovado com o aval do Congresso e previa dinheiro para o caixa de governadores e prefeitos. Agora, o senador Márcio Bitar (MDB-AC), relator do Orçamento de 2021, afirma que até R\$ 10 bilhões podem ser redirecionados para empreendimentos nas regiões Norte e Nordeste do país.

Bitar esteve reunido com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na noite de segunda-feira (24).

De acordo com o senador, a análise do governo é que nem todos os entes federativos teriam necessidade de usar o recurso que está carimbado.

Segundo dados do Tesouro Nacional, estados e municípios receberiam R\$ 79,1 bilhões em repasses relacionados à Covid-19 em 2020 com base em três medidas provisórias.

Desse total, R\$ 55 bilhões já foram pagos (uma diferença de R\$ 24 bilhões, embora esse número ainda deva diminuir conforme a execução continua).

"A verba da Covid não tem como chegar a todos eles [entes federados] na ponta. Deve ter uns R\$ 10 bilhões que não devem chegar. Foi muito dinheiro. Meu estado [Acre] não deve gastar tudo que recebeu em saúde, vai sobrar para investimento", afirmou Bitar.

"O que é bom também. Esses R\$ 10 bilhões é que estão discutindo [governo] que po-

de ir, sim, para obras, nas regiões Norte e Nordeste", disse o senador.

Entre os membros do Ministério da Economia, há entendimento de que há dificuldades para o plano ser executado. Parte da pasta diz que recursos alocados para a saúde não poderiam ser redirecionados a investimentos.

Além disso, ressaltam que o dinheiro foi liberado usando créditos extraordinários e que obras não têm caráter imprevisível ou urgente. Portanto, uma realocação de recursos poderia ser inconstitucional.

Mesmo assim, outra ala da pasta afirma que é possível que os recursos sejam realocados desde que não tenham sido carimbados originalmente para a saúde.

Um exemplo disso são os recursos direcionados a título de recomposição do FPE (Fundo de Participação de Estados) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Para contornar impedimentos legais, congressistas têm sugerido que o redirecionamento seja previsto no projeto do Orçamento de 2021 com a visão de que, uma vez aprovado o texto, o movimento teria respaldo da lei.

Também já falam em uma PEC (proposta de emenda à Constituição) caso tal proposta não seja suficiente.

Outra opção é direcionar os recursos que sobram neste ano à saúde em 2021 e reduzir proporcionalmente o orçamento da área no ano que vem para abrir espaço no teto de gastos.

Técnicos do Congresso afirmam que o redirecionamento ainda está nos planos das ideias e que ainda é necessário verificar, por exemplo, se realmente sobrarão recursos. De qualquer forma, Guedes tem se colocado publicamente contra propostas que desvirtuem o espírito do teto de gastos. Sinalizações recentes do TCU (Tribunal de Contas da União) também frearam parte das intenções.

Com as promessas de ajuste fiscal, o governo tem avaliado como encontrar recursos



**CONTAS EXTERNAS TÊM SUPERÁVIT DE US\$ 1,6 BI EM JULHO**

Foi o quarto mês consecutivo com superávit, puxado pela balança comercial,

que registrou US\$ 5,7 bilhões. O déficit em transações correntes somou US\$ 31,7 bilhões (2% do PIB) no acumulado dos últimos 12 meses,

ante déficit de US\$ 43,2 bilhões (2,7% do PIB) no mesmo período do ano passado. Com o risco de contágio e o dólar alto, as viagens internacionais permanecem em baixa. Na comparação com julho do ano passado, houve redução de 76,5% nos gastos de turistas estrangeiros no Brasil,

com US\$ 140 milhões. Os gastos de brasileiros lá fora despencaram 85,9%, para US\$ 267 milhões no mês.

Para evitar um avanço maior sobre as verbas da Covid, a presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), senadora Simone Tebet (MDB-MS), protocolou um projeto de lei a fim de evitar que o recurso de saúde possa ser usado em qualquer outra ação que não seja saúde.

Pelo projeto que destina R\$ 120 bilhões aos entes federados, o recurso precisa ser usado no período do repasse da verba, que encerra no final de setembro.

A proposta de Tebet é que os entes federados possam fazer uso dos valores até 31 de dezembro deste ano, desde que sejam destinados exclusivamente para ações na área de saúde.

Para Tebet, as tentativas do governo de encontrar recursos para obras e investimentos são bem-vindas, desde que a verba não seja a da saúde.

"Desde que não seja dinheiro necessário para salvar vidas, o remanejamento para investimento, em todas as regiões do Brasil, é mais que bem-vindo", disse a senadora.

Para o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), mesmo que o recurso da ajuda não seja usado no prazo inicial, é preciso que ele seja mantido para estados e municípios carimbados para ações de saúde.

"Eu sou contra essa ideia do governo. Vamos conviver com essa doença por mais tempo, e os municípios e estados vão precisar de recursos para a segunda etapa da doença, que é o apoio logístico para a vacinação em massa", disse Alencar.

"O governo tem de parar de fazer conta burocrática e pensar na vida das pessoas. Acima de obras está a preservação da vida", afirmou o senador.

rada entre os líderes partidários na quinta passada (20). Liderados pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), os congressistas da base governista puxaram a corda para que Guedes fosse ao Senado. Daniella Ribeiro, líder do PP na Casa, e Izalci Lucas (PSDB-DF), vice-líder do governo, estavam entre os mais indignados com as declarações. Daniella chegou a protagonizar uma discussão acalorada com líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), que também enviou outros senadores. "Eu já liquei para o ministro, não houve ofensa", disse Bezerra, que tentou, sem sucesso, seguir falando. "Ofensa houve", rebateu Randolph Rodrigues (Rede-AP). "Ofensa foi propagada em todo o país. Estamos reagindo civilizadamente a um terrorismo. Fernando, nós respeitamos vocês, mas isso é terrorismo", disse Amin. A líder do PP chegou a narrar que foi chamada de traidora pelo Planalto.

## Senado aprova convite para Guedes se explicar sobre críticas à Casa por derrubada de veto

Iara Lemos

**BRASÍLIA** Os senadores aprovaram em votação simbólica, nesta terça-feira (25), requerimento de convite ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

Os congressistas querem que Guedes explique as críticas que fez ao Senado, ao classificar como crime a decisão dos senadores de derrubar o veto do governo que impedia aumento de salários dos servidores. O veto foi mantido na Câmara.

"Pegar dinheiro de saúde e permitir que se transforme em aumento de salário para o funcionalismo é um crime contra o país", afirmou no dia 19. "Colocamos muito recurso na crise da saúde, e o Senado deu um sinal muito ruim permitindo que justamente recursos que foram para a crise da saúde possam se transformar em aumento de salário. Isso é um péssimo sinal".

Por ter sido um convite, Guedes pode se recusar a comparecer em sessão virtual com os senadores, mas, de acordo

com líderes governistas, o ministro está disposto a prestar explicações. Isso evitaria uma convocação.

Ainda não há data definida para a reunião. Segundo a assessoria do Senado, dependerá da agenda do ministro.

O requerimento aprovado foi de autoria do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e do senador Marcos do Val (Podemos-ES).

Integrantes da base governista, ambos apresentaram o convite para evitar que os líderes da oposição protocolassem um requerimento de convocação, que impediria Guedes de negar sua participação.

"De fato, o Senado está incomodado com as declarações do ministro. O Senado não merece ser atacado e agredido como instituição que só tem ajudado e colaborado com o Brasil. Ele [Guedes] ter de vir aqui ao Senado, trazer uma mensagem de respeito a essa Casa", disse o presidente do Senado.

O clima de desconforto entre Guedes e os senadores resultou em uma reunião a calo-



**DÓLAR CAI 1,25% E VAI A R\$ 5,53 COM APOSTA DE BANCOS ESTRANGEIROS NO REAL**

Depois de tocar R\$ 5,6170 no pregão (25), o dólar fechou em queda de 1,25%, a R\$ 5,5290. Três grandes bancos, JPMorgan, Bank of America e BNP Paribas argumentaram que o real é alvo de grande volume de posições vendidas — investimento que ganha com a desvalorização — num cenário em que já precipitou boa parte dos riscos.

Depois de tocar R\$ 5,6170 no pregão (25), o dólar fechou em queda de 1,25%, a R\$ 5,5290. Três grandes bancos, JPMorgan, Bank of America e BNP Paribas argumentaram que o real é alvo de grande volume de posições vendidas — investimento que ganha com a desvalorização — num cenário em que já precipitou boa parte dos riscos.

Depois de tocar R\$ 5,6170 no pregão (25), o dólar fechou em queda de 1,25%, a R\$ 5,5290. Três grandes bancos, JPMorgan, Bank of America e BNP Paribas argumentaram que o real é alvo de grande volume de posições vendidas — investimento que ganha com a desvalorização — num cenário em que já precipitou boa parte dos riscos.

# Nova lei do gás promete R\$ 60 bi em investimento e 4 milhões de empregos

Congresso pode retomar hoje projeto que abre o mercado e acaba com monopólio da Petrobras

Julio Wiziack, Danielle Brant e Isabella Macedo

BRASÍLIA Com atraso de quatro anos, o Congresso dará agora passos decisivos para a abertura do mercado do gás. As discussões do projeto que definirá as regras do novo marco regulatório poderão ser retomadas nesta quarta-feira (26).

A proposta prevê o fim do monopólio da Petrobras. Há ainda a previsão de criação de 4 milhões de empregos ao longo de cinco anos e investimentos de, ao menos, R\$ 60 bilhões, de acordo com o setor.

O projeto faz parte de um pacote de medidas defendidas pelo governo Jair Bolsonaro para atrair investimentos no pós-pandemia da Covid-19, gerar empregos e modernizar os serviços públicos.

A primeira investida foi o novo marco do saneamento, já aprovado pelo Congresso. Há ainda medidas de atualização das regras do setor elétrico.

A proposta para o gás só deslançou após um acordo assinado no ano passado por Petrobras e Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O órgão é o regulador da livre concorrência no país.

A principal exigência do acordo foi a redução da participação da petroleira no mercado de gás por meio da venda de empresas de transporte, inclusive o gasoduto Brasil-Bolívia, e da alienação de participações em distribuidoras estaduais.

O acordo foi a única alternativa para que a Petrobras evitasse ser punida por práticas anticompetitivas. Havia processos em andamento no Cade. Por causa do acordo, eles foram congelados.

Antes do acordo, as indústrias praticamente adquiriam gás somente da Petrobras. A maior parte das empresas ainda tem contratos válidos com a Petrobras até 2021. A lei por fim é a exclusividade.

Assim como no caso do projeto do saneamento, o Congresso quis assumir a liderança na condução de uma medida que, se levada adiante — a

derrubada do monopólio —, permitirá a grandes consumidores comprar gás dos fornecedores que oferecerem melhores preços.

O custo do gás, segundo o preço de referência da ANP (Agência Nacional de Petróleo) em julho, é de R\$ 1,67 por metro cúbico — um dos mais elevados da história. O combustível é matéria-prima de segmentos como siderurgia, vidros e fertilizantes e ainda move usinas geradoras de energia.

Segundo a Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia), os valores estão entre os mais altos do mundo, o que, na prática, inviabiliza o consumo do combustível. Por isso, usam até o diesel, mais poluente.

Se as novas regras forem aprovadas, estima-se que haverá uma queda de 30%, em média, no preço.

A queda deve ocorrer com o aumento da competição, uma vez que o novo marco por fim ao regime de concessão — que previa leilões — no segmento e passará a exigir das empresas interessadas na construção de gasodutos apenas autorização da ANP.

Além disso, garantirá o livre acesso de todas as empresas aos gasodutos. Por essa lógica, ganhará mercado quem tiver o melhor preço.

Os investimentos previstos irão assegurar projetos de expansão de infraestrutura de transporte, escoamento e armazenamento do gás. Os empregos resultariam desses aportes no setor.

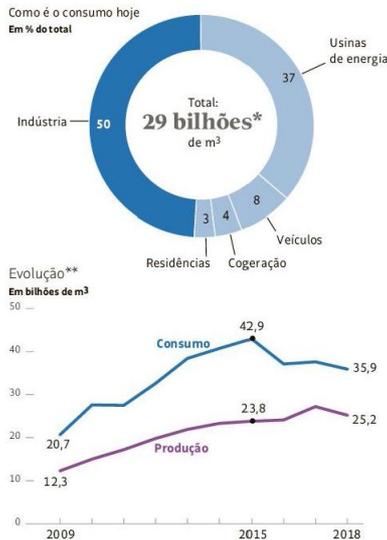
No Congresso, o avanço do projeto ocorre também após negociações para vencer o principal foco de resistência. Governadores pressionaram bancadas em defesa das distribuidoras, únicas fornecedoras, que, com competidores, poderão perder mercado.

Hoje, a Constituição estabelece que o serviço compete aos estados. Se o texto for aprovado, concessionárias de distribuição em dutos poderão terceirizar serviços para empresas que queiram instalar a infraestrutura.

Segundo Luiz Costamilan,

## Mudanças no setor de gás

Novo marco legal prevê abertura e queda do preço do combustível para a indústria



## 137,7 milhões

de metros cúbicos  
Foi a média diária de produção de gás em dezembro de 2019, uma alta de 21% em relação ao mesmo mês do ano anterior

## 64,6 milhões

de metros cúbicos  
Foi o consumo médio diário de gás acumulado até dezembro de 2019, uma alta de quase 1% em relação ao ano anterior

\*Estimativa do setor para o consumo consolidado em 2019

\*\*Produção é menor do que o consumo, o que leva o Brasil a importar gás

Caberá à ANP regular e fiscalizar o acesso de terceiros a gasodutos. Para técnicos do Ministério de Minas e Energia, isso garantirá aos novos entrantes condições equânimas de competição.

"Essa abertura deve estimular a competição e viabilizar o uso das usinas térmicas a gás", disse Paulo Pedrosa, ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia e hoje presidente da Abrace.

Segundo Luiz Costamilan,

secretário-executivo de Gás do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), a lei aumenta a liberdade do consumidor. "O projeto introduz a competição, permitindo aos grandes consumidores escolher seu fornecedor".

O projeto, porém, enfrenta resistência da oposição. Uma das principais se refere ao dispositivo que transfere para a ANP a competência para fazer a regulação — ditar normas e fiscalização — do setor.

## Donas de gasodutos não querem dinheiro de saúde e educação

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A criação de um fundo bilionário com recursos do pré-sal para a construção de gasodutos no país opõe as empresas nacionais que operam na distribuição de gás canalizado às multinacionais que assumiram a malha de transporte do combustível no país no processo de saída da Petrobras do setor.

As primeiras defendem a necessidade de incentivos para levar as tubulações a regiões com mercados ainda incipientes, enquanto as últimas dizem que há recursos privados disponíveis para projetos com viabilidade econômica.

O fundo foi aprovado pelo Senado, dentro de um projeto de lei que trata do risco hidrológico do setor elétrico, mas há um acordo para veto com o presidente Jair Bolsonaro. Foi incluído no projeto como um "jabuti" com apoio de dois dos maiores grupos nacionais do setor de distribuição, a Cosan e a Termogás, do empresário Carlos Suarez.

A proposta é alvo de muitas críticas no setor de energia e tem oposição também do ministro da Economia, Paulo Guedes. Por outro lado, seus defensores têm grande base de apoio no Congresso. Dono da Cosan, o empresário Rubens Ometto foi o maior doador individual para campanhas políticas nas últimas eleições.

O fundo ficou conhecido como Brasduto e, na prática, transfere para a construção de gasodutos dinheiro carimbado para educação e saúde. A proposta prevê o uso de 20% dos recursos para esse fim, o que representaria algo em torno de R\$ 16 bilhões em dez anos, segundo projeções de técnicos da Câmara, mas podendo chegar perto de R\$ 100 milhões, segundo cálculos do mercado.

Os defensores da ideia argu-

mentam que o dinheiro permitiria desenvolver novos polos consumidores no mercado, hoje concentrado no litoral e na área de influência do gasoduto Bolívia-Brasil, que leva a produção boliviana até a região Sul, passando por Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Controlador de distribuidoras em unidades da Federação onde ainda não há gás, como o Distrito Federal e Rondônia, Suarez diz que já investiu R\$ 600 milhões em quatro projetos de gasodutos, mas não conseguiu viabilizar nenhum pela falta de mercado.

Um deles ligaria São Carlos (SP) a Brasília, projeto que recebeu licença ambiental em 2010, mas não saiu do papel. "Os gasodutos no Brasil foram construídos com garantia da Petrobras, que controlava distribuidoras e se comprometia a comprar o gás, mas isso hoje não acontece mais".

Para a Cosan, dona da Comgás, o fundo ajudaria a financiar uma rota privada ligando o pré-sal ao litoral de São Paulo. Hoje, as rotas que trazem gás das plataformas são controladas pela Petrobras.

Representante dos operadores dos três grandes gasodutos de transporte em operação no país, a Atgás (Associação das Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasodutos) diz, por outro lado, que o setor é capitalizado e tem condições de investir com recursos próprios.

"As associadas trabalham em projetos que sejam economicamente viáveis e que não sejam dependentes de nenhum tipo de recurso extra", disse o presidente da Atgás. Segundo ele, o setor já mapeia dez projetos de expansão com investimentos entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

As associadas da Atgás são controladas pela francesa Engie, pela canadense Brookfield e pela Petrobras. As duas primeiras chegaram ao setor após a compra de duas redes de gasodutos da estatal: TAG (que opera nas regiões Norte e Nordeste) e a NTS (Nova Transportadora do Sudeste). A terceira associada é a TBG (Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil), ainda controlada pela Petrobras, mas a caminho da privatização, respeitando acordo com o Cade que prevê a desverticalização do setor de gás natural. A direção da petroleira também já se manifestou de forma contrária ao Brasduto.

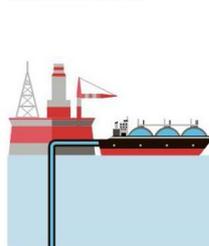
Procurada, a Cosan não comentou o assunto.

## Como funciona o mercado

As etapas de cada elo da cadeia

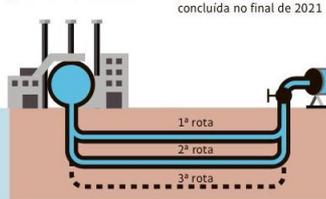
### Produção

Ocorre no mar e em terra. Cerca de 80% do gás produzido no Brasil vem das plataformas em alto-mar



### Tratamento

As Unidades de Processamento (UPGNs) transformam o gás para o transporte em terra. Das 15 unidades, 14 pertencem à Petrobras



### Escoamento

Existem hoje duas rotas principais dessa produção em alto-mar. Há uma terceira em construção com capacidade de 20 milhões de metros cúbicos por dia que deve estar concluída no final de 2021

### Transporte

Existem hoje cinco operadoras de gasodutos. A Petrobras já vendeu parte de suas participações, mas ainda é o único carregador a injetar o gás nos dutos. Há outros carregadores autorizados e uma oportunidade de aumentar o uso dos dutos existentes com queda proporcional de tarifas



### Distribuição

Hoje o país tem 27 distribuidoras, das quais 19 têm participação da Petrobras. Esse serviço é uma exclusividade dos estados. O projeto de lei não muda as regras nos estados nem altera as condições para o serviço de distribuição



Fontes: MME, ANP, Abrace e Abegás

# Projetos criam crédito de R\$ 575 mi para setores naval e aéreo

Gustavo Uribe e Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro enviou nesta terça-feira (25) dois projetos de lei ao Poder Legislativo que solicitam a abertura de crédito especial de R\$ 575 milhões para os setores naval e aéreo.

A primeira medida, publicada no Diário Oficial da União, pede um aporte suplementar de R\$ 500 milhões neste ano para a Infraero

e para as Companhias Docas do Ceará, Espírito Santo, Bahia, Pará e Rio Grande do Norte.

O objetivo, de acordo com a iniciativa, é assegurar o desempenho operacional e a conclusão de projetos prioritários para este ano. A implementação será custeada com recursos do Tesouro Nacional.

A segunda medida solicita a abertura de crédito de R\$ 75 milhões para a Infraero e pa-

ra a Companhia Docas do Rio Grande do Norte para a conclusão de obras de infraestrutura, como o porto de Macaé, e reparos para a concessão de aeroportos de Confins e Galeão.

Nesta terça-feira (25), o presidente também publicou a sanção de projeto de lei que regula o cancelamento de serviços e eventos dos setores de turismo e cultura durante a pandemia de Covid-19.

Pelo texto, as empresas po-

dem não reembolsar consumidores em dinheiro caso seja assegurada a remarcação do evento ou a disponibilização de créditos para compra futura.

Alegando desrespeito a direitos do consumidor, Bolsonaro vetou o trecho que dizia que "o fornecedor fica desobrigado de qualquer forma de ressarcimento se o consumidor não fizer a solicitação no prazo estipulado".

As empresas terão que fa-

zer reembolso na impossibilidade de oferecer remarcação ou disponibilização de créditos. Nesses casos, há um prazo de 12 meses para a restituição, contados a partir do fim do estado de calamidade.

O presidente também sancionou projeto que trata de medidas emergenciais de apoio aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19.

Foram vetados trechos co-

mo os que autorizavam condições de renegociação de operações de crédito rural relativas a débitos de responsabilidade de agricultores familiares, até 30 de dezembro de 2021, sem apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro e o que exigia a apresentação de laudo técnico de vistoria municipal comprobatória da perda de safra para fins de obter o Benefício Garantia-Safra.

mercado coronavírus

Folha da Faria Lima

Editorial não ajuda o debate racional ao insinuar que toda e qualquer mudança do teto Temer gerará crise cambial e monetária

OPINIÃO

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2003-2006). É doutor em economia pela New School for Social Research.

A opinião da Folha reflete o pensamento preponderante na cidade de São Paulo, hoje muito influenciado pela "Faria Lima", aquela pequena comunidade de 10 mil a 15 mil pessoas cuja vida gira em torno do mercado financeiro.

Tivemos um exemplo da lógica "fariarlimer" no editorial "Jaír Rousseff", que tentou equiparar Bolsonaro a Dilma. Nossa ex-presidente já respondeu à Folha na política, apontando o absurdo de igualar uma liderança democrática com um presidente de

viés autoritário. Neste texto, tentarei responder ao editorial na economia.

Em primeiro lugar, a Folha exagera ao dizer que Dilma gastou sem limite. Houve excessão fiscal? Sim, houve, sobretudo em 2012-14, mas não muito diferente do ocorrido em outros governos.

Quando se trata de uma razão, numerador e denominador importam. Traduzindo os economês, quando a economia desacelera, o gasto do governo pode crescer mais lentamente do que no período anterior e, ainda assim, subir em proporção do PIB (Produto Interno Bruto). Foi assim na comparação entre o primeiro e o segundo mandato de FH. Foi assim na comparação entre o segundo mandato

de Lula e o primeiro mandato de Dilma. O gasto primário desacelerou sob Dilma.

O gasto deveria ter desacelerado mais? Presumo que a Folha ache que sim, e essa é minha segunda crítica ao editorial. Em momentos de crise, um ajuste fiscal muito forte pode ser autoderrrotante devido ao PIB. Ilustro novamente com um exemplo: o Brasil de 2015.

No início do segundo mandato de Dilma, fizemos forte ajuste fiscal, e isso foi um erro (sim, isso foi autocrítico). A economia não estava bem, e a combinação de cortes dos preços internacionais de commodities com os efeitos internos da Operação Lava Jato derrubou o nível de atividade economi-

ca muito além do que era esperado, por governo e mercado, no início de 2015.

Naquele contexto, ao fazer forte contração fiscal e rápido realinhamento de preços de energia, o governo federal empurrou a economia mais para baixo. Era preciso fazer exatamente o contrário, Orçamento com déficit para estabilizar a economia, como Dilma acabou propondo na segunda metade de 2015, mas o Congresso só aprovou em meados de 2016, com Temer.

Assim como hoje, a Folha também pediu mais recessão em 2015. Felizmente, Temer ignorou o pedido e flexibilizou a política fiscal em 2016. Apesar do discurso de austeridade, houve forte elevação de despesa antes da imple-

mentação do teto de gasto. O déficit acabou sendo muito maior do que Dilma havia proposto, e isso ajudou a estabilizar a economia no início de 2017.

A expectativa era que o PIB decolaria a partir de então, mas isso não ocorreu. Crescemos pouco, com quase estagnação do PIB per capita em 2017-19, tudo isso antes da Covid. Parte da estagnação veio da política fiscal, da decisão de promover consolidação fiscal prematura em uma economia que mal havia saído de uma grave recessão. Hoje corremos o mesmo risco, e essa é minha terceira crítica ao editorial da Folha.

Nosso debate sobre política fiscal frequentemente cai no maniqueísmo: "Teto de gasto versus ganstância sem limite". Quem acompanha o assunto sabe que existem regras alternativas para permitir elevação ou manutenção de alguns serviços necessários — como infraestrutura, saúde e educação — ao mesmo tempo que se controlam despesas não essenciais — como salários elevados

de algumas carreiras. Ao insinuar que toda e qualquer mudança do teto Temer gerará crise cambial e monetária, o editorial da Folha não ajuda o debate racional do tema. Precisamos de regra fiscal mais adequada à nossa realidade e devemos levar em conta que a economia pode não se recuperar rapidamente da pandemia.

Já apostamos na fada da confiança e no PIB privado em 2017-19, sem sucesso. Fazer isso novamente é arriscado, sobretudo quando milhões de famílias só não estão na pobreza devido ao auxílio emergencial de R\$ 600 criado pelo Congresso.

O fato de até Bolsonaro se render à necessidade de manter um mínimo de transferência de renda e investimento deveria fazer a Folha refletir que, talvez, mais do que "impulso populista", nossa elevada desigualdade de renda e grande carência de infraestrutura acaba empurrando qualquer governo para a realidade, para fora da bolha da Faria Lima.

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - REDE ASSISTENCIAL DE SUPERVISÃO TÉCNICA DA SAÚDE BUTANTÁ, convidada as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 015/2019 (ID 2260) realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.spdmiso.com.br/privado

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL GERAL DE PIRAJUSSARA, convidada as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 021/2019 (ID 2267) realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.spdmiso.com.br/privado

ABRME - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA E SEGURANÇA. Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária... Mais construtora por m²

Fundação Zerbini. Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária... Mais construtora por m²

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE PAPEL HIGIÊNICO - Abertura do Pregão: 10/09/2020 às 14:00 horas. Mais construtora por m²

TECNISA S.A. Companhia Aberta. Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária... Mais construtora por m²

TECNISA S.A. Companhia Aberta. Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária... Mais construtora por m²

Companhia do Metrô de São Paulo - METRÔ. AVISO AOS EX-PROPRIETÁRIOS DO IMÓVEL. A Companhia do Metrô de São Paulo - METRÔ, em cumprimento à determinação legal disposta no Art. 519 do Código Civil, faz saber aos ex-proprietários do imóvel desapropriado por utilidade pública abeno alienado, que remanesceu em área não utilizada pela obra, em razão disso, oferece aos ex-proprietários, pelo preço atualizado pelo qual foi desapropriado, o imóvel ou seu remanescente, para que exerçam seu direito de preferência, querendo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, sob pena de caducidade, como segue:

METRÔ. SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

IBRA IMOB SMLL INDX ICGT ITAG IGC

IBRA IMOB SMLL INDX ICGT ITAG IGC

Table with financial data for NESP Empreendimento Imobiliário S.A. including Balance Patrimonial, Ativos Circulantes, and Total do Ativo.

Table with financial data for NESP Empreendimento Imobiliário S.A. including Demonsração Operacional Bruta, Demonsração Operacional Líquida, and Total do Ativo.

Table with financial data for NESP Empreendimento Imobiliário S.A. including Demonsração do Fluxo de Caixa, Demonsração Operacional Bruta, Demonsração Operacional Líquida, and Total do Ativo.



# Ajuste fiscal desde 2016 ajudou na queda dos juros reais, aponta estudo do Ipea

Para autor do estudo, caminho de austeridade contribuiu para um desempenho melhor da economia

Por **Fabio Graner** — De Brasília

26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O processo de consolidação fiscal que vinha sendo realizado desde 2016 até a pandemia provocou uma redução no nível de juros reais de longo prazo do Brasil entre 1,7 e 2,7 pontos percentuais e contribuiu para o crescimento econômico. As estimativas constam de nota técnica sobre o tema que estará na Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), elaborada pelo pesquisador Marco Cavalcanti, que até pouco tempo atrás foi subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia.

O estudo, que deve ser divulgado hoje, foi antecipado ao **Valor**. Nele, o autor fez uma série de exercícios econométricos, com metodologias diferentes, que consideraram eventos fiscais como o teto de gastos, a reforma da Previdência e até as eleições de 2018 - que sinalizariam o rumo da política fiscal do governo. Ele reconheceu ao **Valor** que há limitações para se fazer essas simulações, mas considera que os dados obtidos são claros em dizer que o caminho de austeridade contribuiu para um desempenho melhor da economia.

“As estimativas pontuais obtidas apontam para efeitos da ordem de 1,7 a 2,7 p.p. na taxa de juros da NTN-B de 10 anos. Segundo, variações na taxa de juros de longo prazo têm impacto significativo no nível de atividade econômica, mesmo no curto prazo”, informa o documento. “De acordo com as estimativas apresentadas, a redução de 1 p.p. na taxa de juros da NTN-B de 10 anos levaria, no prazo de 12

meses, a aumento acumulado do PIB de cerca de 1%, podendo variar entre 0,7% e 1,3%, a depender da especificação do modelo econométrico utilizado”, completa.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Cavalcanti explicou que as contas levaram em consideração fatores como a queda de juros no mundo nos últimos anos. “Cabe notar que o cenário externo propiciou, a partir de 2016, a redução das taxas de juros em nível global, bem como a redução dos prêmios de risco sobre os títulos soberanos dos países emergentes em geral, e é natural que o Brasil também tenha se beneficiado desse movimento”, diz. “Nesse contexto, é importante destacar que os efeitos dos eventos fiscais domésticos sobre as taxas de juros da NTN-B revelaram-se estatisticamente e economicamente significativos mesmo após controlarmos para fatores externos ligados ao nível global das taxas de juros e à percepção de risco em relação a ativos arriscados.”

Segundo ele, a alta ociosidade da economia brasileira, em decorrência da recessão de 2015-2016 e dos anos seguintes de baixo crescimento, também foi levada em conta, capturada pelas projeções de inflação. “Acho que consegui controlar pelos principais fatores externos. A conclusão é que o arranjo fiscal teve, sim, impacto nos juros e estimulará a atividade”, diz.

Cavalcanti ressalta ainda que os custos de uma mudança nessa trilha de austeridade, na volta do pós-pandemia, podem ser contraproducente para o país. “Os custos de não reafirmarmos nosso compromisso com a disciplina fiscal poderão ser elevados e a história recente mostra isso.”

Para ele, como evidências indicam que a consolidação fiscal levou à redução do juro de longo prazo, “o abandono dessa estratégia poderia causar forte aumento do

# Ausência de Guedes marca o lançamento do 'novo' MCMV

Ministro da Economia não participa de solenidade capitaneada por Rogério Marinho, com quem se desentendeu por conta do teto de gastos

Por Edna Simão, Matheus Schuch e Fabio Murakawa — De Brasília

26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Casa Verde Amarela

Programa vai priorizar as regiões Norte e Nordeste

	<b>Grupo 1</b>	<b>Grupo 2</b>	<b>Grupo 3</b>
<b>Renda Mensal</b>	Até R\$ 2 mil	De R\$ 2 mil a R\$ 4 mil	De R\$ 4 mil a R\$ 7 mil
<b>Benefícios</b>	Acesso à financiamento com juros mais baixos, imóvel subsidiário, regularização fundiária e reforma.	Financiamento e regularização fundiária (até R\$ 5 mil)	Financiamento e regularização fundiária (até R\$ 5 mil)
<b>Juros Sudeste, Sul e Centro-Oeste*</b>	4,5% a 5,25%	5% a 7%	7,66% a 8,16%
<b>Juros Nordeste*</b>	4,25% a 5%	4,75% a 7%	7,66% a 8,16%

### Metas até 2024

- Atender 1,6 mi de famílias com financiamento habitacional
- Regularizar 2 mi de moradias
- Promover melhorias em 400 mil unidades habitacionais

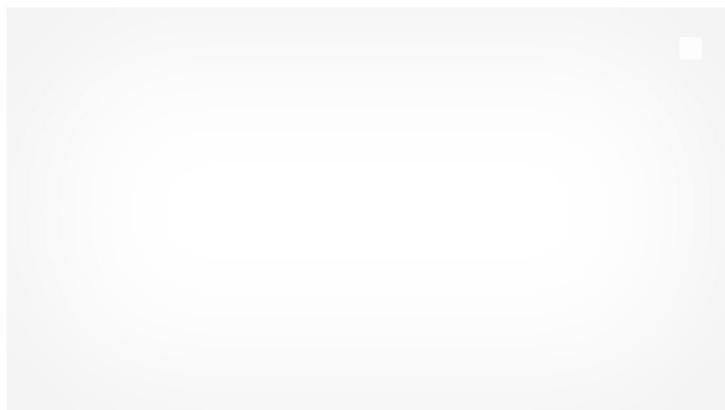
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional\* % ao ano

Considerado uma das principais iniciativas do governo nas áreas social e econômica, o programa habitacional Casa Verde Amarela foi lançado ontem, no Palácio do Planalto, sem a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes. A ausência chamou atenção diante do comparecimento maciço de ministros e por ocorrer justamente em um evento encabeçado pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, com quem Guedes se desentendeu em discussões sobre o teto de gastos.

O Casa Verde Amarela faz parte de uma ação maior, o Pró-Brasil, cuja apresentação prevista para ontem foi adiada porque a proposta de Guedes ainda não agradou o presidente Jair Bolsonaro, principalmente, no que diz respeito ao valor do benefício do Renda Brasil. Após assinar a medida provisória criando o programa substituto do Minha Casa Minha Vida, instituído pelo governo do PT, Bolsonaro afirmou que a “bola” agora está com o Congresso, que poderá fazer aprimoramentos no texto.

Em um pronunciamento que durou em torno de cinco minutos, o presidente usou a maior parte do tempo para elogiar militares pelo “dia do soldado”. O discurso da equipe econômica coube ao presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, a quem Bolsonaro se referiu como “PG2”, em alusão às iniciais do seu nome coincidirem com as de Paulo Guedes, a quem chama de “PG”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Na mesma linha de Guimarães, o ministro Marinho exaltou a atenção do governo com os mais humildes. Também defendeu a necessidade de tratamento diferenciado ao Norte e Nordeste, justamente as regiões em que Bolsonaro tenta aumentar seu capital político.

“Esse programa permitirá ao Brasil ter a menor taxa de juros da história do setor habitacional”, disse Marinho, destacando a importância do setor imobiliário para o crescimento do país. “O capital especulativo está fugindo do Brasil, que bom, pode ir embora. Nos interessa o capital que vem para gerar emprego e renda”, afirmou o ministro.

O programa habitacional será sustentado por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). No cenário de restrição fiscal, recursos orçamentários serão direcionados para finalizar e retomar obras deixadas pelo Minha Casa, Minha Vida, e não para novas contratações para moradia de baixa renda. O valor dos imóveis financiados também foi ampliado, para fomentar o interesse do setor da construção civil.

As novas contratações de financiamento serão bancadas neste ano com o direcionamento de R\$ 25 bilhões do FGTS. Já o braço do programa que será responsável pela regularização fundiária e reformas de moradias será financiado com R\$ 500 milhões do FDS nos próximos quatro anos.

O Casa Verde Amarela permitirá ainda a renegociação de cerca de 500 mil contratos inadimplentes de famílias que eram atendidas pela faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida. A expectativa é que a Caixa realize um mutirão de renegociação dos contratos no primeiro semestre de 2021.

O programa habitacional também abre espaço para ingresso de recursos por meio de doações, para a iniciativas relacionadas à regularização fundiária. Com as mudanças, o governo quer atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, com uma expansão de 350 mil unidades contratadas. Somente a redução dos juros vai permitir a entrada de 1 milhão de famílias no sistema de habitação até 2024.

O novo programa deixa de trabalhar com o conceito de faixas, como no Minha Casa, Minha Vida, para utilizar três grupos de renda. Quanto menor a renda, maior o benefício concedido. O primeiro grupo atenderá famílias com renda de até R\$ 2 mil e poderá ter acesso à financiamento, imóvel subsidiário, regularização fundiária e reforma. Para os beneficiários das regiões Norte e Nordeste, a renda permitida é

maior de R\$ 2,6 mil. O foco do grupo 2 será famílias com renda de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil e o grupo 3 contemplará quem ganha de R\$ 4 mil a R\$ 7 mil.

Diante do período de forte restrição fiscal, o programa do governo não vai fazer novas contratações de imóveis da chamada faixa 1 do MCMV, que atendia famílias com renda até R\$ 1,8 mil e o subsídio era de quase 100%. O foco será entregar 195 mil imóveis para essa faixa de renda que dependem de retomada ou finalização e obras. Segundo o ministro do Desenvolvimento Regional, a expectativa é que entre 70% e 80% dessas obras em carteira sejam entregues até o fim de 2022.

Na regularização fundiária, a meta é regularizar 2 milhões de moradias e promover melhorias em 400 mil até 2024. O programa deve gerar no mesmo período 2,3 milhões empregos diretos, indiretos e induzidos, segundo o ministério.

Para a continuidade das obras de 185 mil unidades habitacionais contratadas e a retomada de 100 mil residências e empreendimentos de urbanização, há previsão de R\$ 2,4 bilhões do Orçamento-Geral da União (OGU) para o próximo ano.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Pacotes com 50 e 100 máscaras. Confira o preço

HAYLO MÁSCARAS

# Bolsonaro quer elevar valor e alcance do Renda Brasil

Presidente fez pedido a Paulo Guedes para justificar o rebatismo do Bolsa Família

Por **Marcelo Ribeiro, Fabio Graner e Fabio Murakawa** — De Brasília

26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente Jair Bolsonaro pediu que o ministro da Economia, Paulo Guedes, estique ao máximo o valor e o alcance do Renda Brasil para justificar o rebatismo do Bolsa Família. Segundo o **Valor** apurou, Guedes teria se comprometido a comandar uma força-tarefa para encontrar caminhos para atender ao pedido do chefe do Poder Executivo. A avaliação, contudo, é que a demanda presidencial aumenta o risco de a medida, que já foi adiada uma vez, não sair do papel nesta semana.

O valor inicial (que já foi cogitado em R\$ 247 e em R\$ 270) do benefício, contudo, não deve ser definitivo, segundo uma fonte da equipe econômica. A ideia é que o Renda Brasil seja um “processo”, no qual políticas públicas consideradas mal focalizadas pelo time de Guedes vão sendo reduzidas ou eliminadas ao longo do tempo e seus recursos sejam direcionados para ampliar a renda dos mais pobres. Os técnicos do governo fizeram um mapeamento de quase 30 programas sociais, entre ações do lado da despesa (como abono salarial, seguro-defeso e Farmácia Popular) e do lado da receita (deduções de saúde e educação do Imposto de Renda, por exemplo).

Uma fonte explicou que o Renda Brasil hoje depende fundamentalmente de definições políticas, de disposição de enfrentar grupos de interesse e de poder que têm algum tipo de benefício do Estado. Por isso, ainda não está batido o martelo sobre o valor inicial do programa e tampouco é possível dizer se conseguirá chegar nos R\$ 300 que estariam sendo desejados por Bolsonaro.



Ads by Teads

O **Valor** apurou que, com base nesse mapeamento de programas (reiterando, do lado da receita e da despesa), Paulo Guedes apresentou a Bolsonaro uma série de possibilidades para a construção do Renda Brasil, mas também tratou de outros temas que estão interligados, como reforma tributária. É como um quebra-cabeça, explica uma fonte, no qual vão se juntando as peças para se encontrar uma figura final.

É nesse contexto que surgem ideias como eliminar ou reduzir benefícios do Imposto de Renda como reforço do Renda Brasil. Há cálculos que apontam que os recursos que o Estado abre mão no Imposto de Renda da Pessoa Física - com benefícios como as deduções de saúde e educação - dariam uma fonte de recursos suficientes para aumentar o valor do benefício do Renda Brasil, mais do que o que se obteria com o fim de programas como abono salarial e seguro-defeso.

O problema das deduções, segundo fontes, é que, apesar de irrigarem com recursos o novo programa, elas não abrem espaço no teto de gastos. Por isso, para essa ideia ir adiante, ela depende de outros fatores, como o avanço da desvinculação e desindexação do Orçamento, que abririam no futuro espaço para outras despesas no limite constitucional de gastos. É importante mencionar ainda que a fonte de recursos do IR para União na verdade é metade do que se vier a obter de ganho de receita, dado que o dinheiro é dividido com Estados e municípios. Mas o mais relevante é que isso dependerá da disposição de Bolsonaro em desagradar a classe média e média alta, que hoje são as maiores beneficiárias dessas deduções e isenções.

Há um elemento adicional que tem dificultado a construção do programa Renda Brasil: a intenção de incluir mais 6 milhões a 8 milhões de pessoas no universo que hoje é atendido pelo Bolsa Família. Com isso, com o mesmo orçamento, o benefício médio automaticamente cairia substancialmente em relação ao nível atual. Ou seja, ao incluir mais gente, o esforço de redirecionamento de recursos de outros programas já é bastante grande só para recuperar o valor atual de benefício médio. Ou o governo terá que desistir de ampliar o universo atendido nessa renda básica.

O próprio abono salarial, como mostrou o **Valor** ontem, não poderá ser incluído imediatamente no programa, dado que seu orçamento para 2021 já está comprometido. Sem falar novamente na questão política, já que esse benefício atinge 24 milhões de pessoas, que deixarão de receber até um salário mínimo extra por ano e não devem aceitar isso sem fazer barulho.

Na concepção da equipe econômica, não cabe excluir o Renda Brasil do teto de gastos para acomodar um valor maior sem extinguir programas. E também não há simpatia para a ideia de usar o imposto de transações, que vem sendo apelidado de nova CPMF, para financiá-lo - o que também não resolveria o problema de o novo programa caber no teto. O principal objetivo com o novo tributo, segundo uma fonte, é desonerar a folha e eventualmente outros impostos.

Com tantas variáveis dependentes de decisões políticas, o jogo embolou. Segundo fontes, Bolsonaro teria explicado que se o formato do Renda Brasil não oferecer mudanças relevantes em relação ao Bolsa Família, não será possível dar sequência no plano de desmonte de programas petistas e de criação de uma marca dele na área social.

E esse teria sido um dos argumentos para explicar a recusa à proposta inicial de Guedes. Por outro lado, a equipe econômica considera que a diferença entre o Renda Brasil e o que se tem hoje será substancial, não só pela junção de programas, mas porque com ele deve vir a Carteira Verde Amarela, que está sendo tratada como porta de saída do Renda Brasil.

Claramente Bolsonaro quer ter um valor de benefício que não permita contestações de adversários políticos e acusações de que estaria apenas “envernizando” programas petistas. Ou seja, ele não quer risco de que se suscitem dúvidas sobre a

paternidade do programa e a garantia de que ele será suficiente para não lhe retirar os dividendos políticos obtidos com o auxílio emergencial, hoje em R\$ 600 e que até o fim do ano deve ter seu valor reduzido possivelmente à metade.

Para o presidente, não adiantaria apenas rebatizar o programa e manter o modelo do Bolsa Família. O pedido de atenção especial ao Renda Brasil ocorre porque o programa é visto por aliados de Bolsonaro como “um potencial passaporte” para o presidente garantir a vitória na corrida eleitoral de 2022. Ontem, Bolsonaro disse que ainda não bateu o martelo sobre o valor do auxílio emergencial, mas que até a sexta-feira estará tudo definido. “Acreditamos que teremos mais um endividamento, não na ordem de R\$ 50 bilhões por mês, como é este auxílio emergencial no momento, de R\$ 600, mas diminuir um pouco este valor para ver se a economia pega. Nós temos que pegar. A economia tem que pegar.” **(Colaboraram Raphael Di Cunto e Matheus Schuch)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

### LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais

HONDA

### LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

## Coisas demais no plano de 'big bang' verde-amarelo

A primeira CPMF foi embalada em nobre objetivo, custear a saúde, que continua até hoje subfinanciada

26/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente Jair Bolsonaro não tem programa social, nunca se preocupou com isso e agora terá um para aproveitar oportunidades. Não apresentou proposta de reforma tributária, e, fora das discussões avançadas no Congresso, sugere uma redentora contribuição sobre transações que, afinal, permitiria ir além do bem-sucedido Bolsa Família e desonerar a folha de pagamentos - um "Big Bang" para evitar a implosão do governo por performances ultrajantes de Bolsonaro, que se recusa a explicar por que Queiroz depositou R\$ 89 mil na conta de Michelle.

Com a melhoria da perspectiva eleitoral do presidente, descoberta por acaso com o pagamento do auxílio emergencial - o triplo do valor considerado justo pelo ministro Paulo Guedes -, gesta-se desta vez mais um plano que poderia pavimentar o caminho para a reeleição de Bolsonaro. Como outros planos de ocasião, é um ajuntamento de propostas que ficaram pelo meio do caminho e nunca foram executadas.

Haverá um Pró-Brasil, um Renda Brasil, uma Carteira Verde e uma Casa Verde Amarela e essa prodigalidade patrioteira convive com a realidade singela da pindaíba fiscal - não há dinheiro para eles. É importante ampliar o Bolsa Família e reorganizar a rede de proteção social, de forma a torná-la mais eficaz e abrangente. Mas a motivação eleitoral não é boa conselheira. A improvisação e a pressa trazem o risco de que pouca coisa do que será anunciado será cumprido, ou até mesmo nada.



Ads by Teads

Guedes se acostumou a anunciar objetivos mirabolantes que não se consumam - como o trilhão de reais que viriam da privatização, ou outro trilhão de reais com a venda de imóveis da União. Seu estilo de “tudo ao mesmo tempo agora” se revelou infrutífero e empecilho às reformas, apesar de ele ser favorável a elas e o presidente, não.

Bolsonaro nunca teve preocupações sociais, mas seu pendor populista agora lhe diz que os R\$ 247 do programa de renda mínima sugerido por Guedes é pouco dinheiro. O ministro da Economia tampouco gastou muito tempo no assunto até a pandemia. E não tem interesse em apresentar um plano social sem acoplá-lo a uma ampla desoneração da folha de pagamentos - nos empregos na Carteira Verde Amarela assim como nas vagas que serão a “porta de saída” imaginada para o Renda Brasil.

A desoneração também cumpre papel fundamental no Pró-Brasil para os empregos ofertados com até, provavelmente, 1,5 salário mínimo. Acima desta faixa, ainda não definida, a contribuição previdenciária patronal cairia de 20% para 15% ou 10%. No meio disso tudo, haveria mudança da faixa de isenção do Imposto de Renda, de R\$ 1,9 mil para R\$ 3 mil e o fim do IPI para a linha branca.

Da forma anunciada, os planos de Guedes tem mais a cara de uma reforma tributária do que de plano social, para o qual ademais serão remanejados recursos já existentes para o Bolsa Família, abono salarial e seguro defeso. O ministro só tem um coelho na cartola desde sempre, a velha CPMF, modernizada, que supriria ao menos R\$ 120 bilhões para tantos projetos díspares e verde-amarelos. A pré-

condição para tudo acontecer é a contribuição, que deveria constar da reforma tributária que o governo ficou de apresentar há meses e nunca o fez de todo.

Há dois bons projetos de reforma tributária no Congresso. A situação inicial da reforma é inédita. Governadores, que sempre fugiram dela, e parlamentares estão interessados em realizá-la. Aguardam o Executivo que, ao contrário do passado, retarda suas propostas. Na semana passada, havia indícios de que o governo desistira da reforma, que para ele se encerraria na fusão modificada de PIS-Cofins. A reforma do governo é a CPMF.

Há lógica no ativismo do governo. Populista, quer embrulhar a necessária extensão da rede de proteção social na inexorabilidade de um imposto regressivo como a CPMF. Com a bandeira social pretende angariar apoio de parlamentares, que desdenhou até anteontem. Partes do apressado plano necessitam da aprovação de maioria absoluta do Congresso, como para extinguir o abono salarial e criar a CPMF.

As desonerações em série propostas eliminam fontes de financiamento do déficit previdenciário, que ficará na dependência de um imposto genérico não desenhado para esse fim. É possível defender a CPMF para prover a emergência fiscal criada pela resposta à pandemia. É uma discussão séria que prescinde de subterfúgios. A primeira CPMF foi embalada em nobre objetivo, custear a saúde, que continua até hoje subfinanciada.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST

### LINK PATROCINADO

Totalmente sem tarifas e complicação, essa é a Conta Kids do Banco Inter

BANCO INTER

### LINK PATROCINADO



**Por Nilson Teixeira**

É sócio-fundador da gestora Macro Capital. Foi economista-ch... [ver mais](#)

## Debate sobre teto é mal conduzido

Criação do Renda Brasil precisava ter sido objeto de análise muito mais profunda e criteriosa

26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A regra do teto dos gastos públicos (RTG), que limita o crescimento das despesas do governo federal à variação da inflação, foi aprovada pelo Congresso em 2016, quando já eram claras a dificuldade de reverter o elevado déficit primário da época e a rejeição da sociedade à alta de impostos. Simulações já apontavam, porém, que não seria possível respeitar a regra até 2026, quando está prevista a revisão do limite da expansão das despesas.

Os efeitos da pandemia contribuiram para antecipar a discussão na sociedade acerca do cumprimento da RTG para este ano, por conta da pretensão de tornar permanente o auxílio emergencial e da criação do Programa Pró-Brasil, destinado originalmente ao aumento de investimentos do governo federal.

**Corte de programas para a população carente só seria justo após redução de privilégios de grupos de interesse**



O debate sobre o cumprimento da RTG, porém, tem sido mal conduzido, pois teria de ter surgido como resultado de avaliações sobre custos e benefícios da remodelagem e da ampliação do número de beneficiários dos programas sociais, bem como de estudos sobre como incentivar os investimentos.

A criação do Renda Brasil, a partir da remodelagem e junção de projetos sociais, bem como da transformação do auxílio emergencial em permanente, precisava ter sido objeto de análise muito mais profunda e criteriosa. O debate foi concentrado quase que exclusivamente no valor do benefício, no número de beneficiários e no corte de programas sociais para permitir que o Renda Brasil caiba no orçamento sem prejudicar o cumprimento da RTG.

A discussão sobre o Renda Brasil teria de ter começado pela explicitação das razões - outras que não o aumento da popularidade do governo - para alteração da estrutura da ação social do Estado. O novo arcabouço precisaria incluir: a melhoria do monitoramento dos programas; a definição das contrapartidas a serem exigidas dos beneficiários; e a ampliação de mecanismos para auxiliar no cumprimento dessas exigências. Não existiu quase nada disso.

A definição de condições mais rígidas para a participação nos programas sociais e para a manutenção do benefício faz todo sentido. Todavia, também aqui, seria necessário um maior debate sobre o tema. O uso do bom desempenho escolar de crianças e adolescentes como um desses critérios, por exemplo, é controverso. Seria melhor instituir um plano, com a efetiva participação dos governos regionais, visando oferecer apoio para os alunos superarem suas dificuldades de aprendizado, em particular no ensino básico. Isso dificilmente estará disponível no curto prazo. Portanto, o risco é de a imposição de condições inflexíveis dificultar ainda mais a destinação dos recursos para os realmente necessitados.

Enquanto a criação do Renda Brasil pode ser benéfica para a sociedade, o aumento de investimentos públicos como inicialmente planejado seria equivocado.

Assumindo as hipóteses heroicas de que os recursos públicos seriam eficientemente alocados e de que não haveria desvios, a implementação desses projetos poderia ser justificada. Não obstante, a história demonstra que essas hipóteses não são realistas e as inversões públicas representam uma péssima alocação de recursos escassos. A maior contribuição do Estado nessa área seria a de estabelecer um ambiente propício à ampliação dos investimentos privados.

Não há saída fácil em relação ao cumprimento da RTG em 2021. A não extensão dos programas adotados em resposta à pandemia permite a obediência à restrição, ao reduzir muito as despesas públicas. Todavia, a forte contração fiscal eleva o risco de desaceleração econômica em 2021, principalmente no 1º trimestre, dificultando ainda mais o recuo do desemprego.

Por outro lado, a desobediência à RTG, sem a aprovação de reformas constitucionais que reduzam os gastos como percentual do PIB ou sem o aumento da carga tributária, aumentaria certamente a percepção de uma dinâmica insustentável da dívida pública, o que tenderia a: contrair a atividade; depreciar a taxa de câmbio; ampliar a inflação; elevar a taxa de juros; e reduzir os preços dos ativos financeiros.

Uma das fragilidades da defesa enfática da RTG no próximo ano é de que os especialistas preveem a sua não observância em 2023 ou até mesmo em 2022. Mesmo os mais otimistas reconhecem que o cumprimento a partir de 2023 exigirá mudanças constitucionais expressivas. Assim, a reformulação da RTG é só uma questão de tempo. O Congresso redefiniria os termos desse debate caso já estivesse avançada a tramitação da Reforma Administrativa e de uma abrangente Reforma Tributária, com corte de renúncias tributárias.

Seria importante ter uma legislação para o funcionalismo público que autorizasse medidas para momentos de crise fiscal, tais como: diminuição dos salários para parte dos servidores, em contrapartida à redução da carga horária; a não concessão de reajuste dos salários; a suspensão da progressão de carreira; e a proibição de novas contratações, ressalvadas algumas exceções. No 1º semestre, o Congresso aprovou algumas dessas medidas, mas com vigência apenas para 2020 e 2021.

Para financiar o Renda Brasil e manter o cumprimento da RTG, o governo propõe a eliminação e remodelação de vários programas sociais. Apesar de entender a lógica dessa proposta, qualquer discussão sobre o corte de programas que atendam majoritariamente a população mais carente só seria justa após ser precedida por uma redução de privilégios de grupos de interesse. Não cabe eliminar programas sociais enquanto persistir, por exemplo, a paridade dos rendimentos dos aposentados do setor público aos salários dos servidores na ativa, que têm crescido inclusive devido aos ganhos de produtividade.

Sem reformas que reduzam o crescimento das despesas obrigatórias e contribuam para a alta do crescimento potencial, será impossível cumprir a RTG nos próximos anos independentemente da ampliação ou não dos programas sociais. Dadas as dificuldades e apesar da rejeição da sociedade, é possível que o país tenha de voltar à prática de elevar a carga tributária para ampliar o resultado primário e para permitir o aumento dos gastos públicos.

**Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, é Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia e escreve quinzenalmente neste espaço.**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.  
SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.  
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado  
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

# Efeito econômico da pandemia encolhe déficit em conta corrente

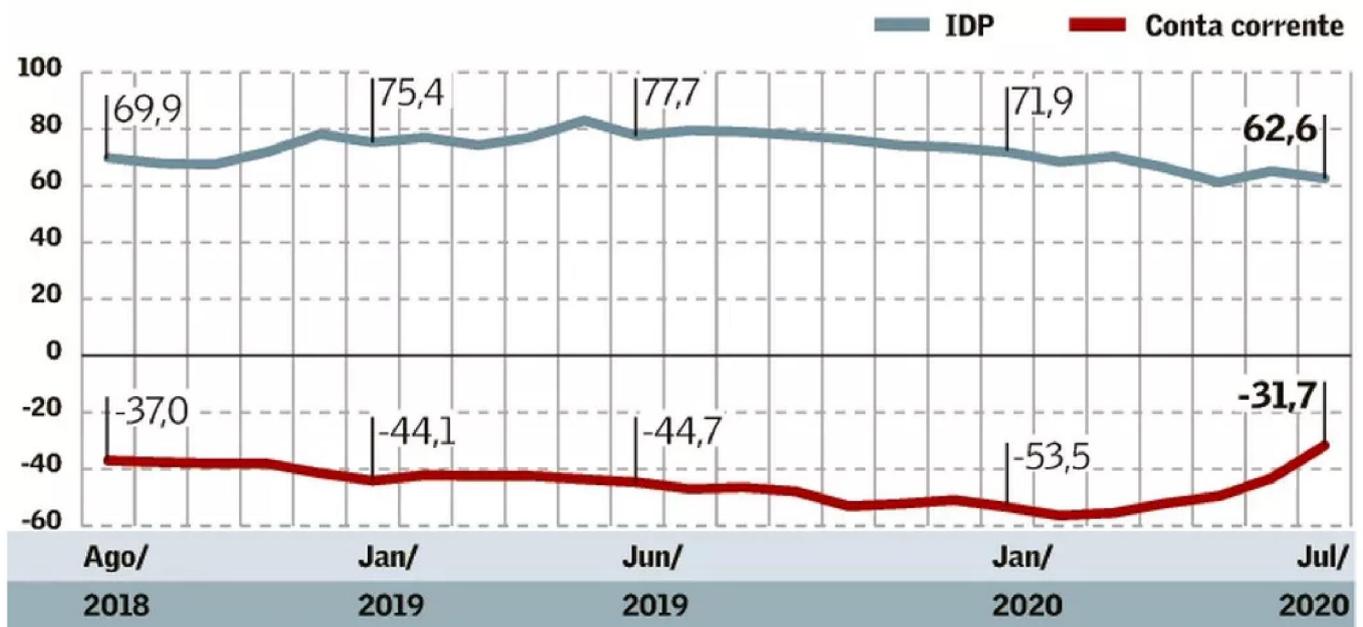
Rombo acumulado em 12 meses até julho cai para 2% do PIB

Por **Estevão Taiar e Alex Ribeiro** — De São Paulo

26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Contas externas

IDP e transações em conta corrente - em US\$ bilhões\*



Fonte: Banco Central \*Acumulado em 12 meses.

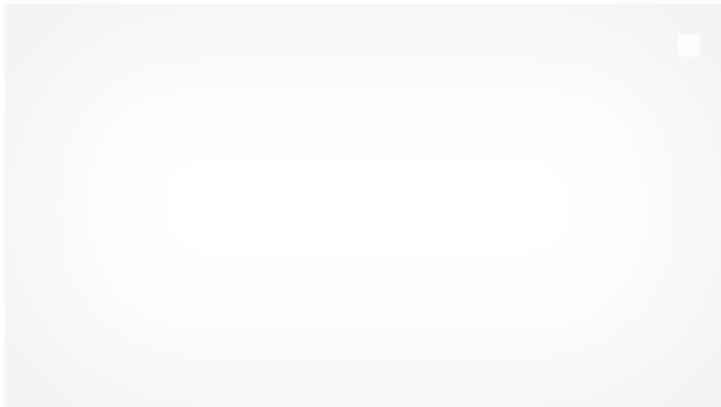
Os efeitos econômicos da pandemia fizeram o déficit em conta corrente acumulado em 12 meses recuar quase um ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) em apenas dois meses. Dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) mostram que o saldo negativo desse tipo de transação caiu de 2,97% do PIB em maio (US\$ 49,5

bilhões) para 2% do PIB em julho (US\$ 31,7 bilhões). A tendência até o fim do ano é que o déficit continue em queda, segundo economistas.

Principal fonte de financiamento do déficit em transações correntes, o investimento direto no país (IDP) também vem recuando, embora esse movimento não represente um risco para as contas externas. No acumulado de 12 meses, o IDP passou de 4,01% do PIB (US\$ 65,2 bilhões) em junho para 3,94% em julho (US\$ 62,6 bilhões), segundo informações da autoridade monetária. Apesar da queda, a quantia é mais do que suficiente para cobrir o rombo do déficit em conta corrente.

Em entrevista coletiva, o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, destacou que, entre maio e julho, as importações acumuladas em 12 meses recuaram US\$ 8,9 bilhões. Esse movimento, de acordo com ele, foi responsável por metade da queda do déficit em conta corrente no período.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O saldo em conta corrente mede a diferença entre o que o país gasta e o que recebe nas transações internacionais relacionadas a comércio, rendas e transferências unilaterais. Um déficit menor ou um superávit nessas transações não são necessariamente, entretanto, notícias positivas, já que podem estar ligados a um desempenho mais fraco da economia, por exemplo.

Segundo Rocha, é difícil neste momento separar quanto do recuo das importações foi consequência da contração da atividade econômica no país e quanto foi consequência da desvalorização cambial.

A equipe econômica do Itaú Unibanco apresentou análise semelhante em relatório divulgado ontem. “A atividade econômica mais fraca e o câmbio mais depreciado, bem como o isolamento social, têm impactado as transações correntes”, afirmou o banco, destacando também a importância do “recuo expressivo nos déficits de viagens internacionais e de lucros e dividendos”. Nos cálculos da instituição, a média móvel trimestral dessazonalizada e anualizada do saldo em conta corrente já entrou inclusive em terreno positivo. A medida passou “de perto de zero” em junho para um superávit de US\$ 19 bilhões no mês passado.

Para agosto, o BC calcula superávit em conta corrente de US\$ 2,2 bilhões. Caso o número se confirme, será o quinto mês consecutivo de resultado positivo em conta corrente, uma sequência que não acontece desde dezembro de 2006. Em julho, houve superávit de US\$ 1,6 bilhão. Para o ano de 2020 como um todo, a autoridade monetária projeta déficit de 1% do PIB (US\$ 13,9 bilhões).

A equipe do Itaú Unibanco também espera que o déficit continue em queda nos próximos meses. “Projetamos saldo em conta corrente perto de zero, ou até marginalmente positivo neste e nos próximos anos”, aponta a instituição.

Já o investimento direto no país mensal ficou em US\$ 2,7 bilhões em julho deste ano, uma queda de quase 50% em relação aos US\$ 5,3 bilhões do mesmo período de 2019. “Tal dinâmica já havia sido observada em divulgações anteriores, considerando que o contexto da crise global e do forte aumento de aversão a risco trazidos pela pandemia fizeram com que o IDP perdesse força”, diz a 4E Consultoria em relatório.

Para agosto, o BC calcula que o IDP ficará em US\$ 1 bilhão. Caso o número se confirme, o indicador acumulado em 12 meses voltará a um patamar inferior a US\$ 60 bilhões, de acordo com Rocha. A estimativa da autoridade monetária é que o investimento direto no país termine 2020 em 4% do PIB (US\$ 55 bilhões). Por ser menos suscetível a fuga de capitais, esse tipo de investimento é considerado uma fonte de financiamento mais estável para as transações em conta corrente.

Por sua vez, os investimentos em carteira, apesar de terem completado dois meses seguidos de entrada líquida, seguem amplamente no vermelho no acumulado de 12 meses.

Em julho, as saídas somaram US\$ 46,5 bilhões nessa base de comparação, contra US\$ 11,1 bilhões no ano de 2019. Em agosto, até o dia 20, o saldo parcial do BC mostrava ingresso de US\$ 1,457 bilhão, sendo US\$ 1,344 bilhão em renda fixa e US\$ 113 milhões em renda variável.

O BC realizou a revisão das estatísticas do balanço de pagamentos de 2019 e 2020, como costuma fazer em julho e novembro. O déficit em transações correntes do primeiro semestre foi revisado de US\$ 9,7 bilhões para US\$ 13,4 bilhões. Já o rombo de 2019 se elevou em US\$ 1,5 bilhão, de US\$ 49,5 bilhões (2,7% do PIB) para US\$ 50,9 bilhões (2,8% do PIB).

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

por taboola

## Leia em Valor Investe

---

VALOR INVESTE

# Guedes se reúne com secretários da Fazenda

Objetivo é tentar romper o impasse em torno da reforma tributária

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Uma reunião entre o ministro Paulo Guedes (Economia) e os secretários de Fazenda dos Estados, marcada para hoje, tentará romper o impasse em torno da reforma tributária. As discussões na direção de acoplar a proposta de criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), elaborada pelo governo federal, ao conjunto em discussão no Congresso não avançam há pelo menos três semanas.

Os secretários querem a criação de dois fundos, um de desenvolvimento regional e outro de estímulo às exportações, alimentados com recursos tributários federais. Seriam R\$ 485 bilhões em dez anos, em aportes que começariam em R\$ 10,78 bilhões em 2024 e iriam crescendo até chegar a R\$ 97 bilhões em 2032. O ministério resiste. Admite que podem haver fundos, mas quer discutir os valores e a fonte de recursos. A proposta inicial era utilizar royalties de petróleo, que no fim do ano passado estavam estimados em R\$ 400 bilhões no prazo de 15 anos. Não agradou, pois os Estados consideram uma fonte instável.

A proposta mais recente do Ministério da Economia é usar recursos de três fundos constitucionais, do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), mais três fundos de desenvolvimento, o da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO). Esses fundos financiam empreendimentos nas regiões beneficiadas.

Mas esses são recursos que, ao menos em tese, já estão destinados para o desenvolvimento dos Estados. Por isso, os secretários resistem à ideia. A União

entende que há espaço para tornar esses fundos mais efetivos. Um boletim do ministério de janeiro de 2019 aponta alguns problema. Por exemplo: as regras de governança são as mesmas de quando a União arcava com todo o risco das operações de crédito, embora esse tenha sido transferido aos agentes financeiros. Outro problema é a concentração de recursos em certos setores, como automobilístico e ferroviário, sem parâmetros de governança “que permitissem o devido controle social na aplicação desses recursos”.

A formação dos fundos é o ponto mais difícil do diálogo que o governo federal tem travado com os Estados em torno da reforma tributária, segundo avaliou ao **Valor** o secretário especial de Receita, José Barroso Tostes Neto, no sábado.

O objetivo da reunião dos secretários com Guedes, disse Tostes, é avaliar o andamento dos quatro grupos de trabalho com representantes da União e dos Estados formados para discutir a reforma tributária. Um grupo trata apenas da questão dos fundos. Outro discute a alíquota do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), resultado da fusão da CBS com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS). Há ainda um grupo que avalia como serão conduzidos os contenciosos administrativos envolvendo o IBS, pois ele reuniria tributos das três esferas de governo. Outro avalia a tramitação dos contenciosos judiciais.

Os Estados querem a formação desses fundos para fazer a transição das economias das unidades mais afetadas pela reforma. O de desenvolvimento regional servirá para atender aos Estados que, ao longo dos anos, deram descontos de ICMS para atrair empresas, numa prática que ficou conhecida como “guerra fiscal”. O de exportação é para aqueles que exportam produtos básicos e semielaborados e, por não tributar essas operações, recebem um ressarcimento criado pela Lei Kandir.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado  
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

# Juro menor dará impulso às vendas, avalia o setor

Empresas e entidades da área de construção e incorporação aprovam novo programa

Por Chiara Quintão — De São Paulo

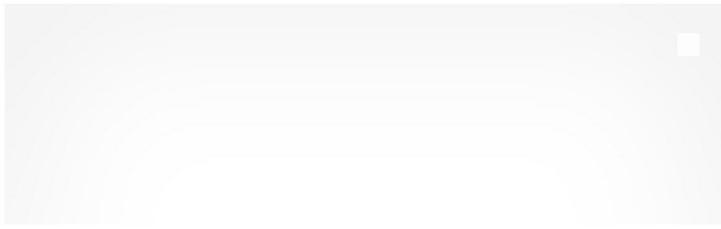
26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

As medidas do programa habitacional Casa Verde Amarela foram bem recebidas por incorporadoras com atuação na baixa renda e por entidades do setor. Há expectativa de que a redução da taxa de juros contribua para reforçar o bom momento vivido pelas empresas que desenvolvem projetos para a baixa renda, segmento menos afetado pela pandemia.

No Norte e no Nordeste, haverá cortes mais acentuados das taxas de juros, o que estimula a produção nessas regiões. “O Brasil é muito diverso”, disse Rafael Menin, copresidente da MRV.

A MRV está presente em todas as capitais do Nordeste e em algumas cidades do interior da região. “Fazemos mil vendas por mês no Nordeste. O programa é mais um vento de cauda neste momento de boa comercialização do mercado”, disse Menin. Segundo ele, a MRV é a empresa que “vai surfar melhor no novo ciclo do Nordeste”. No Norte, a incorporadora atua em Manaus e Palmas.



Segundo Menin, a MRV “vê com bons olhos” as medidas do programa, que atende às expectativas do setor. “Nossa leitura é positiva. O governo está muito sensível ao setor.”

Alexandre Nigri, presidente da MCP Realty, incorporadora do grupo Maxinvest com foco no programa habitacional, destaca que a diminuição dos juros, principalmente para Norte e Nordeste, possibilita “a inclusão de classes sociais que precisam de financiamento”.

A RNI Negócios Imobiliários avalia que o novo programa estimula o lançamento de novas fases nos dois empreendimentos que possui no Nordeste - no Ceará e na Bahia. “Vínhamos sofrendo muito com o desenquadramento [da renda] dos clientes, principalmente no Nordeste”, disse o presidente da RNI, Carlos Bianconi. Para ele, o programa oferece “oportunidade de turbinar o setor pela redução das taxas de juros”.

A RNI também desenvolve projetos no Sudeste e Centro-Oeste. “A Casa Verde Amarela traz a oportunidade de melhorarmos a velocidade de vendas. Estamos muito otimistas.”

Dante Seferian, presidente da Danpris, conta que espera impacto positivo da redução de juros já no lançamento de seu próximo projeto, em Itu (SP). Ele acrescenta que o aumento do valor financiado, possibilitado por juros menores, resulta na necessidade de menos subsídios, o que demanda volume menor de recursos do FGTS.

O presidente da Direcional Engenharia, Ricardo Ribeiro, afirmou que gradualmente o financiamento à faixa 3 do programa tem sido absorvido pelo mercado, em decorrência da “queda estrutural dos juros”. Com isso, os recursos do FGTS passam a ser mais direcionados a famílias de menor renda.

O apoio do governo ao programa dá segurança e visibilidade para que empresas façam investimentos, com a confiança de continuidade do ciclo, avaliou ele. “O anúncio reforça a importância de se ter um programa habitacional no país, do ponto de vista social, mas que gera empregos.”

Na avaliação de Rubens Menin, presidente do conselho da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), com o Casa Verde Amarela, haverá mais espaço para atuação de pequenas, médias e grandes empresas. “Vinhando sendo produzidas 300 e poucas mil unidades por ano. O novo formato vai possibilitar 500 mil unidades por ano.”

Luiz Antonio França, presidente da Abrainc, ressaltou que 80% do déficit habitacional brasileiro se concentra no segmento de baixa renda. “O anúncio foi super positivo e aponta a importância que o governo está dando à habitação”, afirmou.

O presidente do Secovi-SP, Basílio Jafet, avalia que o novo programa traz aperfeiçoamentos em relação ao Minha Casa, Minha Vida, que são “muito bem-vindos”. “Com a possibilidade de redução dos juros, aumenta muito o universo de pessoas assistidas pelo programa.”

Ele ressaltou também as medidas relacionadas à regularização fundiária. “Isso proporciona cidadania e dignidade às famílias.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais

HONDA

### LINK PATROCINADO

## Mercado já admite flexibilização do teto

Para analistas, ativos não sofreriam tanto em caso de progresso nas reformas

Por **Victor Rezende e Marcelo Osakabe** — De São Paulo

26/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

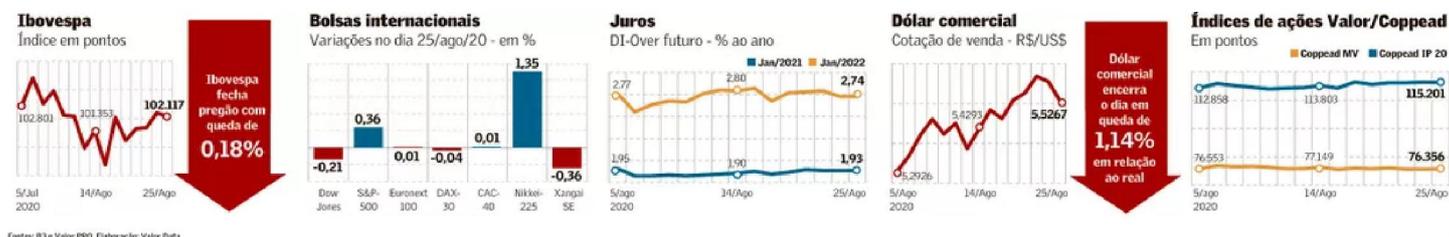
---



Clini, da Western: chance de quebra do teto é razoável, mas não é nosso cenário base — Foto: Silvia Costanti/Valor

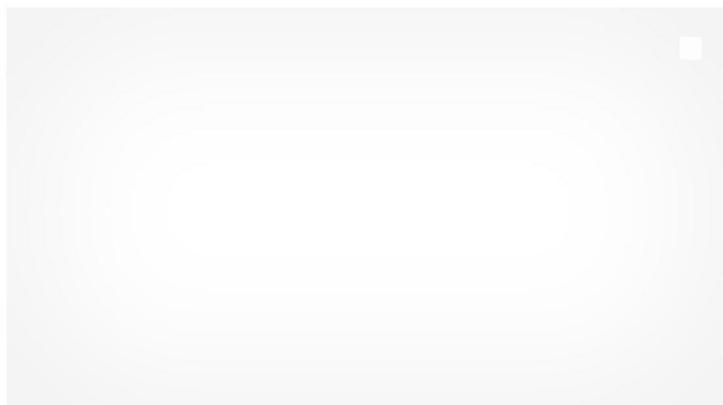
Falar sobre uma possível flexibilização do teto de gastos entre os agentes do mercado começa a deixar de ser um tabu. Para alguns participantes do mercado, se a violação ao limite dos gastos públicos em 2021 vier acompanhada de reformas estruturais, os ativos locais não sofreriam adicionalmente. Há, contudo, quem alerte que a questão não é trivial e que, portanto, precisaria ser guiada por uma mensagem que tenha bastante credibilidade com os investidores, o que se mostra complicado em um ambiente fiscal bastante frágil.

O cenário básico do Morgan Stanley já contempla alguma flexibilização no teto de gastos em 2021. Em relatório a clientes, os economistas Fernando Sedano e Thiago Machado dizem não saber como o teto seria alterado, mas apontam para algumas possibilidades, como a aplicação de gatilhos da regra do teto ou a retirada do Renda Brasil total ou parcialmente do limite de gastos.



“Nenhuma das opções é uma boa notícia para os mercados, portanto serão necessárias várias iniciativas de compensação para limitar os custos do deslize fiscal temporário”, afirmam. Para eles, os mercados podem digerir parcialmente uma flexibilização temporária e limitada caso haja progresso significativo nas reformas. “Suspeitamos que a Câmara dos Deputados pode aprovar parte da reforma tributária, especialmente a simplificação do sistema tributário até o fim do ano.”

PUBLICIDADE



Apesar disso, a equipe de estratégia do Morgan Stanley acredita que a diferença entre os juros longos e as taxas de curto prazo permanecerá bastante elevada por um período prolongado. Os estrategistas veem pouco espaço para posições aplicadas (apostando na queda) em juros de longo prazo, “uma vez que os prêmios de risco parecem mais do que justificados pela recente deterioração das perspectivas fiscais”.

Também os economistas Leonardo Fonseca e Lucas Vilela, do Credit Suisse, acreditam que os ativos brasileiros, cujo desempenho tem ficado aquém do visto em outros mercados emergentes, dependem da peça orçamentária para 2021 para ter seus rumos definidos no curto prazo.

“Se a regra do teto de gastos for suspensa ou temporariamente relaxada, mas não contrabalançada por uma redução significativa nas despesas obrigatórias, o prêmio de risco dos ativos provavelmente aumentaria ainda mais, o que colocaria em risco a continuidade de um cenário macroeconômico de inflação e juros baixos por um período mais prolongado”, dizem Fonseca e Vilela.

Por outro lado, uma melhora dos ativos locais poderia ocorrer se houver uma sinalização forte do Congresso e do governo quanto à sustentabilidade das contas públicas, acreditam os economistas. Eles notam que a precificação dos ativos locais “parece representar um prêmio adicional para a economia brasileira em relação às demais, devido ao aumento da incerteza política e da trajetória fiscal do país”.

Admitir a possibilidade de uma flexibilização apenas pontual e temporária do mecanismo, inclusive, melhora as chances de o governo aprovar, no Congresso, medidas para reforçar o arcabouço fiscal brasileiro nos anos seguintes, avalia a Eurasia. Com base no cenário de que o teto “verga, mas não quebra”, a consultoria inclusive alterou recentemente a perspectiva para a trajetória política do país no curto prazo de negativa para neutra.

Para a Eurasia, a pressão vinda de diversos setores torna difícil o respeito ao teto em 2021. Por outro lado, assim como ocorreu em 2016 - quando o então governo do presidente Michel Temer elevou os gastos e, com isso, ajudou a aprovar a regra, um “grande acordo” seria mais palatável para congressistas.

“Isso também ocorreu, por exemplo, na negociação do pacote de ajuda para Estados e municípios. A princípio, a contrapartida era nenhuma. Depois, decidiu-se pedir em troca o congelamento dos reajustes dos servidores”, nota o diretor da Eurasia no Brasil, Silvio Cascione.

Ao contrário da Eurasia, o diretor de investimentos da Western Asset no Brasil, Paulo Clini, diz achar “complicada” uma flexibilização do teto de gastos. “Passar uma mensagem como essa ao mercado não é algo trivial e dependeria muito do que o governo daria em troca”, diz o profissional. Para ele, o andamento da reforma tributária, por exemplo, não impediria uma deterioração adicional dos ativos brasileiros, já que a questão das despesas ainda estaria aberta. “É como se nada tivesse sido oferecido em troca no lugar do teto. No curto prazo, a incerteza fiscal permanece”, avalia.

O cenário básico da Western, assim, contempla a manutenção da disciplina fiscal em 2021 por meio da continuidade do teto de gastos. “Como seria muito custosa a mensagem de que o limite seria quebrado novamente no próximo ano, acreditamos que o plano do governo é seguir na linha da responsabilidade com as contas públicas. A probabilidade de quebra do teto é razoável, mas não faz parte do nosso cenário base.”

A possibilidade de uma flexibilização apenas temporária, no entanto, é rejeitada por alguns observadores. Para o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, o momento é propício a uma revisão mais ampla do mecanismo. Sem isso, o país fica condenado a voltar ao tema de tempos em tempos, trazendo sempre o risco de que algo pior venha a tomar seu lugar.

“Desde 2016 já se previa que, por causa do crescimento vegetativo dos gastos, ele seria muito difícil de ser cumprido a partir de 2019. Isso só não ocorreu ano passado porque em 2018 houve a greve dos caminhoneiros e a inflação acabou muito acima do esperado, o que abriu alguma folga para o ano seguinte”, diz o professor da EESP-FGV. “Já neste ano, esperávamos que ia dar algum problema mas eis que veio o meteoro. De qualquer forma, é visível que é impossível praticar o gasto de 2016 [acrescido da inflação] em 2021.”

O economista defende que esse debate seja desinterditado e feito de forma mais racional e aberta ao invés de se pensar apenas em medidas pontuais e temporárias. “Vamos aprovar corte temporário de 25% dos servidores, mas os gastos vão continuar crescendo. Depois vamos fazer o quê? Cortar mais 50%? É melhor que esse debate seja aberto para que não ocorra uma saída descontrolada. Do jeito que está sendo feito, pode acontecer aquilo que sempre vivemos: uma votação ocorrida no meio da madrugada aprovando algum gasto condenável.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.  
SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.  
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado  
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

### LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!  
MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.  
MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

por **taboola**

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Estudioso de Stanford aponta semelhanças entre Trump e Bolsonaro

# Políticas públicas, crédito e a crise da covid-19

O Estado precisa assumir parte considerável do risco (quando não 100%) para destravar os recursos

Por Vitor Dias e Pedro de Paiva

26/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



A crise atual tem gerado um debate intenso sobre o papel das políticas públicas voltadas para o aumento do crédito na economia. Nosso propósito neste artigo é discutir especificamente como o apoio às empresas brasileiras pode ser otimizado nesse momento.

Devemos considerar o aspecto peculiar dessa crise: não se trata de uma redução tradicional de liquidez, é primeiramente uma crise sanitária que ameaça vidas e, conseqüentemente, traz impactos sobre a solvência de empresas e setores. Dessa forma a incerteza sobre a formulação de políticas públicas está em patamar muito mais elevado do que o tradicional. Propomos aqui cinco pilares para lidar com o binômio impacto elevado e incerteza sobre a sua magnitude: aprendizado e reformulação; simplicidade; controle e segurança jurídica; maior assunção de riscos; e transparência.

## O Estado precisa assumir parte considerável do risco (quando não 100%) para destravar os recursos

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O primeiro pilar é marcado pelo aprendizado e reformulação de iniciativas já em andamento, no Brasil e no mundo. Ele deve servir para correção de rumos mais rápida e redesenho das políticas. As regras não devem ser rígidas demais e, preferencialmente, podem ser delegadas para instâncias com capacidade de resposta mais ágil. O PESE (Programa Emergencial de Suporte a Empregos) já foi redesenhado. Nos EUA, o Fed já alterou linhas, reduzindo o tamanho mínimo dos empréstimos e estendendo prazos. Se antes as políticas públicas eram avaliadas

após meses ou anos de observação, agora o seu monitoramento precisa ter o ciclo encurtado para semanas ou poucos meses.

Para tanto, esse processo precisa ser calcado em indicadores de rápida e fácil obtenção. Basicamente, nesse momento, o monitoramento deveria focar no desempenho operacional dos programas, pois os dados são gerados pelas próprias instituições, e em variáveis já disponíveis em bases públicas. Não há tempo nem disponibilidade de dados para se exigir efeitos e indicadores mais complexos mesmo que de interesse relevante. Em tempos de elevada complexidade e incerteza, o monitoramento e o ajuste de estratégias de atuação precisam ser ágeis.

Uma lição a ser retirada é que, diante do aumento substancial da incerteza, a exigência de condicionalidades que antes poderiam ser parte do consenso público, não o é mais. Por isso, defendemos um segundo pilar calcado na simplicidade das exigências como norte da formulação das políticas de crédito.

As medidas de suspensão de pagamentos de prestações do BNDES foram nessa direção, permitindo um alívio de caixa para as empresas brasileiras. Isso envolve um entendimento com órgãos de controle, legisladores e demais interessados. Não é um debate público fácil de ser travado, mas é crucial para a eficácia dos programas. Exigir demais para tentar salvar todas as empresas ou empregos pode, ao final da pandemia, custar a sobrevivência do que se desejava salvar.

Se as políticas públicas de crédito precisam ser mais ágeis, é quase obrigatória a simplificação (e digitalização) dos processos. Importante aproveitar esse momento para estabelecer processos e culturas de agilidade e eficiência que durem para além da crise. Nessa linha, a dispensa de certidões foi determinante para a facilitação de acesso ao crédito. Uma medida emergencial, por definição, deve flexibilizar as exigências feitas em tempos de normalidade.

Aqui pesamos dois possíveis erros dessa aplicação: 1- não atender aqueles que necessitam dos recursos; 2- atender aqueles que não necessitam de recursos. Julgamos que no contexto da pandemia, o erro é extremamente mais grave, porque dele decorre a extinção de empregos e empresas que, potencialmente, não serão restabelecidos após a pandemia, gerando perdas permanentes para a sociedade.

Além disso, com a taxa de juros básica no menor patamar da história, qualquer custo fiscal decorrente dos programas é muito menor do que em períodos anteriores.

Entretanto, sendo nosso julgamento certo, aumenta a possibilidade de não focalização total dos programas. Obviamente, isso implica que os agentes públicos assumam riscos maiores do que os usuais, algo que precisa estar claramente combinado e estabelecido. Aqui, acreditamos que o “combinado não sai caro”. Esse é exatamente o resumo do terceiro pilar proposto: controle e segurança jurídica.

Os órgãos de controle devem (e já estão) participando do início da formulação dos programas de crédito do governo federal. A motivação dos agentes públicos pode ser previamente comunicada e discutida entre as partes. Da mesma forma, eventuais prejuízos ou mesmo fracasso dos programas não podem ser imputados ao agente público que os formulou, mas devem ser parte do ciclo regular de avaliação de política pública.

Os primeiros resultados colhidos combinados com a proposta do parágrafo anterior nos permitem propor um quarto pilar: maior assunção de risco por parte do Estado. A simples disponibilidade do crédito por bancos públicos ou privados, mesmo que em condições vantajosas, não tem surtido o efeito esperado. O Estado precisa assumir parte considerável do risco (quando não 100%) para destravar os recursos. É nessa linha que foi instituído o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e autoriza a União a aumentar em até R\$ 20 bilhões sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo BNDES.

Como propomos uma série de flexibilizações, a melhor forma da própria sociedade julgar as medidas adotadas e os seus custos é por meio de uma transparência radical. Como já feito pelo BNDES nos demais contratos, os dados que não sofrem sigilo bancário devem ser amplamente disponibilizados. Isso inclui identificar o beneficiário dos recursos, valor contratado e o programa acessado. Com toda a informação disponível, pesquisadores independentes poderão se debruçar sobre avaliações futuras, os legisladores poderão discutir com maior precisão a alocação de recursos públicos e a sociedade brasileira poderá contar com políticas públicas mais efetivas.

Diante da magnitude da crise atual, combinada com a incerteza e heterogeneidade dos seus efeitos, concluímos que as políticas públicas de crédito precisam de pressupostos mais flexíveis do que os já estabelecidos. O chamado por maior agilidade deve ser combinado com maior tolerância diante da ausência de sucesso ou mesmo de não focalização. O medo de errar precisa ser afastado e a cobrança por resultados deve vir pela transparência das ações dos agentes públicos e desempenho dos programas. Temos uma longa jornada pela frente. Implementar medidas simples, ágeis, que possam ser mensuradas com transparência e corrigidas quando necessário são condições para uma boa travessia.

**Victor Pina Dias é chefe do departamento de Efetividade e Pesquisa Econômica do BNDES.**

**Pedro Moes Iooty de Paiva é engenheiro do BNDES.**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais

HONDA

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

## Projeto de nação sem Estado para executá-lo

Constituição de 1988 lançou um projeto de nação

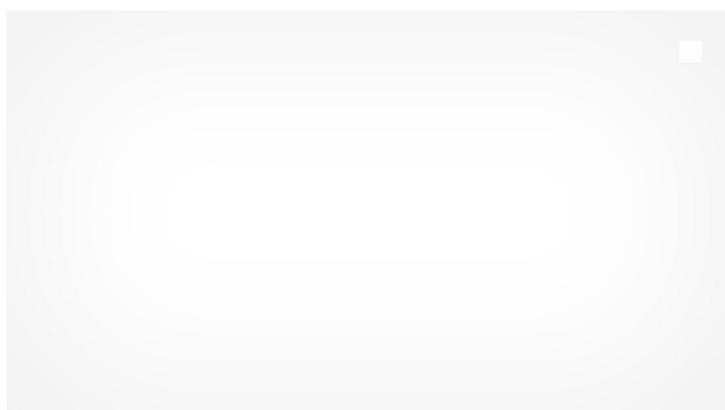
26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A sociedade brasileira deu um passo enorme em seu processo civilizador ao incluir em sua Constituição direitos e garantias fundamentais que, até então, eram relevadas pelo Estado brasileiro.

Direitos e garantias fundamentais têm como objetivo proteger o cidadão da ação do Estado, além de assegurar o mínimo para que todas as pessoas que vivem neste imenso território, brasileiras e estrangeiras, tenham uma vida digna.

### Constituição de 1988 lançou um projeto de nação

PUBLICIDADE



A Constituição de 1988 se inspirou claramente na Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), anunciada em 1948, fruto do trauma provocado pela Segunda Guerra Mundial. Aquele conflito decorreu da ascensão de movimentos e grupos políticos extremistas de direita, cujo ideário rejeitava os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, escrita durante a Revolução Francesa de 1789, a primeira tentativa de universalização dos direitos humanos.

O objetivo da Carta Magna brasileira foi conferir dignidade à vida humana e proteção dos indivíduos frente à atuação do Estado, que é obrigado a garantir e prezar por tais direitos e garantias.

Não é fácil a luta das sociedades contra o absolutismo de grupos políticos absolutistas e de Estados fundados em princípios autoritários.

O documento da ONU, do qual o Brasil é signatário, baseou-se no da Revolução Francesa. Somente 199 anos depois, a Ilha de Vera Cruz consolidou um marco legal - a Constituição de 1988 - para universalizar direitos e proteger o cidadão da sanha autoritária de grupos que, mesmo minoritários, decidem a seu bel prazer os destinos do país.

A Carta Magna, entre outras inovações, universalizou o acesso gratuito da população à saúde e à educação. Dois outros exemplos precisam ser mencionados, entre tantos outros: a instituição da aposentadoria rural e a criação de um benefício social - o BPC - que, recentemente, tem sido objeto de acalorado debate.

No primeiro caso, trataram os constituintes de 1988 de entender que o Brasil não poderia ignorar o fato de que, até a década de 1960, a maioria da população vivia no campo. Tendo sido a economia que cresceu de maneira mais rápida na história da humanidade entre as décadas de 1950 e 1970, o processo de urbanização se deu forma acelerada, gerando enorme desigualdade, entre outros problemas sociais de difícil solução. A aposentadoria rural, sem a exigência de contribuição dos beneficiários, foi o reconhecimento de que milhões de brasileiros que trabalhavam no campo não poderiam ser deixados ao relento.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi adotado para atender basicamente a dois públicos: as pessoas que, por deficiência física ou mental, não conseguem trabalhar, e aqueles que, aos 65 anos, vagam pelas cidades, principalmente, as capitais, sem emprego, sem vínculo familiar, sem registro de identidade, muitos, sem memória... A Civilização diz que esses cidadãos têm direito a receber um salário mínimo por mês.

O Brasil escolheu a democracia como regime político e a economia de mercado como regime econômico. Os dois sistemas de convivência humana, organização social, são imperfeitos por definição.

Em ambos, a mercadoria mais valiosa é a informação (usada aqui no seu conceito mais amplo, isto é, sem estar restrito a notícias jornalísticas).

Quem detém mais informação, mais formação, tende a ter vantagens tanto no regime democrático quanto na prosperidade econômico. A democracia e a economia de mercado são uma espécie de corrida - em tese, cabe ao Estado atuar para que todos os "corredores" partam da mesma posição.

À medida que alguns avancem a ponto de ficarem muito distantes dos "retardatários", cabe ao Estado atuar para diminuir essa distância, em prol do "contrato social" que assegure a sobrevivência da democracia.

Nos regimes democráticos, quem tem poder econômico possui também mais poder políticos sobre os demais cidadãos. É por essa razão que democracia avançadas não permitem, por exemplo, a existência de oligopólios no setor produtivo e financeiro. Porque têm um poder desmedido que torna qualquer democracia num simulacro do que deveria ser.

As alternativas ao binômio democracia-economia de mercado são muito piores. Basicamente, porque negam a característica inerente a todo ser humano, que é o direito à liberdade.

O que tudo disso tem a ver com a previdência rural e o BPC? Ora, nos dois casos, trata-se do reconhecimento de que há falhas nas democracias e em suas respectivas

economias de mercado com as quais precisamos lidar. Não é possível que alguém ainda veja mendigos nas ruas e pensem: “São vagabundos que não querem trabalhar”. Nota do redator: a maioria trabalhava em empresas que sucumbiram à sucessão de malfadados planos econômicos; ademais, se esses brasileiros ao menos soubessem da existência do BPC...

Aprendemos, no Brasil, a conviver com a desigualdade e achar que está tudo certo, afinal, o livre arbítrio deve prevalecer sobre todas as coisas. A Constituição diz que não deveríamos pensar assim. Gente de bem neste país, a maioria, se questiona: por que nossas escolas não ensinam às crianças, desde a tenra idade, os princípios civilizadores consagrados por nossa Carta Magna?

A Constituição de 1988 encerra um belo projeto de nação, da nação que não somos. Mas, essa ambição só terá a chance de se materializar quando dotarmos o Estado brasileiro de características que, hoje, ele não tem (este tema será tratado aqui de forma exaustiva daqui em diante). O Estado que temos, concentrador de renda e absolutamente desprovido de instrumentos para exercer seu papel, precisa ser reformulado imediatamente.

**Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras**

**E-mail: [cristiano.romero@valor.com.br](mailto:cristiano.romero@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito  
SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado  
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.  
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

# Senado aprova Fundeb permanente

Texto será promulgado hoje pelo Congresso

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O Senado aprovou ontem, em dois turnos e por unanimidade, proposta de emenda à Constituição que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O texto será promulgado pelo Congresso Nacional hoje às 11h e aumenta progressivamente o percentual de participação da União nos recursos do fundo, de 10% para 23%, até 2026.

Apesar de o governo ter tentado, durante a votação na Câmara dos Deputados, há um mês, desidratar a proposta, adiando sua vigência para 2022, a base governista agora procurou saudar a medida como sendo uma vitória do presidente Jair Bolsonaro. “Trata-se de uma verdadeira revolução que encontra no governo do presidente, no Ministério da Educação, nas estruturas de governo, o amparo para a ampliação objetiva dos recursos”, disse o líder no Congresso Nacional, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

O líder no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), garantiu que haverá empenho em regulamentar a proposta rapidamente. “Com a participação do governo e do Congresso, vamos agilizar a regulamentação para que no próximo ano, com os novos prefeitos, inauguremos um novo tempo na educação”.

O Fundeb é uma das principais fontes de financiamento da educação no país. É destinado às redes estaduais e municipais de educação, conforme o número de alunos matriculados na educação básica em cada uma delas e representa 63% do investimento público em educação básica. De acordo com o senador Flávio Arns

(Rede-PR), relator da PEC, se o fundo não existisse, os valores mínimos de aplicação em educação girariam em torno de R\$ 500 por aluno/ano nos municípios mais pobres do Brasil. Com o Fundeb atual, esse investimento é em torno de R\$ 3,6 mil. Com a PEC, esse valor deve aumentar cerca de 50% até 2026, podendo alcançar o valor de R\$ 5,5 mil.

O novo modelo do fundo busca resolver a grande disparidade no financiamento educacional do país. O Brasil investe por aluno menos da metade do investimento per capita feito pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No ensino fundamental, o Brasil paga em média US\$ 3,8 mil por aluno ao ano, ao passo que os países da OCDE investem anualmente US\$ 8,6 mil. No ensino médio, o gasto nacional é de US\$ 4,1 mil, enquanto nos países da organização chega a US\$ 10 mil.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cuja receita é distribuída aos municípios e ajuda a compor o fundo, também será modificado com base nos indicadores locais de aprendizagem, de modo que 65%, no mínimo, sejam distribuídos conforme arrecadação, e até 35%, de acordo com o que dispuser lei estadual, a ser editada em dois anos. No mínimo, 10% terão de ser com base em indicadores nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ressaltado no relatório, somente 35,7% das crianças de 0 a 3 anos frequentam a creche, percentual que cai para 26% entre as crianças de famílias mais pobres. “Isso significa que precisaremos criar 1,5 milhão de vagas em creches para conseguirmos cumprir a meta do PNE que prevê o atendimento da metade da população nessa faixa etária até 2024”, apontou Arns. Na pré-escola, ainda falta incluir mais de 300 mil crianças para se atingir a universalização.

No mínimo, 70% dos recursos recebidos por meio do Fundeb deverão ser destinados à remuneração dos profissionais da educação na ativa.

# TCU acende alerta para gastos em Orçamento de Guerra

Órgão vê risco de manobra para despesa seguir em 2021

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

26/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Preocupado com possíveis manobras do governo para aumentar os gastos públicos, o Tribunal de Contas da União (TCU) vai delimitar a aplicação dos recursos do chamado Orçamento de Guerra - que facilita os gastos na atual crise. A discussão será levada hoje ao plenário do órgão, durante a análise de relatório sobre os efeitos fiscais das medidas de combate à pandemia.

Segundo o **Valor** apurou, além de um alerta para a equipe econômica, o tribunal poderá instaurar um processo específico para abordar os limites do Orçamento de Guerra e dos créditos extraordinários abertos para justificar os gastos emergenciais.

“O TCU não faz leis, nosso papel é exigir a sua rigorosa observância e aplicar penas em caso de descumprimento”, afirmou o ministro Bruno Dantas, relator do caso. “Se as regras fiscais e financeiras circunstancialmente merecerem ajustes, esse debate deve ser feito com responsabilidade e transparência no ambiente adequado que é o Congresso, jamais com voluntarismo contábil.”

Com raras exceções, as despesas criadas com base no Orçamento de Guerra só podem ser executadas durante a vigência do estado de calamidade pública, sob o risco de descumprimento da Constituição e de processo no TCU. O alerta também vale para os Estados e os municípios que estão recebendo verba federal.

Até o dia 30 de julho, o governo já havia direcionado R\$ 510 bilhões para as medidas de enfrentamento à pandemia. Desse montante, R\$ 262 bilhões foram aplicados no “auxílio aos mais vulneráveis”, R\$ 126 bilhões seguiram para o programa de manutenção de empregos, R\$ 79 bilhões viraram ajuda aos entes federados e R\$ 43 bilhões foram para Saúde e demais ministérios.

Um dos motivadores do alerta é uma investigação sobre um programa de bolsas lançado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para pesquisas relacionadas à covid-19. Criado com base no Orçamento de Guerra, o projeto tem custo estimado em R\$ 400 milhões e duração prevista de 36 meses, o que extrapolaria, e muito, o limite

temporal para o uso dos recursos. O estado de calamidade pública está vigente até 31 de dezembro deste ano.

O principal receio do TCU é de que, com a proximidade do fim do ano, os ministérios comecem a empurrar para o futuro os gastos emergenciais autorizados no Orçamento de Guerra, por meio de inscrição de restos a pagar, por exemplo. Isso só poderia acontecer em situações extraordinárias, como o pagamento de um medicamento ou vacina que só venha a ser entregue em 2021.

“A nossa busca é vedar que se crie um Orçamento paralelo de 2021”, afirmou uma fonte no tribunal. Além da questão temporal, o TCU vai alertar o Ministério da Economia de que o objeto dos gastos deve seguir estritamente a sua destinação original, ou seja, o combate aos efeitos da pandemia na saúde e na economia. “Não se pode construir praça com dinheiro do Orçamento de Guerra”, exemplificou a fonte.

Eventuais irregularidades no uso dos recursos destinados à pandemia poderão gerar punições aos servidores, como inabilitação para o exercício de cargos públicos e, no limite, afetar as contas do presidente Jair Bolsonaro referentes ao ano de 2020.

Dribles nas regras do Orçamento de Guerra também poderão ser barrados pelo Congresso. Parlamentares lembram que a própria emenda constitucional que criou o orçamento emergencial estabelece a competência do Congresso para sustar decisões irregulares do Poder Executivo.

O relatório aborda ainda o debate sobre o teto de gastos, que divide o governo federal. Para o TCU, o cenário de severa compressão das despesas discricionárias para 2021 coloca em risco o funcionamento da máquina pública. Ainda assim, o órgão ressalta a importância do teto.

“Impõe-se o necessário e irrestrito atendimento ao teto de gastos, o qual possibilitou o controle das despesas da União, alterando a trajetória da dívida pública, o que tem o condão de produzir efeitos positivos sobre toda a sociedade”, afirma o documento.

---

# União paga cupom de título de Minas e Maranhão

Estados não honraram compromisso com investidores

Por **Talita Moreira e Ana Paula Ragazzi** — De São Paulo

26/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

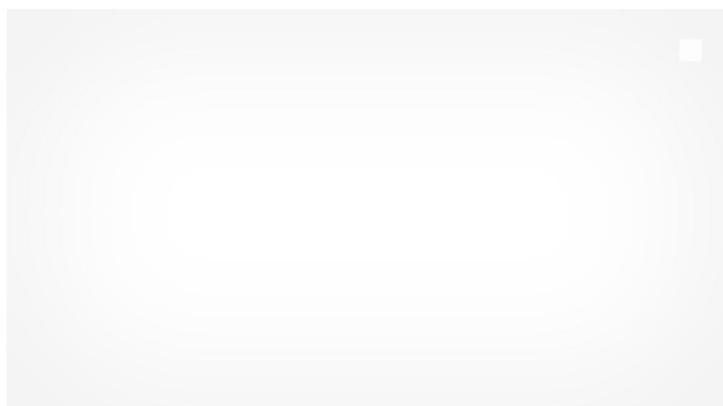
---

A União teve de arcar com o pagamento do cupom de bônus emitidos no mercado internacional por Minas Gerais e Maranhão, que não conseguiram honrar seus compromissos.

Com o caixa combalido pela crise, os dois Estados deixaram de pagar as operações, que contam com garantia da União. Por enquanto, não há previsão de quando o dinheiro será reembolsado ao Tesouro Nacional.

Minas Gerais deixou de pagar US\$ 26,974 milhões que venceram no dia 17. A União honrou o compromisso no dia 21, evitando que o Estado se tornasse inadimplente. Uma liminar obtida no Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, impede o governo federal de executar as contragarantias previstas na operação.

PUBLICIDADE



“O Estado de Minas Gerais pretende resolver a situação a partir de sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, cujo projeto já foi enviado para a Assembleia Legislativa”, afirmou o governo mineiro em nota ao **Valor**.

Os títulos mineiros têm vencimento em 2028 e pagam cupom de 5,333% ao ano, em parcelas semestrais. Do total de US\$ 1,27 bilhão emitido, há ainda US\$ 1,016 bilhão em circulação no mercado. A emissão foi feita em 2013 a partir do “reempacotamento” de um empréstimo concedido pelo Credit Suisse a um veículo de propósito específico criado pelo Estado de Minas. A esse crédito foi atrelada uma nota, que foi distribuída a investidores.

No caso do Maranhão, deixaram de ser pagos US\$ 49,914 milhões no dia 23 de julho, quantia também honrada pela União. O montante se refere a uma emissão feita em 2013, com prazo de dez anos. A exemplo da operação mineira, a emissão dos bônus estava ligada a um empréstimo bancário, mas desta vez do Bank of America Merrill Lynch.

“Ocorre que, após diversas tentativas de negociação da dívida diretamente com o credor, as quais restaram infrutíferas, o Estado do Maranhão se viu compelido a ajuizar demanda judicial, tendo obtido decisão liminar que proibiu o credor de declarar um evento de inadimplemento do contrato pelo prazo de 12 meses. Vale ressaltar que tais negociações são previstas em contrato”, afirmou o governo maranhense em nota ao **Valor**.

Essas operações foram realizadas no governo Dilma, num momento em que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não iam bem, e o Banco do Brasil forneceu alguns bilhões de empréstimos aos Estados. Até que se chegou a um momento em que o BB não tinha mais balanço para isso. Os Estados, então, passaram a buscar alternativas. Na época, havia muita liquidez no mercado internacional e apetite para Brasil.

O Credit Suisse inovou na operação com Minas Gerais, em 2013. O Estado mineiro tomou um empréstimo de US\$ 1,27 bilhão com o banco suíço e a União deu garantia para a operação. Na sequência, o CS securitizou esse empréstimo, por meio

de uma sociedade de propósito específico internacional, que emitiu o bônus no externo. Na sequência, o banco vendeu os papéis no mercado, com lucro.

Diante do sucesso dessa estratégia, outros Estados fizeram o mesmo, com estruturação do BofA, casos de Santa Catarina, Mato Grosso e Maranhão. No entanto, só os papéis do Maranhão e de Minas foram pulverizados no mercado, de acordo com fontes.

Os recursos captados pelos Estados foram usados para o pagamento de dívidas de curto prazo, inclusive com a própria União, e as novas operações tiveram prazos de dez anos ou mais. Havia uma pressão política dos governadores por esse alongamento. E a União estaria protegida em relação às garantias concedidas porque, se o Estado não fizesse o pagamento, ela poderia segurar os repasses - Minas, no entanto, conseguiu derrubar essa necessidade no STF agora.

As emissões de bônus deixaram de ser feitas, de acordo com fontes, porque a União decidiu parar de entrar como garantidora das operações. A versão oficial foi a de que havia identificado títulos de Estados pagando spreads acima dos seus e avaliou que isso poderia poluir a sua própria curva de crédito no mercado. As emissões saíam com um spread sobre o título do governo federal por ter menos liquidez e por causa do formato, mas, diante da liquidez externa, algumas fontes afirmam que isso não chegava a afetar o desempenho da dívida soberana no mercado. A razão para se retirar dessas emissões, na verdade, teria sido a preocupação do governo federal com o aumento de endividamento dos Estados.

A União confirmou ter feito os pagamentos das parcelas em atraso dos dois Estados. No caso de Minas, o governo informou que os recursos foram recebidos pelo Credit Suisse no dia 24 e que o valor será posteriormente recuperado “pela execução das contragarantias indicadas pelo Estado de Minas Gerais quando da assinatura do contrato”.

A execução das garantias nas duas operações foi feita dentro do chamado período de “graça” - uma carência prevista nos contratos das emissões de títulos para a resolução de pendências. Com isso, se evitou que Minas e Maranhão fossem

considerados inadimplentes, o que poderia deflagrar o vencimento antecipado de outras dívidas.

De acordo com o governo do Maranhão, a operação de 2013 foi fechada com o dólar “em patamares compatíveis com a realidade fiscal do Estado” - por volta de R\$ 2. “Nos últimos anos e, em especial após o início da pandemia, convivemos com uma escalada no preço da moeda americana que chegou a ser cotada em R\$ 5,81. Nesse contexto, tornou-se impossível equacionar tais dispêndios na realidade financeira do Estado.”

Segundo o comunicado, “verifica-se, pois, que o Estado do Maranhão não incorreu em inadimplemento, estando devidamente amparado por decisão judicial proferida anteriormente ao vencimento da referida parcela”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

### LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

### LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais

HONDA

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES